



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOAO BATISTA DO CARMO SILVA

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ:
UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE CONTRATO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ NO PERÍODO DE 2000 A 2008.**

BELÉM – PARÁ
2009

JOAO BATISTA DO CARMO SILVA

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ:
UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE CONTRATO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ NO PERÍODO DE 2000 A 2008.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Doutora Vera Lúcia Jacob Chaves.

BELÉM – PARÁ
2009

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Profa. Elcy Rodrigues Lacerda/Instituto de Ciências da Educação/UFGPA,
Belém-PA**

Silva, João Batista do Carmo.

Financiamento da educação superior no Pará: uma análise dos cursos de contrato na Universidade Federal do Pará no período de 2000 a 2008; orientadora, Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Jacob Chaves. _ 2009.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

1. Universidade Federal do Pará – Cursos de licenciatura plena.
2. Educação e Estado – Pará. 3. Ensino Superior – Pará. I. Título.

CDD - 21. ed.: 379.12098115

JOAO BATISTA DO CARMO SILVA

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ:
UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE CONTRATO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ NO PERÍODO DE 2000 A 2008.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do
Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de
Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação,
na linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais.

Aprovada em de de 2009

Conceito:

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Jacob Chaves. UFPA.
Orientadora.

Prof^a Dr^a Rosana Maria de Oliveira Gemaque. UFPA.

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima. UnB.

*Aos meus amores,
João Felipe, Igor e Be.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, MARIA NAZARÉ, ao meu pai, MANOEL, e minhas irmãs, MARCIANE e SOLANGE, pelo amor, carinho, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

À mulher da minha vida, BENILDA, por inaugurar em mim uma nova forma de ver o mundo, por me ensinar a fazer do nosso amor o combustível da vida, e pela colaboração na construção desse trabalho.

Aos meus tios, FERNANDO E SUA FAMÍLIA, pelo abrigo no momento mais difícil, e AFONSO e “FERNANDINHO”, pela ajuda e pela força quando mais precisei.

Aos meus sogros “BEÚ” e HILDA, pela recepção na família “Miranda Veloso” e pela ajuda durante a realização desse trabalho.

À Professora Doutora Vera Lúcia Jacob Chaves, pelo apoio e colaboração imprescindível na construção desse trabalho, o meu muito obrigado de coração.

Aos Professores Doutores Carlos Lima e Rosana Gemaque, pelas críticas e sugestões durante a construção desse trabalho.

À minha Avó “Moça” pelo carinho e ao meu Avô “Velho Zinho” (*In Memoriam*), por ter plantado, em nossa família, o sonho de uma vida melhor, por meio do estudo e da luta.

A todos os PROFESSORES, AMIGOS E COLEGAS que, de alguma forma, me ajudaram nessa caminhada.

A função da universidade é produzir cultura e não dinheiro.

(SGUISSARDI, 1993, p. 62)

RESUMO

SILVA, J. B. do C. **Financiamento da Educação Superior no Pará:** uma análise dos cursos de contrato na Universidade Federal do Pará no período de 2000 a 2008. 213f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação: Políticas Públicas Educacionais) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

Esse estudo apresenta resultados de uma pesquisa que investigou os contratos estabelecidos, no período de 2000 a 2008, entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e prefeituras do interior do estado do Pará, para a oferta de cursos de licenciatura plena, financiado com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), para os professores das redes municipais de ensino. Para compreender essa problemática, elaboramos os seguintes questionamentos: Como está estruturada a política de financiamento implementada pelo governo federal, para as IFES, ao longo desse período, e quais são as suas relações com a reforma do Estado e da Educação Superior, no país? Qual a política de financiamento do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará e qual a sua relação com a política de oferta de cursos de contrato? Qual o montante dos recursos públicos municipais provenientes dos contratos celebrados entre Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado, no período destacado? Como foram aplicados os recursos advindos dos contratos celebrados entre a Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado? Adotamos como metodologia a abordagem quanti-qualitativa e utilizamos dados documentais. Como resultado, percebemos que, a Reforma do Estado, resultante da crise financeira do capital, implicou em reconfigurações do papel do Estado na educação, especialmente no que tange à legislação da educação superior e à política de financiamento para esse nível de ensino. Por isso, a universidade pública brasileira vive uma crise institucional, que se manifesta, especialmente, na estagnação orçamentária dos recursos do Governo Federal para sua manutenção. Os recursos disponibilizados pelo fundo público federal para custear as despesas com Educação Superior não têm dado conta da crescente demanda de jovens que buscam esse nível de ensino. Ficou evidenciado na pesquisa que os cursos de contrato são uma estratégia de qualificação de profissionais locais com complementação de recursos para manutenção dos campi do interior e para complementação salarial dos professores que atuam nesses cursos.

PALAVRAS-CHAVE: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO. POLÍTICA EDUCACIONAL. EDUCAÇÃO SUPERIOR.

ABSTRACT

SILVA, J. B. C. **Financing Higher Education in Pará**: a review of the courses of contract at the Federal University of Para in the period 2000 to 2008. 213f. 2009. Federal University of Pará, Belém, 2009.–Thesis (MA in Education: Public Policy Education).

This study presents results of a study that investigated the contracts signed in the period 2000 to 2008, between the Federal University of Pará (UFPA) and municipalities in the state of Para, to offer full degree courses, funded by the the Fund for Maintenance and Development of Fundamental Education and Valorization (FUNDEF) for teachers of municipal education systems. To understand this problem, we developed the following questions: How is the financing policy implemented by the federal government for IFES during that period, and what are its relations with the reform of the state and higher education in the country? What is the policy of financing the process of internalization of the Federal University of Para and what is its relationship with the policy of offering courses of contract? What amount of public funds from the municipal contracts between the Federal University of Pará and the municipalities in the state, in the period highlighted? How were the proceeds applied to contracts between the Federal University of Para and the municipalities in the state? We adopt the approach as a methodology quantitative and qualitative data and use documentary. As a result, we realize that the reform of the state, resulting from the financial crisis of capital, resulted in reconfiguration of the state's role in education, especially in regard to the law of higher education policy and funding for this level of education. Therefore, the Brazilian public university is experiencing a constitutional crisis, which manifests itself especially in the stagnation of the budget resources of the Federal Government for its maintenance. The resources provided by the federal government to fund public to bear the cost of higher education have realized the growing demand for people who seek this level of education. It was demonstrated in research that contract courses are a strategy for training of professionals with local matching funds for maintenance of the campus core and complementary salary of professors who work in these courses.

KEYWORDS: FINANCING OF EDUCATION. EDUCATIONAL POLICY. HIGHER EDUCATION.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFPA	Associação de Docentes da UFPA
ANDES	Sindicato de Docentes do Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Educação
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CED	Centro de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLA	Centro de Letras e Artes
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEP	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
COPERVES	Comissão Permanente do Concurso Vestibular
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamentos e Ações Comunitárias
CPMF	Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CUNTINS	Campus Universitário do Tocantins
DERCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DRU	Desvinculação de Recursos da União
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Projetos Norte de Interiorização
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEG	Pró-reitoria de Ensino de Graduação
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSS	Processo Seletivo Seriado
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEUM	Secretaria da Universidade Multicampi
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

TABELA 1	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR (MDES) – 2003 A 2008.....	78
TABELA 2	EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL DA UFPA – 2001 A 2008.....	87
TABELA 3	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. BRASIL - 2000 a 2007.....	95
TABELA 4	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. BRASIL, REGIÃO NORTE, PARÁ - 2000 a 2007.....	97
TABELA 5	MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL. PARÁ - 2000 A 2007.....	98
TABELA 6	MATRÍCULA NO BRASIL. SETORES PÚBLICO E PRIVADO - CAPITAL E INTERIOR – 2000-2007.....	99
TABELA 7	MATRÍCULA DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL. SETORES PÚBLICO E PRIVADO - CAPITAL E INTERIOR. PARÁ – 2000-2007.....	100
TABELA 8	EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAPITAL E INTERIOR – 2000-2008.....	102
TABELA 9	NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS/CONTRATADAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO. UFPA, 1999-2008.....	103
TABELA 10	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SANTARÉM, MAIO – 2001; 2009.....;	110
TABELA 11	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES EFETIVOS E SUBSTITUTOS E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL, MAIO – 2001; 2009.....	112
TABELA 12	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA, MAIO – 2001; 2009.....	113
TABELA 13	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA, MAIO – 2001; 2009.....	114
TABELA 14	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA, MAIO – 2001; 2009.....	116
TABELA 15	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAMETÁ, MAIO – 2001; 2009.....	117

TABELA16	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ, MAIO – 2001; 2009.....	118
TABELA17	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SOURE, MAIO – 2001; 2009.....	120
TABELA18	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BREVES, MAIO – 2001; 2009.....	121
TABELA19	EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO (DOTAÇÃO TOTAL) DOS CAMPI DO INTERIOR - 2002 A 2008 (R\$).....	127
TABELA20	ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO (REGULAR E INTERVALAR), NOS CAMPI DA UFPA - 2001 E 2009.....	128
TABELA21	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS – UFPA - 2000 A 2008.....	131
TABELA22	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE ABAETETUBA, 2000 A 2008.....	135
TABELA23	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE ALTAMIRA. 2000-2008.....	137
TABELA24	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE ANANINDEUA. 2000-2008.....	138
TABELA25	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE BELÉM. 2000-2008.....	139
TABELA26	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE BRAGANÇA. 2000 – 2008.....	142
TABELA27	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE CAMETÁ. 2000-2008.....	143
TABELA28	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE CASTANHAL. 2000-2008.....	144
TABELA29	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE IRITUIA. 2000-2008.....	145
TABELA30	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE MARABÁ. 2000-2008.....	147
TABELA31	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE MARAJÓ. 2000 - 2008.....	150
TABELA32	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE SANTARÉM. 2000 A 2008.....	151
TABELA33	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE TAILÂNDIA. 2000 A 2008.....	154
TABELA34	CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE TUCUMÃ. 2000 - 2008.....	155
TABELA35	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO CURSO DE PEDAGOGIA – CONTRATO UFPA-FADESP-PORTEL. MOVIMENTAÇÃO NO PAÍS (EM REAIS). 28 dez. 2007.....	163

TABELA36	BALANCETE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO CURSO DE PEDAGOGIA – CONTRATO UFPA-FADESP-PORTEL- PERÍODO DE 01/01/2002 A 28/12/2007.....	165
-----------------	--	------------

QUADROS (Apêndices)

APÊNDICE A	QUADRO 1. POLO ABAETETUBA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	185
APÊNDICE B	QUADRO 2. POLO ALTAMIRA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	186
APÊNDICE C	QUADRO 3. POLO ANANINDEUA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	187
APÊNDICE D	QUADRO 4. POLO BELÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	188
APÊNDICE E	QUADRO 5. POLO BRAGANÇA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	190
APÊNDICE F	QUADRO 6. POLO CAMETÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	191
APÊNDICE G	QUADRO 7. POLO CASTANHAL – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	192
APÊNDICE H	QUADRO 8. POLO IRITUIA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	193
APÊNDICE I	QUADRO 9. POLO MARABÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	194
APÊNDICE J	QUADRO 10. POLO MARAJÓ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	196
APÊNDICE L	QUADRO 11. POLO SANTARÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	197
APÊNDICE M	QUADRO 12. POLO TAILÂNDIA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	200
APÊNDICE N	QUADRO 13. POLO TUCUMÃ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.....	201

FIGURAS

FIGURA 1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CAMPI DA UFPA NO ESTADO DO PARÁ – 2008.....	108
-----------------	--	------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Capítulo 1. A REFORMA DO ESTADO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	32
1.1 A crise do capital e a reforma do Estado brasileiro.....	33
1.2 Implicações da reforma do Estado na legislação da Educação Superior brasileira.....	48
1.3 A crise da universidade pública e a política de financiamento.....	61
Capítulo 2. A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DAS IFES BRASILEIRAS: O CASO DA UFPA.....	69
2.1 Caracterizando o financiamento das IFES Brasileiras.....	70
2.2 O financiamento da UFPA no período de 2000 a 2008.....	86
Capítulo 3. A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA INTERIORIZAÇÃO DA UFPA E OS CURSOS DE CONTRATO.....	92
3.1 Caracterizando a UFPA: história e estrutura atual.....	93
3.2 Da política de interiorização da UFPA, nas décadas de 1980 e 1990, ao “multicampismo”.....	105
3.2.1 Campus de Santarém.....	109
3.2.2 Campus de Castanhal.....	111
3.2.3 Campus de Abaetetuba.....	112
3.2.4 Campus de Altamira.....	113
3.2.5 Campus de Bragança.....	115
3.2.6 Campus de Cametá.....	116
3.2.7 Campus de Marabá.....	117
3.2.8 Campus de Soure.....	119
3.2.9 Campus de Breves.....	120
3.3 O financiamento da política de interiorização e do “multicampismo”....	123
3.4 A política de interiorização via cursos de contrato (a partir de 2000).....	130
3.4.1 Polo de Abaetetuba.....	134
3.4.2 Polo de Altamira.....	136
3.4.3 Polo de Ananindeua.....	138
3.4.4 Polo de Belém.....	139
3.4.5 Polo de Bragança.....	141

3.4.6 Polo de Cametá.....	143
3.4.7 Polo de Castanhal.....	144
3.4.8 Polo de Irituia.....	145
3.4.9 Polo de Marabá.....	146
3.4.10 Polo do Marajó.....	149
3.4.11 Polo de Santarém.....	150
3.4.12 Polo de Tailândia.....	153
3.4.13 Polo de Tucumã.....	154
3.5 Os cursos de contrato: o caso do município de Portel.....	157
APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	167
REFERÊNCIAS.....	177
APÊNDICES.....	184
ANEXOS.....	202

INTRODUÇÃO

Contextualizando a pesquisa.

Esta dissertação resultou de um estudo sobre os *cursos de contrato* – a expressão se refere aos contratos realizados entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e as prefeituras dos municípios do interior do estado do Pará para oferta de curso superior para docentes leigos– e teve como objetivo analisar as políticas públicas de financiamento da Educação Superior, principalmente, no que tange às Instituições Federais de Educação Superior (IFES), no período de 2000 a 2008. Nesse sentido, buscou-se identificar o contexto dessas políticas, no período citado, assim como suas vertentes e expressões, como é o caso dos cursos de contrato e suas implicações para o processo de interiorização da UFPA.

Os estudos acerca da Educação Superior brasileira têm se estruturado, tanto no âmbito da gestão e do financiamento quanto no campo da avaliação, do currículo e da pesquisa e pós-graduação. Esse trabalho, por sua vez, centrou-se nas diversas mudanças que ocorreram no âmbito do financiamento desse nível de ensino.

Seguimos, como referência, a seguinte problemática:

Quais as implicações da política de financiamento da Universidade Federal do Pará, estabelecida por meio de cursos de contrato com prefeituras do interior do estado do Pará, com recursos do Fundef, no processo de interiorização do ensino de graduação, no período de 2000 a 2008?

E, para compreender essa problemática de uma forma mais totalizadora, elaboramos as

seguintes *questões norteadoras*:

I. Como está estruturada a política de financiamento implementada pelo governo federal, para as IFES, ao longo desse período, e quais são as suas relações com a reforma do Estado e da Educação Superior, no país?

II. Qual a política de financiamento do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará e qual a sua relação com a política de oferta de cursos de contrato?

III. Qual o montante dos recursos públicos municipais provenientes dos contratos celebrados entre Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado, no período destacado?

IV. Como foram aplicados os recursos advindos dos contratos celebrados entre a Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado?

Assim, essa pesquisa teve, como *objetivo geral*, investigar as implicações da política de financiamento dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará, estabelecida por meio de contrato com prefeituras do interior do estado do Pará, com recursos do FUNDEF, no processo de interiorização do ensino de graduação, no período de 2000 a 2008.

Nossos *objetivos específicos* foram os seguintes:

- Analisar a política de financiamento implementada pelo governo federal para as IFES, ao longo desse período, e sua relação com a reforma do Estado e da Educação Superior no país;
- Analisar a política de financiamento do processo de interiorização da

Universidade Federal do Pará e a sua relação com a política de oferta de cursos de contrato;

- Identificar o montante dos recursos públicos municipais envolvidos nos contratos celebrados entre Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado, no período destacado;
- Investigar a aplicação dos recursos provenientes dos contratos celebrados entre Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (INEP/MEC), coletados por meio do Censo Escolar 2007, nos mostram que, dos 65.028 (sessenta e cinco mil e vinte e oito) professores atuando na Educação Básica, no estado do Pará, temos 37.601 (trinta e sete mil e seiscentos e um) professores não possuem formação de nível superior. Além disso, ainda temos uma demanda de 348.065 (trezentos e quarenta e oito mil e sessenta e cinco) alunos, no ensino médio regular, que forçaram o governo a expandir a Educação Superior. Daí a imensurável importância da universidade pública para a qualificação desses profissionais e jovens, haja vista o baixo poder econômico da maioria da população, nesse estado.

Chaves e Lima (2006), em pesquisa que analisou o Censo da Educação Superior Brasileira, no período de 1991 a 2004, destacam, ainda, que houve uma brutal redução das instituições universitárias de Educação Superior públicas e das matrículas nessas instituições.

Essas duas características conjugadas acentuam ainda mais a dificuldade de acesso a esse nível educacional. Uma vez que a redução da Educação Superior universitária,

demonstra, por sua vez, a tendência não-universitária na expansão do ensino superior, considerando que a manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão eleva bastante os custos dessa etapa de escolarização.

Em 2004, no Brasil, segundo dados do INEP (2004), apenas 11,1% das instituições de ensino superior eram públicas, contra 88,9% particulares. O que correspondia a 28,3% de matrículas públicas e 71,7% de particulares.

No estado do Pará, o número de instituições se manteve o mesmo, entre os anos de 2004 e 2005: das 25 instituições existentes, quatro eram públicas, correspondendo a 16%, e 21, privadas, alcançando 84% das instituições (INEP, 2005). No que diz respeito a vagas ofertadas, tivemos, em 2004, 27.010 vagas e, em 2005, 29.702 vagas ofertadas para 109.600 candidatos inscritos.

Dados mais recentes mostram que só a Universidade Federal do Pará (UFPA), maior IES pública da Região Norte, ofertou, no seu processo seletivo seriado (PSS), para 2007, 5.055 vagas (COPERVES/UFPA - Edital nº 019/2006 e Complemento), enquanto o Centro Universitário do Pará (CESUPA) e a Universidade da Amazônia (UNAMA) ofertaram, juntos, 4.570 vagas no ensino superior. Esses números mostram a tendência crescente do aumento da oferta da Educação Superior privada, no Pará.

Segundo o Relatório de Gestão de 1997 a 2000, da Universidade Federal do Pará, das 2.942 novas vagas criadas pelos novos cursos de contrato, nos municípios, para qualificação de docentes do ensino fundamental e do ensino médio, de 1998 a 2000, foram preenchidas somente 2.610. Entretanto, em 1997, a UFPA matriculou 7.138 alunos nos cursos do interior do estado e, em 2000, 8.968, perfazendo um aumento absoluto de 1.830 vagas, muito menos, portanto, do que as 2.610 vagas ofertadas em “editais fechados” para os docentes do quadro

das redes municipais e estadual.

Observa-se, portanto, que no período de 1999 (ano anterior ao início das primeiras turmas) a 2002, foram ofertadas 1.588 vagas, nos cursos de contrato com prefeituras do interior. No mesmo período, o número de vagas, nos cursos intervalares, no interior do estado, caiu de 1.110 para 310. Ou seja, a expansão do número de vagas, nesse período, foi sustentada pelos cursos de contrato, por meio de “editais fechados” para os quais só podem concorrer quem é professor da rede municipal (quando o curso é “comprado” pela prefeitura), ou da rede estadual (quando o curso é “comprado” pelo Governo do Estado).

Uma análise realizada nas informações fornecidas pela Universidade Federal do Pará (UFPA) nos indica que, dos contratos celebrados com recursos do Fundef/Fundeb, no período de 2000 a 2008, foram captados pela UFPA um montante em torno de R\$ 34.143.652,99 (trinta e quatro milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Esses dados evidenciam a relevância social da pesquisa aqui registrada e nos ajudam a esclarecer como se deu a realização dos cursos que ofertaram 6.145 (seis mil cento e quarenta e cinco) vagas para professores do interior desse estado.

Abordagem de pesquisa

Assim, com o intuito de alcançar os objetivos supracitados, construímos os aportes teórico-metodológicos desse estudo, considerando que Marx (1982; 2005) foi um crítico tenaz da concepção Hegeliana. Para aquele, diferentemente de Hegel, é na produção social da própria existência que os homens estabelecem relações determinadas, necessárias à produção da vida material, independentes de sua vontade. Estas relações de produção correspondem a

um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, e o pensamento é produto histórico dessa estrutura produtiva. Na obra *Para a crítica da economia política*, fica claro que é a totalidade dessas relações de produção que constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

Para Moroz e Gianfaldoni (2002), pode-se dizer que a elaboração do conhecimento científico é um processo de busca de resposta. E completam dizendo que “A pesquisa científica tem por objetivo elaborar explicações sobre a realidade, sendo possível tanto preencher lacunas num determinado sistema explicativo vigente num momento histórico quanto colocar em xeque dado sistema.” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p.14). Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: O que pretendemos com esse estudo – preencher a lacuna existente na bibliografia sobre o tema? Ou colocar em xeque esse sistema de financiamento, elemento constitutivo do objeto do estudo? Pode-se dizer que a pesquisa aqui relatada não pretendeu apenas preencher as lacunas deixadas nos estudos sobre financiamento da Educação Superior, mas também oferecer elementos para subsidiar a análise das políticas de financiamento do ensino universitário vigente, hoje, no Brasil, assim como do financiamento do processo de interiorização da Educação Superior promovido pela UFPA.

Podemos dizer, assim, que a pesquisa aqui relatada, intitulada “FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE CONTRATO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, NO PERÍODO DE 2000 A 2008”, não constitui “[...] apenas um estudo do passado, mas também do fluir do presente na direção de um projeto futuro.” (MOVSCHOWITZ, 1983 *apud* PEDRINI, 1997, p.260), no sentido de oferecer possibilidades de empoderamento para estudantes e professores que participam, direta ou indiretamente, dessa Universidade.

Delimitando a pesquisa.

O que estamos identificando como *curso de contrato* são cursos contratados com recursos públicos, provenientes das dotações orçamentárias do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que as prefeituras realizam por meio da “contratação” dos serviços da UFPA, com a interveniência da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), para oferecer curso superior aos seus docentes leigos.

A delimitação histórica desse estudo foi o período de 2000 a 2008, por conta da criação do Fundef, por meio da Emenda Constitucional Nº 14, aprovada em 12 de Setembro de 1996 e regulamentada pela Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto Nº 2.264, de 27 de junho de 1997.

Essa legislação passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1998; entretanto, os processos seletivos para os cursos de contrato só foram realizados em 1999, para as turmas iniciarem as aulas no ano letivo seguinte.

Esse período compreende, também, parte do período de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Nº. 10.172/2001), que projetou a meta, para 2011, de um percentual de 30% de jovens de 18 a 24 anos, no ensino superior, considerando, que 40% destes alunos devem estar nas IES públicas.

Esses instrumentos normativos possibilitaram às prefeituras a “contratação” de cursos superiores para qualificação dos professores leigos, com parte dos 60% de recursos disponíveis para “remuneração dos profissionais do magistério”, conforme nos mostra o parágrafo único, do art. 7º, da Lei 9.424/96:

Art. 7º [...]

Parágrafo único. Nos primeiros cinco anos, a contar da publicação desta Lei, será permitida a aplicação de parte dos recursos da parcela de 60% (sessenta por cento), prevista neste artigo, na capacitação de professores leigos, na forma prevista no art. 9º, §1º. (BRASIL, 1996).¹

O contexto supracitado inspirou-nos a realizar um estudo de caso da Universidade Federal do Pará, consciente de que ele “reúne informações tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vistas a abranger a totalidade da situação.” (DE BRUYNE; HERMANN; DE SCHOUTHEETE, 1975 *apud* LESSARD-HÉBERT, GOYETTE; BOUTIN, 1990, p. 170).

Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1990), fundamentados em outros autores, apontam três características principais para o estudo de caso, que são: “1- O estudo de caso toma por objeto um fenômeno contemporâneo situado no contexto da vida real; 2- as fronteiras entre o fenômeno estudado e o contexto não estão nitidamente demarcadas; 3- o investigador utiliza fontes múltiplas de dados.” (p. 170).

Nossa amostra foi, entretanto, apenas o contrato estabelecido entre a UFPA e a Prefeitura Municipal de Portel, executado no período de 2002 a 2006.

Justificando a pesquisa.

Assim, mesmo considerando os resultados positivos provenientes do Projeto de Interiorização da UFPA, que possibilitou oportunidades para que os jovens do interior do estado tivessem acesso à Educação Superior, não podemos esquecer a situação dos cursos de graduação dos *campi* do interior, que ainda é grave. Falta infraestrutura adequada, professores efetivos, técnicos administrativos, bibliotecas, laboratórios, enfim, falta *a Universidade*, com

¹ Os artigos 1º a 8º e 13, da Lei nº 9.424/1996, foram revogados pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, resultante esta última da conversão da Medida Provisória nº 339/2006. Todavia, citamos um artigo revogado para explicitar aspectos do contexto legal em que nos inspiramos quando da elaboração do projeto de pesquisa.

o seu imprescindível tripé (ensino, pesquisa e extensão).

Explicitar de forma detalhada essa situação é fundamental para compreendermos a política de financiamento da Educação Superior no Pará. Esta pesquisa contribui para as discussões sobre a atual conjuntura do ensino superior paraense, mais especificamente sobre as políticas de financiamento por meio da colaboração dos municípios do interior do Pará, assunto que ainda constitui uma lacuna nos estudos acerca da Educação Superior nesse estado, conforme explicitado anteriormente.

Portanto, investigamos a política de financiamento, implementada pelo governo federal, que vem, ao longo desse período, sustentando esse paradigma excludente de distribuição de recursos financeiros para as IFES.

Esses são alguns dos elementos que nos ajudaram a escolher a Universidade Federal do Pará como lócus dessa pesquisa. Além disso, algumas dessas inquietações, que aqui apresentaremos, sugeriram, a partir de 2003, quando tivemos a oportunidade de vivenciar o processo de interiorização da UFPA, na condição de docente e de gestor de uma unidade desta instituição².

Essa situação nos possibilitou realizar algumas leituras e, também, participar de alguns debates, locais e nacionais, sobre Educação Superior, mais especificamente a respeito do financiamento e das estratégias utilizadas para superar as dificuldades, enfrentadas por essa instituição, em atender às demandas por esse nível educacional no estado.

Por outro lado, sabemos que vários contratos foram celebrados entre as prefeituras e as instituições de ensino superior paraenses. Dentre estas, encontramos algumas particulares. Entretanto, realizamos um estudo apenas dos contratos celebrados com a Universidade

² Desenvolvemos atividades docentes, como professor substituto do Curso de Pedagogia, no Campus Universitário do Tocantins – Cameté e, também, como Coordenador desse Campus.

Federal do Pará, onde percebemos esse fenômeno com maior ênfase, conforme mostramos anteriormente.

Procedimentos de coleta dos dados³.

A primeira fase da coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica específica sobre o tema e através da leitura analítica desse material (essa atividade de leitura foi realizada durante toda a pesquisa); buscamos, assim, contextualizar a problemática da pesquisa e estruturar o referencial teórico.

Em seguida, realizamos a coleta de dados da pesquisa empírica, através de estudos de documento oficiais e levantamentos estatísticos sobre as questões aqui apresentadas.

No que diz respeito a fontes de dados, explicitamos, em seguida, as fontes que foram usadas, na **revisão bibliográfica**.

Como *fontes teóricas*, utilizamos os autores que trabalham com Educação Superior, principalmente aqueles participantes do GT de Políticas de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Dentre estes, valemo-nos mais detidamente das obras daqueles que trabalham com o financiamento da Educação Superior e, também, dos que analisam as influências, sobre esta última, da crise do capitalismo, dos organismos multilaterais – Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – e da reforma do Estado entre outros autores;

³ A propósito de *coleta de dados*, Moroz e Gianfaldoni (2002, p.17) esclarecem: “[...] é o momento em que se obtêm as informações necessárias; é quando são escolhidos os dados que deverão ser analisados [...] Há autores que diferenciam *dado* de *informação*, usando o primeiro termo apenas após o tratamento analítico. No presente texto não faremos esta diferenciação utilizando o termo *dado* tanto para os dados brutos (informações coletadas) quanto para os dados tratados.”

Analisamos a seguinte *legislação*: Constituição Federal, de 1988, para compreender melhor o papel definido para o Estado na educação brasileira; LDB (Lei Nº. 9.394/96), para compreender suas normatizações para a Educação Superior. Também analisamos: o Plano Nacional de Educação (Lei Nº 10.172/2001); o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado por meio da Emenda Constitucional Nº 14/96, regulamentada pela Lei Nº 9.424/96 e pelo Decreto Nº 2.264/97; e outros instrumentos legais que foram considerados significativas para o estudo em questão.

Utilizamos como *fontes documentais* alguns documentos oficiais específicos, pois, segundo Moroz e Gianfaldoni (2002, p.67), “determinados registros têm como característica o fato de servirem como documentos de situações que ocorreram no passado, seja afastado ou recente”. Nesse sentido, analisamos os seguintes: Plano Diretor de Reforma do Estado (BRASIL, 1995), Plano de Desenvolvimento da UFPA (2001-2010), Planos e Relatórios de Gestão da UFPA e da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), cópias dos contratos estabelecidos entre a UFPA (Campus Belém) e as prefeituras do interior, que compreendessem o período histórico estudado, entre outros.

Sistematização e análise dos dados.

Depois de coletadas as informações, analisamo-las tendo como referência as discussões teóricas que construímos, no decorrer dessa pesquisa, embasando-nos em alguns elementos da “análise de conteúdo”.

Trata-se, como diria Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, de uma tentativa de “fertilização na problematidade da realidade cotidiana com os conhecimentos que construímos”, para não incorrerem na dicotomização entre teoria de um lado e os dados empíricos de outro. Pois a análise dos dados

É um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo. (PATTON, 1980, *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.42)

Essa é uma estratégia para, apoiado na análise da produção teórica que nos deu fundamentação e nos forneceu instrumentais, desvelar os possíveis interesses e concepções que estão permeando os discursos e documentos.

É uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis de dados para o seu contexto[...] Pode caracterizar-se como um método de investigação do conteúdo simbólico da mensagem. Essas mensagens, diz ele, podem ser abordadas de diferentes formas e sob inúmeros ângulos. (KRIPPENDORFF, 1980, *apud*. LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.41).

A análise das produções científicas acerca da temática, complementadas pelos dados coletados, possibilitou penetrar profundamente na discussão teórica que sustentou a compreensão das problematizações dessa pesquisa.

Conforme Moroz e Gianfaldoni (2002), para organizarmos os dados, precisamos proceder da seguinte forma:

- ❖ Decidir sobre as categorias nas quais os dados serão recortados; esta tarefa envolve tanto rever as categorias já propostas quanto formular novas;
- ❖ Compreender como o dado se apresenta em cada categoria proposta (tabular os dados coletados);
- ❖ Representar os dados já tabulados em tabelas, figuras ou quadros;
- ❖ Descrever os dados representados;
- ❖ Estabelecer relações entre dados.

Nesse sentido, embasados em Moroz e Gianfaldoni (2002), efetuamos a organização e

a análise dos dados da forma descrita em seguida.

1- No que tange à **definição das categorias de análise**, afirmamos que as mesmas são imprescindíveis para o aprofundamento da pesquisa e representam a síntese da estrutura teórica que fundamenta o estudo em questão.

Assim, definimos as seguintes categorias de análise para a investigação, o que demonstrou não haver necessidade da construção de outras:

a) **Financiamento da Educação Superior**: conforme está estabelecido na Constituição Federal, de 1988, no artigo 206, inciso IV, e na LDB, de 1996, no artigo 56, o financiamento é um dos instrumentos fundamentais para a manutenção do ensino público, gratuito com qualidade social para todos, uma vez que, conforme seu art. 2º, a educação nacional se faz “Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996a).

b) **Autonomia universitária**: a universidade, enquanto instituição secular, para gozar de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, conforme estabelecido no artigo 207, da Constituição de 1988, entende a autonomia universitária como condição *sine qua non* para a produção do conhecimento no momento histórico atual.

Essas duas categorias estão intrinsecamente articuladas, haja vista que, muitas vezes na história da educação, tentou-se defender que **autonomia** significa **autofinanciamento** para “discutir e elaborar democraticamente políticas de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao atendimento das demandas da sociedade.” (CHAVES, 2001, p. 236).

Percebemos, durante a realização da pesquisa, que a categoria autonomia está

diretamente ligada ao contexto acima apresentado, assim como ao processo de criação e consolidação dos campi da Universidade Federal do Pará, no interior do estado. Ou seja, apesar de os campi estarem criados, desde 1970, com a instalação do Campus de Santarém, esses só começaram a ganhar autonomia financeira, a partir de 2002, quando começam a possuir recursos próprios, como uma unidade orçamentária da UFPA.

2- No que tange à **análise dos dados**, dois destaques merecem, ainda, ser feitos: um, relativo à utilização de parâmetros estatísticos, e outro, referente à análise de conteúdo. “O pesquisador pode utilizar os primeiros, seja para a descrição, seja para o teste de hipótese; as informações coletadas precisam ser transformadas, e a estatística pode ser útil instrumento utilizado para tal fim.” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p.87). Ou seja, os dados estatísticos sobre o financiamento da Educação Superior foram sintetizados e organizados em tabelas, para fins de análise e para que pudéssemos realizar uma exploração do material e estabelecer as relações entre esses dados para a construção de uma compreensão fundamentada acerca deles.

3- Assim, tendo como base o quadro teórico estudado e os dados estatísticos levantados, procuramos com este trabalho contribuir com as discussões sobre a atual situação da Educação Superior, no Pará, mais especificamente sobre as políticas de financiamento desse nível de ensino.

Acreditamos que a educação é um elemento central na organização de qualquer modelo societal. Por isso, precisamos mobilizar esses elementos teóricos para construir uma resistência política aos impactos do neoliberalismo no campo educacional.

Precisamos investigar, profundamente, as políticas de financiamento implantadas pelo governo federal, que vêm, ao longo desse período, sustentando essa concepção de Educação Superior, elitizada e privatista, para tentarmos entender fenômenos como, por exemplo, as

implicações da política de financiamento dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará, estabelecida por meio de contratos com prefeituras do interior do estado, no processo de interiorização da UFPA.

Estrutura da dissertação.

Esta dissertação está estruturada em cinco sessões textuais, ou seja, além desta Introdução, temos ainda três capítulos e as aproximações conclusivas.

O Capítulo 1 analisa a reforma do Estado e o financiamento da Educação Superior, a partir da crise do capital, assim como as implicações e expressões dessa reforma na legislação da Educação Superior brasileira. Por último, discute quais as contradições desse contexto para crise da universidade pública e a política de financiamento.

O segundo capítulo apresenta a política de financiamento das IFES brasileiras, destacando o caso da UFPA, fazendo uma caracterização do financiamento da Educação Superior brasileira assim como um diagnóstico do financiamento das IFES brasileiras e da UFPA, no período de 2000 a 2008.

No terceiro e último capítulo, apresentamos a política de financiamento da interiorização da UFPA. Destacamos que essas políticas de interiorização se fortalecem, nas décadas de 1980 e 1990, até chegarem, atualmente, ao “multicampismo”. Nesse sentido, enfatizamos que a política de interiorização se fortaleceu por meio da realização dos cursos de contrato (a partir de 2000), firmados entre as prefeituras do interior e a Universidade Federal do Pará. Finalizamos essa análise apresentando o caso do município de Portel, com o intuito de exemplificar como ocorreu, efetivamente, a execução de um curso dessa natureza, principalmente no que tange à aplicação de seus recursos financeiros.

Finalizamos este trabalho com algumas aproximações conclusivas sobre o financiamento da Educação Superior e sobre o processo de interiorização, por meio dos cursos de contrato, e explicitando nosso entendimento de que tal política de financiamento sofreu alterações provocadas pela reforma do Estado, a qual, por sua vez, é fruto da grande crise que o capital enfrenta, desde a década de 1990.

Capítulo 1.

A REFORMA DO ESTADO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

A universidade é um Estado dentro de outro Estado.
(W. OLIVA, 2005, p. 155)

Este capítulo tem como objetivo analisar a reforma do Estado brasileiro, através do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE), elaborado, em 1995, pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), e suas implicações na política de financiamento da Educação Superior.

Nesse sentido, acreditamos que Oliva (2005), ao definir que a universidade é um Estado, defende que, apesar de estar dentro das estruturas política, administrativa e financeira de outro Estado, pressupõe um nível de autonomia diferente daquele dispensado pelo governo federal, através de suas políticas heterônomas⁴ de gerenciamento de metas.

Assim, este capítulo estrutura-se por meio de uma análise da crise do capitalismo, para contextualizar econômica, social e politicamente as reformas implementadas, na década de 1990, que impulsionaram a reforma do Estado brasileiro. Em seguida, analisamos a legislação acerca do financiamento da Educação Superior, resultante desse processo de reforma. Por último, analisamos a política de financiamento da Educação Superior, dentro do contexto de crise da concepção de universidade pública brasileira.

4 Para Sguissardi (2003), ocorre no Brasil uma superposição de modelos universitários e, ao mesmo tempo, o trânsito para uma universidade – “pública” e privada – neoprofissional, heterônoma e competitiva, que se caracterizaria por um modelo “onde setores externos (principalmente o Estado e a indústria) têm cada vez mais poder na definição da missão, da agenda e dos produtos das universidades” (SCHUGURENSKY, 2002, p. 109, *apud* SGUISSARDI, 2003, p.13). Segundo o autor, a categoria *universidade heterônoma* permitiria condensar conceitos mais dicotômicos como *universidade comercial* ou *universidade controlada*. Ela mostraria não haver contradição entre submissão da universidade aos interesses do mercado e aos condicionamentos do Estado avaliador e controlador.

1.1 A crise do capital e a reforma do Estado brasileiro.

O financiamento da educação, no Brasil, vem sofrendo profundas reconfigurações, nos últimos anos. Trata-se de uma estratégia para adaptar a educação aos moldes do “Estado mínimo”, como forma de buscar uma saída conservadora para a crise do capitalismo. Ou seja, com a crise, os fundos públicos não são suficientes para financiar as margens de lucro do capital (via empréstimos subsidiados a empresas e bancos) e as políticas públicas; como consequência, o governo adota a política de corte de verbas nos gastos sociais, atingindo, diretamente, a educação, a saúde, a ciência etc..

É importante ressaltar, ainda, que existe uma pressão muito forte dos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para que os países devedores cumpram com seus compromissos no pagamento dos empréstimos contraídos.

Segundo Lima (2009, p.30), “não resta dúvida de que o governo ao despender vultosos recursos para o pagamento da dívida pública⁵, diminui, *pari passu*, os gastos sociais públicos em uma sociedade que, na América latina, só cresceu mais que o Haiti”.

Para tanto, é exigida a adoção de superávit primário⁶, em nível percentual mínimo estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que o país possa demonstrar sua capacidade de pagamento da dívida e, assim, conseguir outros empréstimos. Essa tem sido a política desenvolvida, no Brasil, desde o início da década de 1990, ou seja, reduzir gastos com

⁵ A **dívida pública brasileira** é resultado de tudo aquilo que os órgãos do Estado brasileiro devem, incluindo o governo federal, estados, municípios e empresas estatais. A divisão mais comum quando se fala de dívida pública é entre a **dívida interna**, que pode ser paga em moeda nacional, e a **dívida externa**, que deve ser paga em moeda estrangeira. As duas têm causas e consequências distintas, embora possam ter implicações uma sobre a outra. (Sobre o assunto ver: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/dividainternafabio.html>>. Acesso em: 10 maio 2008)

⁶ O **superávit primário** é resultante da não aplicação dos recursos públicos, ou seja, é a economia feita para o pagamento de juros da dívida de um governo. (Sobre o assunto ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Super%C3%A1vit_prim%C3%A1rio>. Acesso em: 09 maio 2008).

as políticas sociais para manter o superávit primário em índices acima do exigido pelo FMI.

Como parte dessa política de redução do papel do Estado, foi implementada, a partir de 1995, a reforma do Estado brasileiro, que teve como eixo central o “ajuste fiscal”. Essa política de “ajuste fiscal” constitui-se em uma série de medidas que têm por objetivo “melhorar” a qualidade das receitas e despesas do governo, possibilitando a obtenção de superávits orçamentários, ou seja, prefere-se atender, de forma passiva, às exigências dos organismos multilaterais de financiamento internacional do que investir em políticas sociais. Para Behring (2003),

A ‘reforma’ do Estado, tal como está sendo conduzida, é uma versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional e representa uma escolha político-econômica, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. (BEHRING, 2003, p. 198).

O macrocontexto que impeliu o governo brasileiro a implementar a reforma do Estado é rebento de uma crise sistêmica do capitalismo. Portanto, como nos mostra a própria autora, essa política econômica, diferentemente do que afirmavam os neoliberais, que elas seriam únicas e necessárias, é, na verdade, uma opção política.

Como rebento dessa política econômica de “ajuste fiscal”, o governo busca por um paradigma contábil de financiamento (Oliveira, 2006), o que tem provocado mudanças na função social da Educação Superior, mais especificamente das universidades, instituições essas que, segundo Chauí (1998), encontram-se em ruína, nesses últimos anos, ou que vive crises (de hegemonia, de legitimidade e institucional), conforme nos mostra Santos (1995), o que tem levado a universidade a tornar-se simplesmente operacional (Chauí, 1998).

Nesse sentido, podemos inferir que as escolhas político-econômicas são muito mais imperativos das recomendações de organismos internacionais, com o objetivo da reconfiguração da economia nos moldes do capitalismo atual, do que necessidade interna do

contexto social, político e econômico do Estado brasileiro.

Para Behring (2003), trata-se, na verdade, de uma contrarreforma “que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas.” (p. 281).

Embasados na concepção de que a Constituição Federal de 1988 representou um “retrocesso burocrático” ao “desenvolvimento” econômico do país, que tornou o Estado brasileiro extremamente inchado, lento e improdutivo, o governo brasileiro precisava livrar-se desses gargalos. Dentre esses entraves, apresentados no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), podemos citar:

1- Estabilidade rígida para todos os servidores civis, diretamente relacionada à generalização do regime estatutário na administração direta e nas fundações e autarquias; 2- A aposentadoria com proventos integrais sem correlação com o tempo de serviço ou com a contribuição do servidor. (BRASIL, 1995, p 12).

Assim, as consequências da “reforma do Estado”, implementada no Brasil, plasmaram-se em todos os setores sociais, inclusive, no educacional, onde temos como uma das suas principais facetas a redução do financiamento público, por meio de uma série de mecanismos de burla, dentre eles a criação da Desvinculação das Recursos da União (DRU)⁷ que retira 20% e, às vezes mais, das verbas vinculadas de impostos para as políticas sociais (no caso da educação, são retirados cerca de cinco bilhões de reais, por ano) (CHAVES, 2005). Essa política é parte da estratégia utilizada para enfrentamento da crise econômica mundial, iniciada na década de 1970 e que atingiu o Brasil a partir da década de 1990.

⁷ Entretanto, já existe uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 96/03), que tramita no Congresso Nacional e que propõe a redução, gradualmente, a partir de 2009 e até 2010, dos percentuais de Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, previstos na Constituição. Em 2011, conforme a proposta, haverá a extinção da DRU para a educação. Com isso, o governo não poderá mais destinar essas receitas para outras finalidades, inclusive o pagamento da dívida. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?Itemid=104&id=89&option=com_content&task=view>. Acesso em: 2 abr. 2009, 17:20h.

Para compreendermos essa crise, é importante retomarmos a de 1929, iniciada nos Estados Unidos e que atingiu todo o mundo capitalista.

Nas palavras de Lima (2006, p.21), “quando houve a crise de 1929, duas saídas foram encontradas: a emissão de moeda estatal; e a utilização da dívida pública como mecanismos propulsores da dinâmica capitalista.”.

A partir de 1929, ocorreu uma mudança no processo produtivo: passamos de uma economia centrada em dois departamentos (departamento I, produtor de máquinas de produzir máquinas; e o departamento II, produtor de meios de consumo necessários à reprodução imediata da sociedade e de bens de luxo), para um processo produtivo de três departamentos, com a criação do departamento III, produtor de não mercadorias, que se caracteriza, basicamente, pela produção de materiais bélicos e outros (LIMA, 2006, p. 21)

No final da década de 1920, segundo Lima (2006), ocorre uma mudança na organização da produção, de um processo produtivo em que o trabalhador detinha, em parte, o controle da produção para o modelo fordista. Esse modelo, por sua vez, centra-se na alta produtividade do trabalho, que diminui os custos da produção, reduzindo, assim, o preço por unidade produzida; mas, em contrapartida, o que o capitalista perde, na unidade, recupera na massa de mercadorias produzidas. Em síntese, esse modelo fordista resolve, momentaneamente, a crise macroeconômica vivida naquele momento.

Então, essa crise, gerada, em grande parte, por uma insuficiência de demanda, ou seja, a oferta estava superando o consumo, forçou, segundo Lima (2006), a redução da produção de vários setores industriais, principalmente da indústria automobilística.

A saída encontrada pelo genial Lorde Keynes foi a contratação de trabalhadores improdutivo-destrutivos para garantir a demanda insuficiente própria à dinâmica capitalista como seu diagnóstico precisava. Por meio da moeda-estatal, filha da crise de 29, moeda inconvertível, o terciário do governo se desenvolveu, agigantou-se e, *pari passu*, o governo, utilizando do dispêndio público passou, também, a demandar mercadorias não-consumíveis pelos trabalhadores assalariados: produtos bélicos,

espaciais etc. Parte substantiva do excedente disponível passou a ser canalizado para a produção improdutivo-destrutiva que, inegavelmente, capitaneou a economia capitalista do *well/warfare state*. (LIMA, 2006, p. 23).

Essa política econômica Keynesiana reanimou a economia dos países capitalistas / imperialistas, alimentada pelo braço forte do Estado, ao mesmo tempo em que tínhamos o fortalecimento bélico das potências econômicas capitalistas.

Ou seja, através da “produção improdutivo-destrutiva” (produtos bélicos e espaciais), gerou-se uma massa significativa de assalariados que passaram a consumir as mercadorias disponíveis no mercado, reaquecendo a produção.

Assim, a economia cresceu com rapidez, até a década de 1970 e, a partir de então, começou a manifestar-se uma grave crise da dívida pública, gerada, em grande parte, pelo crescimento desproporcional da produção de não mercadorias do departamento III, aliado aos resquícios da crise de subconsumo anterior.

É necessário, por outro lado, dizer que há um processo concreto de contrarreforma capitalista, ou seja, uma nova ordem, pelas vias do neoliberalismo⁸, que busca a superação dessa crise. No entanto, concomitante a essa nova ordem, coexistem os traços fordistas do modelo anterior, isto é, o momento histórico atual procura amalgamar elementos do novo e do velho.

Foram criados, nesse contexto, os organismos multilaterais sustentados pelo poder do capital que tenta, assim, consolidar essa nova ordem, dominada modelo de acumulação flexível que, segundo Harvey (1993, p. 140),

8 “O neoliberalismo expressa a dupla dinâmica que caracteriza todo processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. O neoliberalismo deve ser compreendido na dialética existente entre tais esferas, as quais se articulam adquirindo mútua coerência.” (GENTILI, 1996. [online]).

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalhos, dos grupos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista, os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

Esse confronto direto com o fordismo, a que Harvey (1993) se refere, agride, em grande proporção, as economias emergentes, apoiadas no desenvolvimento técnico, científico e comunicacional e nas economias financeirizadas.

As economias nacionais se tornaram vítimas da volatilidade do capital. As oportunidades de emprego, assim como os investimentos, não respeitam as fronteiras político-administrativas. Por isso, é importante a "compressão do espaço-tempo", conforme nos apresenta o autor, pois diferentes grupos sociais fazem apropriações diferenciadas das noções de temporalidade e de espaço. Nesse sentido, não podemos dizer que o tempo-espaço do fordismo é o mesmo que o tempo-espaço atual (pós-moderno). As diferentes formas de organização da produção definem diferentes formas de organização dos nossos espaços-tempos.

Outra implicação desse processo é a promíscua relação estabelecida entre as esferas pública e privada. As ações estatais perderam sua identidade pública e se misturam com o capital privado. Percebe-se isso na política de incentivos fiscais, política de "salvamento de bancos privados", em suma, na concepção gerencial das políticas de governo de repassar recursos públicos para serem gerenciados pelo setor privado.

Tendo como referência o texto de Chesnais (2003) "A 'nova economia': uma

conjuntura própria à potência econômica estadunidense”, enquanto uma estratégia de interpretação marxista do mundo atual, poderíamos nos perguntar se as razões que possibilitaram o crescimento dos Estados Unidos, nos anos 1990, podem se generalizar para outros países. Isso porque, segundo Chesnais (2003) e Lima (2001, 2006), os Estados Unidos são o país que possui as características desse modelo muito mais explícitas, sendo considerado, pelos governos conservadores, como exemplo de desenvolvimento, mostrando, inclusive seus benefícios para a população em geral. Essa pergunta está diretamente ligada à questão central do autor e, de uma certa forma, ajuda a desmistificar a ideia de que esse “exemplo” de desenvolvimento pode ser disseminado pelos demais países.

Chesnais (2003) se questiona acerca dessa questão, perguntando-se:

[...] não é sobretudo a manifestação de uma conjuntura econômica longa específica, constituída a partir de relações sistêmicas internas e internacionais que nenhum outro país pode reunir, e da qual a bolha financeira, tornada quase estrutural, representa o traço mais marcante? (CHESNAIS, 2003, p.46).

Antes, entretanto, é necessário entender que Chesnais (2003) resgata Marx (1957, *apud* CHESNAIS, 2003), para trabalhar a concepção de totalidade, e depois Trotski (1985, *apud* CHESNAIS, 2003), para conceber a economia mundial como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão do trabalho que domina todos os mercados nacionais.

Defende, por fim, que existem ingredientes particulares do crescimento dos Estados Unidos. Entretanto, nada permite supor que estes estejam ao alcance de países que não ocupam o lugar dos Estados Unidos no sistema mundial, nem experimentaram sua trajetória histórica enquanto formação social.

É preciso, portanto, que um país possua, segundo Chesnais (2003), os seguintes ingredientes:

I- Um grande contingente de empresas engajadas de maneira obstinada na tarefa de maximizar a produtividade do trabalho e do capital, no interior de um contexto fortemente desregulamentado e posto em prática por intermédio da *corporate governance*;

II- Mercados acionários com bases amplas, permitindo-lhes “produzir”, durante um longo período, rendas financeiras elevadas, bem como um conjunto de expectativas econômicas construídas em torno das cotações em bolsa;

III- Condições de assegurar e de apoiar a formação de um montante bastante elevado de capital fictício – o que tem sido comumente designado de “bolha financeira”;

IV- Finalmente, esta economia deve dispor de um conjunto de mecanismos internos e externos que garantam às empresas os recursos em ciência e tecnologia e mão-de-obra qualificada ou altamente qualificada, recursos estes que seus investimentos, por si só, são capazes de assegurar. (CHESNAIS, 2003, p. 57).

É em torno da segunda e da terceira condições que se concentra a maior parte dos aspectos determinantes do crescimento estadunidense, verificado no período 1995-2000, crescimento esse que se deve à situação internacional única dos Estados Unidos, o que faz com que tais aspectos não sejam facilmente reproduzíveis por outros países.

Essas reflexões nos ajudam a compreender como se dá o processo de hegemonização de um modelo de produção. E, por outro lado, nos ajuda, também, a compreender o papel dos Estados no processo de manutenção das margens de lucro do capital.

Assim, de 1950 a 1975, as grandes economias nacionais conseguiram assimilar as importantes concessões feitas aos assalariados e a suas organizações, para fazer destas um dos elementos constitutivos da reprodução ampliada do capital. Chesnais (2003) defende que incorporar as mudanças institucionais e políticas dos governos e dos bancos centrais à análise do movimento do capital permite melhor apreender suas forças e fraquezas, bem como situar os pontos de emergência e a marcha das contradições.

Nesse sentido, Graça Druck (2005) sustenta que Chesnais se propõe a demonstrar que os regulacionistas apresentam um programa político, cuja evolução está inserida e se inscreve no campo da tradição reformista da social-democracia européia. E, de acordo com essa

tradição política e sua trajetória mais recente, a autora defende a tese de que as teorizações dos regulacionistas se distanciam progressivamente das formulações marxistas, com as quais mantinham um vínculo, na sua origem, e passam a se constituir num instrumental político que apresenta a colaboração de classes como única alternativa para responder à crise do fordismo e seus efeitos desagregadores.

Druck (2005) afirma, portanto, a necessidade de um "pós-fordismo" que restabeleça o progresso social, mediante um novo patamar de crescimento econômico, que tem nas classes dominantes da União Europeia a (única) possibilidade de impulsionar um "novo equilíbrio" e de sair da crise, com o apoio da classe trabalhadora.

Vale destacar que os organismos multilaterais de financiamento – Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e outras – são instituições que têm cumprido um papel estratégico na consolidação do modelo de acumulação flexível do capitalismo.

Essas instituições, como, por exemplo, a CEPAL, têm realizado muito mais do que simples diagnóstico da crise; elas têm apresentado proposições para sobrepujar essa crise, principalmente no que diz respeito à centralidade do setor educacional no processo de sua superação.

É fundamental esclarecer que essa centralidade não se caracteriza pelo seu grau de importância no rol das políticas públicas, mas, antes, pela preocupação no sentido do gerenciamento e da normatização, tendo como objetivo a instrumentalização da educação para os interesses do capital. Isso tem ocorrido com a última etapa da Educação Básica e com a Educação Superior, que têm sofrido as maiores reformas.

As reformas educacionais brasileiras demonstram a supremacia e o poder das políticas internacionais quando da determinação de diretrizes e parâmetros à organização dos espaços educacionais, sociais, políticos e culturais da sociedade brasileira. Assim, são mobilizados elementos através de partidos políticos, da opinião pública, dos meios de comunicação (fortes aliados da conscientização e incorporação das novas normatizações), do mercado de trabalho e das organizações sindicais. (HETKOWSKI, 2007, p. 150)

Tentando objetivar essa discussão, poderíamos perguntar: como essa crise cíclica do capitalismo e a reforma do Estado implementada no Brasil, desde a década de 1990, atingiram a educação?

Essa é uma pergunta que podemos responder com a ajuda de Siqueira (2004), ao defender que,

[...] no caso do Brasil, por exemplo, caberia destacar algumas questões sobre a formação das dívidas externas, o grande volume pago via “ajustes estruturais” e o que ainda está sendo pago, sem a efetiva redução das dívidas, mas sim com seu aumento; a consequência da destinação desses recursos públicos para tal fim (4,25% do PIB), para atender às pressões dos grupos mais ricos e organismos internacionais a seu serviço (Banco Mundial, FMI, etc...), o que implica a falta de recursos para os gastos sociais; a política que prioriza a manutenção do controle inflacionário e do valor da moeda, praticando-se altas taxas de juros para atrair capital, em sua maioria especulativo, aumentando cada vez mais a dívida pública e enriquecendo os que atuam no mercado financeiro (bancos, financeiras). Isso sem esquecer das taxações e barreiras fito-sanitárias praticadas por países mais ricos, limitando as exportações do país e a entrada de divisas. (p. 51).

E, também, por meio de programas de “salvamento” de banco, empresas privadas, latifúndios e, principalmente, através das privatizações de empresas e serviços públicos o que, segundo essa autora, desmantelou vários setores da sociedade brasileira. Por isso, não “sobram” recursos para fazer investimentos nas políticas públicas sociais, corroborando a concepção de que esses não são “setores estratégicos” e que não se pode continuar investindo em serviços de má qualidade, decorrentes da ineficiência do Estado.

Creio que esses são alguns exemplos de real drenagem de recursos públicos e que vêm, por anos, impedindo a plena oferta de bens como a educação, saúde e previdência, de forma universal, como direitos públicos subjetivos, fazendo também

com que se relegue a manutenção de rodovias, restrinjam-se as obras de saneamento e infra-estrutura, legitimando o discurso da falta de recursos, do “cobertor curto” e, por fim, justificando a oferta apenas para os mais pobres, de forma focalizada. (SIQUEIRA, 2004, p. 52)

Para concluir, Siqueira (2004) afirma que essas políticas enfatizam a “eficiência gerencial do setor público, na abertura dos ‘serviços’ educacionais ao mercado global e na transferência de recursos públicos para o setor privado como forma de atender a baixo custo a população mais pobre” (p.55), o que tem justificado a hipertrofia do setor caracterizado como “público não-estatal”, que tem “tampado” o buraco deixado pelo Estado, na prestação de serviços públicos.

No caso do setor educacional, as reformas implementadas objetivam implantar um novo modelo de gestão educacional que venha acompanhado da busca de um consenso em torno da necessidade de tais reformas no seio da sociedade, bem como da definição clara de objetivos e tecnologias, além de um sentimento de posse das reformas por parte dos sujeitos no interior das instituições educacionais.

Destaca-se, também, que as reformas, no interior das instituições, para serem implantadas com sucesso foram, em alguns casos, acompanhadas de elementos legais, como foi o caso brasileiro, que criou ou reformulou, no campo educacional, diversas leis, a fim de que a escola se adaptasse ao modelo gerencial de gestão.

É nessa lógica que o Brasil se insere na dinâmica do capital internacional. Na visão dos neoliberais, o Brasil e a América Latina foram atingidos por uma crise fiscal, nos anos 1980, acirrada pela crise da dívida externa e pelas práticas de populismo econômico. Para eles, a superação dessa crise só pode se efetivar via reforma imperiosa, disciplina fiscal, privatização e liberalização comercial.

No Brasil, Bresser-Pereira, Ministro de Administração e Reforma do Estado, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), propôs um “pacto de modernização” para adequar o país às exigências postas pelos agentes financeiros internacionais. Tal pacto se iniciou com a liberalização comercial, as privatizações e o processo de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado.

A reforma do Estado, entretanto, só se tornou um tema central no Brasil em 1995, após a eleição e a posse de Fernando Henrique Cardoso. Nesse ano, ficou claro para a sociedade brasileira que essa reforma torna-se condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional, voltado para o atendimento dos cidadãos (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 269).

Segundo Behring (2003), o Plano Diretor de Reforma do Estado incorporou todas as bases teóricas de Bresser-Pereira, segundo o qual o Brasil vivencia uma crise do Estado e não do capital. O Estado é caracterizado como rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa. Incapacitado, portanto, para implementar o “novo modelo de justiça social”, obviamente, embasado numa sociedade de consumo.

Como solução, propõe a reforma gerencial que consiste, resumidamente, nos seguintes aspectos: gerenciamento por metas, em detrimento dos interesses sociais; flexibilização das relações trabalhistas; parcerias entre setor público e o setor privado. (BEHRING, 2003).

Sobre o “gerenciamento por metas, em detrimento dos interesses sociais”, fundamenta-se na concepção da “administração pública gerencial”, segundo a qual o principal objetivo é a “eficiência dos serviços prestados”, em especial, quando se define quais são os setores estratégicos e exclusivos do Estado, como explicita o próprio PDRE:

O diagnóstico mostra que para uma reforma consistente do aparelho do Estado necessita-se, hoje, mais que um mero rearranjo de estruturas. A superação das formas tradicionais de ação estatal implica descentralizar e redesenhar estruturas, dotando-as de inteligência e flexibilidade, e sobretudo desenvolver modelos gerenciais para o setor público capazes de gerar resultados. (BRASIL, 1995, p. 26).

Nessa perspectiva, quando são definidos, no Plano, os quatro setores do aparelho do Estado (núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não-exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado), fica estabelecido que as universidades, assim como os centros de pesquisas e os museus, são “serviços não-exclusivos” do Estado, como veremos adiante.

Em relação à “flexibilização das relações trabalhistas”, a política de recursos humanos inserida no Plano Diretor de Reforma do Estado explicita uma preocupação do Governo da época em implementar uma série de mudanças na legislação trabalhista, de modo a garantir a sua política de ajuste fiscal. Considerando que “estabilidade” dos servidores públicos é de “caráter protecionista” que prejudica “o estímulo à competência”, como podemos constatar no excerto a seguir:

A legislação que regula as relações de trabalho no setor público é inadequada, notadamente pelo seu caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor. São exemplos imediatos desse quadro a aplicação indiscriminada do instituto da estabilidade para o conjunto dos servidores públicos civis submetidos a regime de cargo público e de critérios rígidos de seleção e contratação de pessoal que impedem o recrutamento direto no mercado, em detrimento do estímulo à competência. (BRASIL, 1995, p. 21).

A proposta é a de flexibilizar direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores brasileiros, ou seja, tudo passará a ser “negociado” entre empregadores e empregados, nas convenções coletivas. Ora, numa situação de crise, com o crescimento das demissões, certamente que o trabalhador se encontra numa posição extremamente enfraquecida, devendo abrir mão de direitos em troca da manutenção do emprego. Trata-se, na verdade, de um esforço para desmontar o Estado brasileiro em prol de interesses do capital financeiro.

Sobre as “parcerias entre o setor público e o privado”, a intenção é a de estabelecer a privatização, eliminando a separação entre o que é ente público e o que é privado. Assim, ao se definir o que é propriedade, apresenta-se além da propriedade pública e propriedade privada, uma terceira forma de propriedade, que é a pública não-Estatal, que seria “constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. O tipo de propriedade mais indicado variará de acordo com o setor do aparelho do Estado.” (BRASIL, 1995, p. 28), sendo essa forma de propriedade pública não estatal a mais indicada para a gestão do setor não exclusivo ou competitivo do Estado, que é aquele onde são inseridas as universidades.

Outro aspecto de destaque na “reforma” do Estado é o Programa de Publicização, que se expressa na criação das agências executivas e das organizações sociais e, mais recentemente, na regulamentação do Terceiro Setor, para a execução de políticas públicas. Esse aspecto merece especial atenção, por conta de seus reflexos na quebra das barreiras entre público e privado, abrindo espaço, no interior da universidade, como nos mostra Chaves (2005), para práticas mercadológicas.

Para os colaboradores do Plano9, o governo brasileiro não carece de *governabilidade* (legitimidade), mas de *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar), e acreditam que a transição democrática foi um momento de retrocesso. O Plano prevê uma estratégia de transição da “reforma” do Estado e do aparelho do Estado em três direções: a mudança da legislação, a introdução de uma cultura gerencial e, por fim, a adoção de práticas gerenciais.

9 Luís Carlos Bresser-Pereira; Adam Przeworski; Donald Kettl; William Glade; Peter Spink; Fernando Luiz Abrúcio; Joan Prats I Catalá; e Cunill Gran.

Essas dimensões estão intrinsecamente articuladas, de modo que as mudanças que ocorreram na educação, por meio de emendas constitucionais, medidas provisórias, decretos etc., têm como objetivo a implementação de cultura e práticas gerenciais nas ações do Estado brasileiro. Podemos citar, como exemplo dessas práticas gerenciais, as seguintes leis e programas de ações políticas do governo federal: Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei nº 9.394/1996); Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172/2001); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF, Lei nº 9.494/1996); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, Lei nº 11.424/2007); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa Universidade Para Todos (PROUNI, Lei nº 11.096/2005), Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, Decreto nº 6.096/2007), entre outras. Justifica-se, a partir desse registro, a necessidade de se analisar as implicações da reforma do Estado na legislação da Educação Superior brasileira, conforme faremos na subseção a seguir.

1.2 Implicações da reforma do Estado na legislação da Educação Superior brasileira.

A reforma da Educação Superior brasileira se materializou, na sua grande maioria, por meio de decretos e instruções normativas. Entretanto, para efeito deste estudo, analisamos a legislação que trata do financiamento da educação, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Nº 10.172/2001) e outras legislações e documentos relacionados à normatização da educação superior no Brasil.

No que diz respeito ao arcabouço legal que fundamenta a reforma implementada na educação brasileira, podemos afirmar que a Constituição Federal, de 1988, foi considerada um avanço, em termos de conquistas sociais, com o estabelecimento, em seu artigo 206, inciso IV, da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” a todos os seus cidadãos. Mas, no que diz respeito ao ensino universitário, institui, em seu artigo 213, inciso II, parágrafo segundo, que “As atividades universitárias de pesquisa e extensão *poderão receber apoio financeiro do Poder Público*” (grifos nossos).

Em outros termos, poderíamos afirmar que a própria Carta Magna criou condições para que a reforma, no campo da educação, fosse implementada, nos anos 1990, uma vez que legaliza o repasse de verba pública para entes privados, o que materializa a reconfiguração das esferas pública e privada. Isso é reforçado, no artigo 209, ao estabelecer que “O ensino é livre à iniciativa privada”, e no artigo 208, inciso V, que o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística”, se dará “segundo a capacidade de cada um”. Nota-se a concepção subjacente de favorecer a oferta do ensino superior por entes privados, dificultando o acesso da população de baixa renda ao ensino superior. O mais grave é que a responsabilidade pelo não acesso dessa população ao ensino superior é atribuída à sua própria

incapacidade intelectual, ou seja, a culpa é do próprio indivíduo e não do Estado.

Inserir-se, também, neste contexto, o artigo 207, que estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Neste artigo, centra-se a concepção de autonomia das universidades.

Decorre daí a concepção de que a universidade seria um “Estado dentro de outro Estado” (OLIVA, 2005, p. 155), concepção esta que vem sendo desmontada por uma série de ações governamentais, no campo da legislação assim como no campo das “políticas de gerenciamento de metas”, que o governo federal vem impondo às IFES.

Na Constituição de 1988, fica estabelecido, ainda, que a Educação Superior deve ser gratuita, em estabelecimentos oficiais (públicos), e que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.” (Art. 212).

Art. 212 [...].

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (BRASIL, 1988).

Isso mostra, pelo menos, dois aspectos muito importantes do financiamento da educação no Brasil. No primeiro aspecto, fica garantida a gratuidade do ensino oferecido nas instituições públicas de ensino. Portanto, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) o ensino deve ser gratuito, independentemente da etapa de ensino, não havendo justificativa legal para a cobrança de mensalidades, por exemplo, nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, as conhecidas “especializações”. Segundo, fica estabelecido, também, que essa vinculação de dezoito por cento incide sobre os recursos resultantes de impostos e não da receita total arrecadada.

Por outro lado, o artigo 213 parece já preconizar as relações público-privado que vêm ocorrendo no interior das universidades, enquanto estratégia de financiamento das suas funções de pesquisa, ensino e extensão.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (BRASIL, 1988).

Como pode ser observado, de acordo com esse artigo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão “*poderão* receber apoio financeiro” e não “*receberão* apoio financeiro do poder público”, tornando, assim, a universidade “livre à iniciativa privada”. Ou seja, abre-se uma possibilidade de que as atividades desenvolvidas em instituições públicas possam ser financiadas por empresas públicas ou privadas, assim como abre, também, para que o ensino,

a pesquisa e a extensão realizados por instituições privadas recebam recursos públicos, por meio de apoio financeiro, como vem ocorrendo em programas como PROUNI, FIES, programas de pós-graduação via bolsas etc..

Amaral (2007), analisando a Constituição Federal de 1988, no referente à educação brasileira, diz que ela parece estabelecer papéis diferentes e complementares para o setor público e o privado. Destaca que, no que diz respeito à pesquisa e à extensão, qualquer instituição privada poderá receber recursos públicos.

Além disso, ainda temos que considerar que os 18% de recursos vinculados à educação incidem sobre os recursos provenientes de “impostos”.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, *da receita resultante de impostos*, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988. Grifos nossos).

Desses 18% vinculados constitucionalmente à educação, segundo o PL Nº 7.200/2006, 75% deverão ser destinados à educação superior.

Caso os 18% dos recursos da União destinados à educação incidissem sobre toda arrecadação teríamos um montante 3,4 vezes maior para aplicar no ensino superior o que seria mais do que suficiente para absorver todos os estudantes que se encontram hoje nas IFES privadas. (CHAVES, 2007, p. 173).

O período considerado, nessa análise de Chaves (2007), é de 2003 a 2006, o que nos permite dizer que, se, em 2003, foram arrecadados em receitas correntes¹⁰ R\$ 384.447.011,00,

¹⁰ Receitas Correntes, diferentes das receitas de capital, são as “receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm, por isso, de ser elaboradas todos os anos. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes”. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp>. Acesso em: 23 nov. 2009, 11:09h.

a receita tributária¹¹, que são aquelas oriundas exclusivamente de impostos, foi apenas 30% desse valor, ou seja, R\$ 115.191.037,00; se aplicássemos a fórmula da vinculação de 18% sobre toda a arrecadação de receitas correntes, teríamos um valor muito maior. Em 2006, tivemos R\$169.502.589,00 de receita tributária, o que representou uma queda de 1% em relação a 2003, comparativamente com o total das receitas correntes. Daí a importância estratégica de a vinculação incidir sobre o montante total das receitas correntes e não sobre as receitas de impostos, que é muito inferior.

A Constituição de 1988 estabelece, ainda, que sejam definidas as diretrizes e bases da educação, o que gerou, portanto, contexto favorável para que, oito anos mais tarde, tivéssemos a aprovação de outra Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Aprovada sob o nº 9.394/96, a LDB afirma, em seu Capítulo IV, que “no caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais se necessários para a superação das deficiências”, e que, também, poderá “receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas ou privadas” (Art. 53, X); ou seja, essa Lei possibilita a regulamentação das parcerias público-privadas na educação brasileira. Estabelece, ainda, que o poder executivo é responsável pela manutenção das universidades, mas que as mesmas estão legalmente capacitadas para realizar cooperação financeira, com entidades públicas e(ou) privadas, para subsidiar essa manutenção.

Nessa perspectiva, percebemos que essa Lei reafirma os princípios da Constituição de 1988, no que diz respeito à vinculação constitucional de recursos para a educação. Entretanto, se partimos do pressuposto de que o direito à educação deve se constituir a partir do dever do Estado, por meio do financiamento público, percebemos que, nos artigos 4º, 5º, 6º, 7º, da

¹¹ Não estão incluídas a arrecadação proveniente de outras taxas e contribuições.

LDB, há uma centralidade na Educação Básica, em detrimento da Educação Superior.

O artigo 4º, que faz a abertura do Título III – Do direito à educação e do dever de educar, determina que “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; [...]” (BRASIL, 1996a).

Nos outros sete incisos desse artigo, não percebemos nenhuma menção sobre Educação Superior, salvo o inciso V, segundo o qual uma das garantias do Estado quanto à educação escolar pública será o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, *segundo a capacidade de cada um*; [...]” (grifos nossos).

Esse inciso ressalta uma das características estruturantes do neoliberalismo que é o mérito. O que reforça a competitividade individual exacerbada, que provoca o “re-fluxo” da participação política em torno das instituições de interesse coletivo, como por exemplo, os movimentos estudantil e sindical. Assim, podemos dizer, embasados no pensamento de Adorno e Horkheimer (1969), que a compreensão da ação recíproca que indivíduo e sociedade exercem um sobre o outro tem uma consequência fundamental na ideia de que o homem, como indivíduo, alcança sua existência própria somente em uma sociedade justa e humana.

É fundamental enfatizar que a LDB, de 1996, no Título IX – Das Disposições Transitórias, determinou, também, em seu artigo 87, que, a partir da sua publicação, ficava instituída a década da educação; e no respectivo parágrafo 1º, estabelece que “a União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.”

A Constituição de 1988 já havia determinado, em seu artigo 214, sobre o PNE:

Art. 214. A lei estabelecerá o *plano nacional de educação*, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

(BRASIL, 1988. Grifos nossos).

Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabeleceu, entre suas prioridades educacionais, para o período de uma década, que o Brasil deveria atingir o percentual de 30% de jovens de 18 a 24 anos na Educação Superior.

É necessário destacar que o PNE estabelece que a expansão da Educação Superior deve se dar de modo que o setor público mantenha, sempre, no mínimo, 40% das vagas ofertadas.

Por outro lado, mesmo tendo estabelecido essa meta, o governo FHC vetou os principais artigos que garantiriam um aumento de recursos suficiente para atingir essa meta. Os vetos demonstraram uma oposição entre o “Plano Nacional de Educação: Proposta da sociedade brasileira” e o “Plano Nacional de Educação” aprovado pelo Governo.

As duas propostas de PNE materializavam mais do que a existência de dois projetos de escola, ou duas perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. O PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica. Isso implicaria propor objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. O custo seria mudar o dispêndio, equivalente a

menos de 4% do PIB nos anos de 1990, para 10% do PIB, ao fim dos 10 anos do PNE. A proposta da sociedade retomava, visando a organizar a gestão educacional, o embate histórico pelo efetivo *Sistema Nacional de Educação*, contraposto e antagônico ao expediente governista do *Sistema Nacional de Avaliação*. (VALENTE; ROMANO, 2002, p.98. Grifos dos autores.).

Como se pode depreender do excerto acima, foram encaminhadas ao Congresso Nacional duas proposta antagônicas de Plano Nacional de Educação. A primeira proposta foi encaminhada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, por meio do Deputado Federal Ivan Valente (PT-SP¹²); nela, as entidades da sociedade civil apresentavam como meta o acesso de 40% dos jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos ao ensino superior, além da universalização dos demais níveis de ensino e do fim do analfabetismo, no Brasil. Para tanto, definiam que o Estado brasileiro deveria investir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, nos 10 (dez) anos de implementação do PNE.

Diferente dessa proposta, o governo federal (FHC) encaminhou ao Congresso Nacional “outro plano”, em que estabelecia como meta para o ensino superior o acesso de 30% de jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, mas sem definir o volume de recursos que seriam utilizados para o atendimento dessas metas.

Durante o debate estabelecido, no Congresso Nacional, foi aprovado que o governo deveria destinar 7% do PIB ao financiamento da educação brasileira, para o atendimento das metas estabelecidas no PNE; no entanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou os artigos que se referiam ao financiamento, com a justificativa de que feriam a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101/2000). O atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de se comprometer, em seu programa de governo apresentado ao povo brasileiro, na campanha de 2002, que iria derrubar os vetos e que destinaria 7% do PIB à

12 Na legislatura atual (2006-2010), o Deputado Federal Ivan Valente foi eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

educação, não cumpriu essa promessa, até o momento, como podemos observar a seguir.

Se levarmos em conta os dados do INEP (2007) relativos a 2006, considerando a política atual de financiamento da Educação Superior, percebemos que, mesmo com a criação de vagas, com recurso público, nas IES privadas, por meio do Programa Universidades para Todos (PROUNI), e, mais recentemente, com a criação do REUNI para as IFES, será muito difícil o Brasil atingir essa meta. O Brasil terá que saltar dos 10,5%, em 2004, para 30%, em 2011.

Com a implementação do PROUNI, o governo, indiretamente, tem injetado recursos públicos nas instituições de ensino superior privadas, por meio de isenções fiscais, em troca da concessão de bolsas de estudos para estudantes oriundos da escola pública, afro-descendentes, índios e professores da rede pública, tendo como base os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Políticas como essa têm dificultado, cada vez mais, o fortalecimento das IFES, uma vez que o governo deixa de receber (diretamente) recursos para o Fundo Público provenientes das instituições privadas de ensino superior e, por outro lado, ainda ajuda a preencher as vagas ociosas dessas instituições, como saída para a crise da falta de vagas no ensino superior público.

A conjuntura seria outra se não tivessem ocorrido os vetos do governo FHC ao PNE, no que tange a:

- 1- Assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, de pelo menos 75% dos recursos da União vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e à expansão da rede de

instituições federais.

- 2- Ampliar o financiamento público da pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados àquela finalidade.
- 3- Implantar, no prazo de um ano, planos gerais de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnica e administrativa e respectivos níveis de remuneração.
- 4- Elevar, na década, através de esforço conjunto da União, estados, DF e municípios, o percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos, e de 0,6%, no quinto ano.
- 5- Orientar os orçamentos, nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.
- 6- Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público, na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com isso, cria-se a necessidade de “arranjos institucionais” pelas instituições públicas de ensino superior, como é o caso dos cursos de contratos, para poderem absorver parte da demanda de alunos das classes subalternas de nossa sociedade.

Podemos perceber a fragilidade da legislação que constitui o arcabouço legal dessa

política de financiamento para a Educação Superior (por que não dizer para a educação como um todo), onde se apresenta certa flexibilidade, com base, talvez, na ideia defendida pelo Banco Mundial de que faz parte da própria natureza desse nível de ensino o autofinanciamento.

Como parte dessa reforma do Estado brasileiro, os sucessivos governos (FHC e Lula da Silva) vêm tentando implementar um conjunto de leis, que, por sua vez, já teve várias versões anteriores, centrado na reforma da Educação Superior.

Segundo Cêa (2006), os documentos que orientaram as diversas versões de projeto de reforma foram: 1 – Gasto social do governo central: 2001 e 2002 (BRASIL, 2003); 2 – Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira (BRASIL, 2003); 3 – Reforma da Educação Superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior (BRASIL, 2004).

O documento intitulado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira”, publicado em 2003, merece maior destaque. Trata-se de uma versão não oficial de um estudo realizado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), nomeado pelo presidente Lula, em 2003,

[...] encarregado de analisar a situação atual de crise das universidades federais e apresentar um plano de ação e desenvolvimento de reforma da universidade brasileira. O GT, composto por membros da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, da Fazenda e da Educação elaborou relatório, ainda não divulgado oficialmente, mas que já vem sendo apresentado à sociedade, de forma fragmentada, através de diversas medidas legais. (MANCEBO; SILVA JR, 2006, p. 1).

A análise de Mancebo e Silva Jr. (2006) sobre a reforma universitária se sustenta em quatro pontos fundamentais, que são:

1 – a radiografia da situação financeira das universidades públicas, feitas pelo governo, onde ganha referência a análise crítica da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 217/2003, que apresenta novos mecanismos para incrementar as fontes de recursos para as universidades;

2 – a proposta de autonomia apresentada para as universidades, que se desenvolve em torno de duas medidas diferentes que são: uma, dirigida aos centros universitários, através do Decreto N°. 4.914/2003, e outra, de maior amplitude, segundo os autores, que é o Projeto de Lei Complementar 118/2003, que propõe a constituição do Sistema de Instituições de Ensino Superior, que cria uma série de situações sujeitas a críticas, como por exemplo, em relação à autonomia administrativa e, também, em relação à necessidade das universidades enfrentarem, por si sós, as situações de crises;

3 – as novas regras para a avaliação das instituições, que foi, sem dúvida, um dos temas mais polêmicos de 2003, na área da Educação Superior, principalmente no que tange à Medida Provisória nº 147/2003, que revogou o artigo 3º, da Lei nº 9.131/1995, e criou o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (SINAES);

4 – alguns conceitos mais gerais que estão norteando a proposta governamental de Reforma Universitária, com destaque para o debate sobre a transformação da educação em serviços, que se realiza no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assim, a reforma da educação superior, implementada no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi materializada por meio da edição de um conjunto de instrumentos legais, tais como: Decreto nº 4.914, de 11 de dezembro de 2003 (dispondo sobre os centros universitários, alterando o *art. 11 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001*); Lei

nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES); Lei nº 10.973, de 21 de dezembro 2004 (dispondo sobre incentivos à inovação tecnológica); e Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (tratando das parcerias público-privadas na administração pública). Esse é, atualmente, o arcabouço normativo-jurídico que orienta a Educação Superior, no Brasil. Nele, percebemos as marcas profundas da reforma realizada (ou que ainda está se realizando), no Estado brasileiro.

1.3 A crise da universidade pública e a política de financiamento.

Embasados nas ideias de Amaral (2007), podemos afirmar que a Educação Superior brasileira sofreu muitas mudanças, no período pós-constituição de 1988, conforme mostramos anteriormente. No período pós-LDB, ocorreu uma maior diversificação da organização acadêmica das instituições de ensino superior, marcada por uma grande expansão do setor privado, com forte apoio do governo federal o que, por sua vez, acabou provocando uma grande distorção entre os recursos públicos e as demandas educação da Educação Superior, principalmente aquelas advindas das Instituição Federais de Ensino Superior (IFES). Essa situação se agravou ainda mais com a expansão dos campi das IFES, no interior dos estados.

Esse cenário tem gerado profundas mudanças na função social da universidade e, de modo mais geral, da educação superior. Para pensarmos acerca da função social da universidade e suas crises, podemos nos fundamentar em Santos (1995). Ele nos apresenta uma reflexão sobre o papel da universidade, na sociedade atual, e nos dá um alerta de que esse processo de refuncionalização da universidade tem gerado mudanças que atendem às exigências do desenvolvimento capitalista (mão-de-obra qualificada), o que tem prejudicado as perspectivas de promoção social das classes trabalhadoras, por meio das expectativas ideologizadas sobre a falsa democratização. Acreditamos, entretanto, que

[...] a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para as transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança. (SANTOS, 1995, p. 187).

A universidade, ao longo dos anos, vem enfrentando, além de um processo de

destruição paulatina de sua identidade, crises de hegemonia, legitimidade e institucional (SANTOS, 1995).

A crise de hegemonia que presenciamos atualmente, nas universidades, se caracteriza para além da dimensão economicista e produtivista, pois o apelo à prática teve, a partir dos anos sessenta, outra vertente, de orientação social e política, que consistiu na inovação da “responsabilidade social da universidade” perante os problemas do mundo contemporâneo, uma responsabilidade raramente assumida, no passado, apesar da urgência destes problemas e apesar de a universidade ter acumulado sobre eles conhecimentos preciosos (SANTOS, 1995).

Já a crise de legitimidade se manifesta no momento em que se torna socialmente visível que a Educação Superior e a alta cultura são privilégio exclusivo das elites sociais. Quando a procura da educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se quando atender às demandas que lhes são socialmente apresentadas.

De todas as crises da universidade, a crise institucional (crise de financiamento) é, sem dúvida, a que tem assumido maior intensidade, nos últimos anos. Fundamentalmente, porque nela se refletem tanto a crise de hegemonia como a crise de legitimidade, em parte, porque os fatores mais marcantes de sua exacerbação pertencem, efetivamente, ao momento de crise cíclica do desenvolvimento capitalista, que Santos (1995) denomina “período do capitalismo desorganizado”.

As universidades, em especial as públicas, não têm conseguido responder às demandas apresentadas pela sociedade, por conta da política do Estado de redução dos investimentos para essas instituições. E, ao mesmo tempo, o governo estimula o crescimento das instituições de ensino superior privadas.

Nesse sentido, a política designa o processo pelo qual são elaborados e implementados

programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados, em princípio, em torno de objetivos explícitos (MULLER; SUREL, 2002).

Assim, para amenizar os efeitos do engessamento do financiamento público da universidade, com o seu tripé ensino-pesquisa-extensão, essas instituições têm sido estimuladas, pelos governos, a captar recursos externos, por meio de convênios e contratos, o que tem ferido profundamente o caráter público desse “modelo” de instituição mundialmente secular.

Retomando o documento “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira” (BRASIL, 2003), poderíamos dizer que um dos pontos fundamentais é o debate da política de financiamento necessária para desonerar os cofres públicos por meio da captação de recursos externos.

Esse debate pode ser percebido em dois aspectos, que são: o debate sobre a *autonomia*, principalmente a *autonomia administrativa*, e sobre os possíveis *modelos de financiamento*, apresentados no texto (BRASIL, 2003a) como elementos para ampliar tal debate, mas que se aproximam muito da concepção subjacente ao conteúdo encontrado no corpo do documento.

No que tange à autonomia das universidades federais (entenda-se auto-gestão financeira), podemos destacar que o documento afirma:

Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência. (BRASIL, 2003a, p.9).

Em outras palavras, a concepção de autonomia universitária parte da premissa de que não precisamos discutir outra política de financiamento público para a Educação Superior e

sim buscar novas fontes externas de recursos. O que vai ao encontro da concepção de “universidade prestadora de serviços” ou “universidade heterônoma” (SGUISSARDI, 2003).

Pressupõe, também, além da captação desses recursos, a derrubada das “amarras legais”, essenciais à manutenção da isonomia e transparência na aplicação dos recursos públicos, como já vem ocorrendo com os recursos provenientes dos convênios e contratos captados por meio das “fundações de apoio”¹³.

Assim, a derrubada das “amarras legais”, no que tange aos gastos com pessoal – ou seja, a “autonomia administrativa” –, se aproxima da concepção apresentada por Bresser-Pereira (1996), na sua proposta de reforma gerencial do Estado que transformaria as universidades em “organizações sociais” (OS), livres, portanto, das bases legais do Estado brasileiro. O que, na interpretação do governo, ofereceria um “barateamento da educação superior” e seria, portanto, uma saída emergencial para a crise das universidades. Nas considerações complementares do documento, registra-se:

O Grupo de Trabalho não firmou posição sobre algumas idéias de financiamento do ensino superior, atualmente em discussão. Porém, considerou que seria conveniente apresentá-las para fins do debate que deverá ser realizado, na forma de anexo ao presente documento. (BRASIL, 2003a, p.13).

Antes, entretanto, são apresentadas duas “considerações preliminares”: a primeira diz respeito ao montante de recursos aplicados, em 2003, diretamente em educação, mas que foram utilizados para pagamentos da previdência de professores e servidores; a segunda destaca a tendência de aumento da participação de recursos não orçamentários nas universidades federais, ou seja:

¹³ *Fundações de apoio* são entidades privadas, criadas com a finalidade de intermediar as relações entre a Universidade e o mercado por meio da captação de recursos para o financiamento de pesquisas. Na prática, entretanto, essas fundações funcionam mais como arrecadadoras de recursos públicos e como agentes da cobrança dos serviços executados pelas Universidades. Sobre o assunto ver: CHAVES (2005); DOURADO (2001); SGUISSARDI (2003).

b) Nos últimos anos, tem-se observado a nítida tendência a aumentar a participação de recursos não orçamentários na composição do financiamento das atividades das universidades federais, tanto por meio de convênios com empresas estatais, governos estaduais e municipais, como de pagamentos por serviços prestados em cursos especiais, trabalhos técnicos de consultoria e prestação de serviços diversos. Tais valores poderiam ser aumentados, se as universidades federais contassem com a autonomia financeira por elas pleiteada. Com esses dois instrumentos – **autonomia e Fundação de Apoio** – as universidades federais certamente disporiam de condições não só para aumentar a captação de recursos, mas também para gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguiram captar. (BRASIL, 2003a, p. 14. Grifos nossos).

Feitas essas considerações, o Grupo de Trabalho apresenta, ao final do texto, conforme já anunciamos, “alternativas de fontes de financiamento que *não foram aprovadas por todos os membros do Grupo*” (BRASIL, 2003a, p. 17. Grifos nossos.), mas que merecem ser citadas a título de *elementos para ampliar o debate* em torno da temática.

São essas ideias que passarei a apresentar, sinteticamente, pois, em vários momentos, o debate sobre a reforma da Educação Superior versa sobre alternativas de captação de recursos públicos ou privados para complementação do financiamento da educação. Parece-me serem essas “alternativas”, para superar a falta de recursos nas universidades, que, em parte, foram minimizadas pela criação das fundações, em quase todas as IFES brasileiras.

A *primeira alternativa* seria a contribuição voluntária, embasada no modelo americano. Essa alternativa parte do pressuposto de que as universidades brasileiras poderiam captar recursos voluntários de seus ex-alunos, com campanhas de voluntariado, apoiadas em incentivos fiscais.

A *segunda alternativa* apresentada consistiria na contribuição não voluntária, tendo como referência o sistema inglês. Esse modelo se sustentaria a partir de uma alíquota adicional, no imposto de renda, para ex-alunos de universidades federais que declarassem renda acima de determinado valor.

A *terceira alternativa* seria a distribuição da Contribuição Provisória Sobre

Movimentação Financeira (CPMF). A ideia desse imposto, existente na época do estudo, foi financiar gastos com saúde pública, o que pressupunha a formação de pessoal especializado nas universidades brasileiras. Mas, por uma interpretação equivocada das normas desse tributo, nem essas universidades nem as faculdades de saúde receberam parte dos recursos captados pela CPMF.

A *quarta alternativa* contaria com a retirada da folha de inativos do orçamento das universidades federais, o que teria liberado, segundo esse estudo, realizado em 2003, R\$ 2,8 bilhões, recursos que poderiam propiciar uma considerável margem de investimento e ampliação do número de vagas.

A *quinta alternativa* seria a criação de uma Lei de Incentivos Fiscais para o Ensino Superior, proposta que se sustenta na ideia de que o Brasil dispõe de diferentes leis nacionais, estaduais e municipais de incentivos fiscais; de modo do análogo, poder-se-ia criar um instrumento específico para a educação superior.

A *sexta alternativa* consistiria na criação de “Fundos empresariais para o ensino superior”, seguindo a mesma orientação dos fundos setoriais que apoiam as pesquisas com recursos dos Fundos de Pensão.

A *última alternativa* apresentada propõe abrir às universidades a possibilidade de utilizar recursos oriundos de um possível acordo, atualmente em discussão, para viabilizar a troca da dívida por investimentos na Educação Superior.

No caso da Universidade Federal do Pará (UFPA), dentre as estratégias utilizadas, destacam-se, neste estudo, os *cursos de contratos estabelecidos com as prefeituras do interior do estado do Pará*. Tal política é passível de ser implantada por meio das fundações de apoio, que são entidades privadas criadas para estreitar os laços entre o setor público e o privado, visando à captação de recursos para manutenção das universidades – como é o caso

da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), no Pará. O que nos mostra que a política de financiamento das universidades públicas está embasada na implantação de sua “autonomia financeira”, entendida como captação de recursos externos (públicos ou privados).

Gemaque (2006), ao defender que “a política de financiamento da educação de um governo expressa o grau de importância a ela atribuída, pois ao definir o montante de recursos disponíveis e os valores alocados nos programas implementados evidencia as prioridades assumidas [...]” (p. 214), nos ajuda a afirmar que a Educação Superior, em nosso país, ainda não atingiu um nível de prioridade que nos possibilite superar esse contexto de crise gerado no seu financiamento.

Ao discutir a política de financiamento da Educação Superior, no governo Lula, e a relação dessa política com a crise fiscal, Chaves (2007) nos apresenta os seguintes questionamentos:

1 – que relações podem ser estabelecidas entre a política de financiamento da educação superior brasileira com a política de “ajuste fiscal” do Estado? 2 – como essa política se materializa na destinação de recursos orçamentários do governo federal para a educação superior no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva? 3 – qual tem sido o montante de recursos comprometido com o pagamento da dívida pública brasileira em comparação com os recursos aplicados em educação e o que representou em relação ao PIB? (CHAVES, 2007, p. 161).

Para dar conta das questões acima apresentadas, a autora busca analisar a política de “ajuste fiscal” adotada pelo governo, assim como dados relativos à execução orçamentária de 2003 a 2006. (CHAVES, 2007, p. 162)

Assim, para responder à primeira questão, a autora ressalta que a reforma do Estado brasileiro, implementada na década de 1990, teve como eixo a redefinição do papel do Estado em face das políticas sociais, transferindo funções específicas de prestador de serviços para o

mercado como forma de reduzir custos e buscar outras formas de “lucro”.

No bojo dessa concepção de reforma, não é estratégico investir/financiar as políticas públicas sociais de educação, saúde e previdência, por exemplo. Assim, a autora conclui que “a defesa de que o estabelecimento de uma ‘economia saudável’ só é possível com austeridade fiscal do Estado impõe uma redução drástica no financiamento das políticas sociais.” (CHAVES, 2007, p. 164).

Respondendo à segunda questão, afirma que essa política de “ajuste fiscal” impactou diretamente o repasse de recursos da Educação Superior, no primeiro mandato do governo Lula. A autora percebe que a política de financiamento da educação superior, alicerçada na concepção de “Estado” difundida pelo Plano Diretor de Reforma do Estado, de 1995, articula-se com a concepção de que o Estado deve se afastar “da manutenção desse nível de ensino decorrendo a tese de que a educação superior é um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo.” (CHAVES, 2007, p. 166-167). Essa política tem redundado na redução de recursos orçamentários de manutenção do ensino, da pesquisa e da extensão, assim como no estímulo à busca de recursos de fontes externas (públicas ou privadas).

No que tange à terceira questão, a autora conclui que, no primeiro mandato do presidente Lula, adotou-se a concepção de educação como “serviço público não-estatal”, resultando em iniciativas que podem, portanto, ser “operacionalizadas pelo estabelecimento de parcerias público-privadas”.

Enfim, podemos dizer que as reformas do Estado e da Educação Superior apresentam-se em vários aspectos, tanto na influência exercida, no interior das universidades, por meio processo de ressignificação das bases epistemológicas da reforma do Estado, quanto aos conceitos de público e privado e suas relações, como naquilo que se convencionou chamar reforma da Educação Superior, para atender aos interesses do capital, através da redefinição política de financiamento.

Capítulo 2.

A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DAS IFES BRASILEIRAS: O CASO DA UFPA.

Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

(Art. 55. Lei Nº. 9.394/96-LDB. Grifos nossos)

Depois de analisarmos a relação entre a reforma do Estado e a política de financiamento da educação superior e respectiva legislação, entendemos que não se trata, simplesmente, de uma decisão administrativa de governo, mas é rebento de uma crise maior, de reconfiguração do sistema capitalista de produção, que tem exigido do Estado uma nova função, que é a de criar condições favoráveis para manutenção das margens de lucro do capital.

Devemos considerar, por outro lado, que o Estado, no interior de uma análise marxista, foi criado para regular a luta de classes em prol dos interesses da classe que detém o poder econômico e político. Esse poder é usado por seus representantes governamentais, por meio da estrutura burocrática do Estado, para defender seus interesses na gestão dos recursos públicos; mas este último sofre a pressão dos movimentos populares no sentido da garantia de direitos. Por isso, o Estado é, na verdade, uma síntese dessa correlação de forças entre os defensores do capital e a sociedade civil organizada nos movimentos sociais sindicais (GRAMSCI, 1988).

Por isso, e apesar de a LDB (Lei Nº 9.394/1996) garantir, em seu artigo 55, que é função da União assegurar “*recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das*

instituições de educação superior” públicas, percebemos que as IFES tem buscado estratégias para criar artifícios para o financiamento do ensino superior, como, por exemplo, os cursos de contratos, demonstrando que esse artigo não foi implementado “*ipsis litteris*”.

Neste capítulo, faremos uma análise da política de financiamento da educação superior, com ênfase nas instituições federais de ensino superior (IFES), tendo como base os dados oficiais do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), assim como da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), da Universidade Federal do Pará.

Com o objetivo de entender como está estruturada a política de financiamento implementada pelo governo federal, para as IFES, no período de 2000 a 2008, e quais são as suas relações com as reformas do Estado e da educação superior, faremos uma caracterização da estrutura do financiamento das IFES brasileiras, tendo como referência as matrizes de distribuição orçamentária do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), que são as principais parametrizações para definir o montante de recurso que cada instituição irá receber, ou seja, são os instrumentos usados pelo MEC para a distribuição dos recursos das IFES, oriundos do Fundo Público Federal.

2.1 Caracterizando o financiamento das IFES Brasileiras.

O impacto da reforma do Estado não se limita, apenas, à retração financeira na prestação dos serviços públicos, na área social, como, por exemplo, educação, saúde, pensões e aposentadorias, entre outros, mas impacta, diretamente, nesses setores por meio de um

processo agressivo de “mercantilização” dos serviços antes oferecidos gratuitamente.

No entanto, o discurso neoliberal em defesa do Estado-mínimo e a conseqüente estagnação ou redução da prestação de serviços públicos não deve levar à confusão de se supor que o Estado esteja se retirando da cena econômica e política. Pelo contrário, ele permanece com forte participação em um sentido social amplo. No campo educacional, por exemplo, o chamado Estado-avaliador priva-se do financiamento da educação, ou pelo menos, reduz drasticamente a sua participação na oferta desse serviço, provoca, em decorrência, a deteriorização da infra-estrutura e dos salários do pessoal docente e não-docente; todavia, incrementa e sofisticada suas funções de fiscalização, descendo a detalhes mínimos para a determinação dos graus de eficácia, de eficiência e de produtividade das instituições educativas e de seus diversos atores. Os estados não só não descartaram como reafirmaram seu papel controlador, disciplinador e regulador dos sistemas sociais, com o uso de novos sistemas de coordenação, avaliação e controle que estimulam a administração gerencial e a competição de tipo empresarial e submetem os subsistemas de ensino aos mecanismos e interesses do mercado. (MANCEBO, 2008, p. 58).

Em outras palavras, podemos afirmar que o discurso do Estado-mínimo não corresponde à realidade atual, pois não se trata do atrofimento das funções do Estado, mas da redefinição das suas funções. O papel fulcral do Estado não é mais o de provedor dos serviços públicos, mas de fiscalizador, regulador e avaliador, referenciado na concepção gerencial de gestão, nos moldes da iniciativa privada.

Para Amaral (2003), ao analisarmos o financiamento da educação superior, precisamos aprofundar a discussão sobre uma categoria fundamental: o Fundo Público ou, mais especificamente, o Fundo Público Federal, que é a principal fonte de recursos da educação superior, notadamente o das IFES, que é o nosso objeto de estudo. Para esse autor,

[...] tanto os capitalistas quanto os trabalhadores pagam impostos, contribuições e taxas estabelecidas pelas leis do país. Do resultado desses pagamentos é constituído o chamado FUNDO PÚBLICO. Os recursos financeiros constituintes do Fundo Público, além de financiar todas as atividades da burocracia do Estado, podem dirigir-se a duas vertentes: SOCIAL E ECONÔMICA – essa segunda, mais vinculada ao mundo dos capitalistas; a primeira, mais associada ao mundo dos trabalhadores. É claro que a separação não é disjunta, existindo uma superposição nas suas destinações. (AMARAL, 2003, p. 59. Grifos nossos.).

Trata-se, portanto, de recursos provenientes do trabalho de cada cidadão brasileiro, aplicados pelo poder executivo dos governos municipais, estaduais e federal. Essa aplicação, por sua vez, é regida por uma série de legislações que estabelecem os critérios para sua efetivação; como exemplo, podemos citar as vinculações constitucionais de recursos públicos para setores essenciais como a educação, conforme artigo 212, da Constituição Federal, de 1988. Assim, os recursos do Fundo Público podem ser direcionados a auxiliar financeiramente os bancos em crise, reforçando a vertente econômica, ou serem utilizados para fins sociais. Nesse caso,

Os poderes Executivo e Legislativo têm ao seu alcance mecanismos eficientes a serem utilizados em relação ao Fundo Público, se decidirem implementar políticas que priorizem o setor social. Um deles é constituir um Fundo Público contendo um volume de recursos financeiros tal que permita realizar intensas atividades relacionadas a aspectos amenizadores do sofrimento de grande parte da população, chegando até mesmo a diminuir a enorme desigualdade social. O outro é distribuir os recursos do Fundo Público de maneira que as atividades sociais sejam priorizadas e adequadamente contempladas. (AMARAL, 2003, p. 60).

Em que pesem as limitações orçamentárias do fundo público para custearem essas políticas públicas sociais, possuímos, por outro lado, inúmeros exemplos, veiculados na mídia, em nível nacional, sobre a má utilização dos recursos públicos.

Não se trata, portanto, simplesmente, de aumentar o volume de arrecadação, onerando ainda mais o trabalhador ou as micro e pequenas empresas com uma carga tributária, ainda mais pesada. Precisamos superar uma etapa intermediária, que é moralizar a distribuição dos recursos públicos.

A sociedade brasileira carece, ainda, de instrumentos mais eficientes de controle social sobre a destinação desses recursos. Não referenciamos meramente a um “eficientismo mercadológico” e(ou) “jurídico”, mas sim a um instrumento que possibilite à sociedade civil organizada exercer o direito efetivo de ser ouvida na definição do que é prioritário– ou não –

na alocação dos recursos públicos. Ou seja, é inadmissível o estabelecimento das metas de superávit primário e a Desvinculação de Receitas do Fundo Público (DRU), destinadas previamente ao setor social, como a educação, por exemplo, para pagamento da dívida pública.

Segundo Amaral (2003), o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nutre-se do Fundo Público Federal (FPF), constituído de recursos oriundos da sociedade disponibilizados ao governo federal para implementar as políticas públicas do Estado.

Na discussão sobre o financiamento dessas instituições, Amaral (2003) nos apresenta uma série de perguntas que orientaram seus estudos e que nos oferecem uma gama de elementos teóricos, o que nos possibilita a compreensão das crises (hegemonia, legitimidade e institucional) vividas pela universidade (SANTOS, 1995).

O montante de recursos (provenientes de arrecadação de impostos, taxas e contribuições) investido em educação superior, assim como os critérios que o governo federal utiliza para distribuir os recursos entre as IFES revelam o nível de prioridade que esse setor está recebendo de cada governo.

Existe uma relação direta entre a ausência de financiamento público e a mercantilização dos serviços da universidade, ou seja, a realização de cursos de graduação por meio de contratos aproxima, através de uma relação perversa, financiamento público, autonomia universitária e mercado. A hipossuficiência de recursos oriundos do fundo público dificulta que as universidades atendam à demanda historicamente apresentada, tornando-se, assim, prescindível no processo de transformação social, o que Santos (1995) identifica como crise de legitimidade.

Essa conjuntura possibilita que as universidades, por meio de suas “fundações de apoio”, mercantilizem sua produção acadêmica, tanto na área do ensino como nas de pesquisa e extensão. Essa situação fere a autonomia universitária, uma vez que as prioridades, seja na administração dos cursos já existentes seja na criação de novos cursos, não são mais definidas apenas tecnicamente, mas sim financeiramente; ou seja, são comprados pelas prefeituras, como no exemplo dos cursos de contratos.

O financiamento público das políticas sociais adotadas, no Brasil, traz consequências imediatas, no quadro do ensino superior do país. Considerando os dados correspondentes ao período de 2000 a 2007, constantes no Censo da Educação Superior do INEP (2008), observa-se que o sistema de educação superior brasileiro não é homogêneo. Pelo contrário, é complexo e exige um volume de recursos crescente. As instituições universitárias, na sua grande maioria, centram-se na pesquisa e em programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) que exigem um investimento muito maior do que as instituições isoladas ou não universitárias, que se dedicam exclusivamente ao ensino.

No bojo desse processo, é necessário destacar que, conforme nos apresenta Oliveira (2006), a política de diversificação e diferenciação da educação superior é resultado das políticas neoliberais implementadas, no Brasil, conforme passaremos a comentar.

a) Essas políticas “*buscam favorecer a concorrência e o atendimento às diferentes demandas e clientelas, mediante oferta diversificada e diferenciada do nível superior, promovendo uma dissociação entre ensino e pesquisa.*” (OLIVEIRA, 2001, p.1).

Essa é uma das características mais marcantes no processo de expansão da educação superior brasileira, conforme comentamos no Capítulo 1. No Plano Nacional de Educação, foi apresentada a meta de crescimento de 30% no atendimento dos jovens de 18 a 24 anos, no

acesso ao ensino superior, até 2011. Entretanto, com um percentual de 9%, em 2006, e um investimento público indireto nas instituições privadas de ensino superior, em detrimento das públicas, não acreditamos na possibilidade de atingir essa meta.

Um indicativo de que o próprio governo não acredita nas metas do PNE fica explícito, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2006) e com o estabelecimento e a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR-2007). Esses instrumentos de planejamento do governo federal redefiniram as metas educacionais do Estado brasileiro, suplantando, portanto, o PNE, que mesmo não sendo resultado exclusivo da sociedade civil, é resultado da correlação de forças do Congresso Nacional.

Há que se considerar, nessa discussão, dada a grande diversificação das instituições de educação superior, que temos uma expansão por meio de instituições não universitárias, que dissociaram completamente a pesquisa do ensino, favorecendo apenas o ensino.

b) Essas políticas neoliberais, também, *“procuram naturalizar, ainda mais, as diferenças individuais, instituindo paulatinamente um sistema meritocrático no qual cada um terá o ensino superior que possa ter.”* (OLIVEIRA, 2001, p.2).

No que tange ao acesso ao ensino superior brasileiro, vem sendo, aos poucos, incorporada pela opinião pública a ideia de que os que têm acesso ao ensino superior público são os que puderam ter uma educação básica de qualidade e que, por mérito, obtiveram aprovação nos processos seletivos das IES públicas. Àqueles que não obtiveram êxito, portanto, só resta estudar nas IES privadas. Ou seja, culpam-se esses indivíduos porque, supostamente, não se esforçaram o suficiente para serem aprovados.

c) Dessa forma, *“ampliam a subordinação do ensino superior ao mercado, particularmente no tocante à formação profissional e à produção de bens e serviços*

acadêmicos”. (OLIVEIRA, 2001, p.2).

A subordinação do ensino superior ao *mercado* se dá, fundamentalmente, por meio dos cursos tecnológicos, de formação aligeirada e instrumental, para atender ao mercado capitalista. Também a universidade pública passa a priorizar a oferta de serviços acadêmicos pagos (CHAVES, 2005), como os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Em nossa instituição, a Universidade Federal do Pará, percebemos as cobranças de taxa para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, mostrando mais uma fragilidade de nosso sistema de financiamento da educação superior, que não custeia esses cursos. Essa situação, por sua vez, gera, no interior das IFES, nichos de mercado de “bens e serviços acadêmicos”, disponíveis para os alunos que possuem capacidade financeira de consumi-los, o que agride profundamente o caráter público das IFES brasileiras.

d) Assim como “*dão ao Estado os instrumentos legais e burocráticos necessários à avaliação e controle do sistema, o que permite promover uma maior competitividade no sistema;*” (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Essas características enfatizam, ainda mais, a crise de autonomia que atravessa, hoje, as nossas universidades. Suas políticas são definidas por sujeitos externos. A crítica a essa concepção heterônoma de gestão da universidade não significa que esta deva estar apartada da dinâmica sociohistórica da sociedade na qual está inserida; significa, apenas, que as políticas de gestão devem ser produzidas internamente pelos sujeitos partícipes de suas ações.

Alimentadas pelos mesmos padrões de competitividade do jogo concorrencial do mercado, as instituições de educação superior brasileiras lançam-se numa agressiva disputa entre si para receber o maior número de alunos possível. Esse contexto ganha muito mais força com o processo de diferenciação quanto ao nível de organização acadêmica dessas

instituições.

Tudo isso, no entanto, fortalece, no interior do sistema mantido pelo Executivo Federal, um processo mais concorrencial no qual prevalecem a identificação e a produção de elementos acadêmicos que afirmem ou reconfigurem o perfil de *excelência* de cada instituição. O **jogo concorrencial** da diferenciação e da distinção institucional, ou melhor, da ocupação de posições específicas e diferenciadas, contribui para *desmontar* o sistema federal, tendo em vista que rompe, paulatinamente, com elementos centrais de convergência, que asseguravam, pelo menos *em tese*, certo nível de *solidariedade*, como: indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, gestão democrática, padrão unitário de qualidade, carreira unificada e avaliação institucional. (OLIVEIRA, 2001, p. 11. Grifos nossos.).

Nesse sentido, entendemos que Oliveira (2006) levanta duas situações: a) a do *crescimento generalizado dos índices de produtividade das IFES*, especialmente a partir de 1997, mormente por meio da expansão de cursos de graduação, que parece indicar uma *resposta ajustada* à atual política de expansão e *massificação* da educação superior; b) a do acirramento da disputa em torno dos recursos federais mediante a *concorrência* estabelecida pela nova matriz de distribuição entre as IFES, adotada pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), desde 1999, que, ao ampliar os recursos para uma instituição, diminui-os, conseqüentemente, para outra. Ganham importância, também, os pleitos das universidades federais em torno dos aportes adicionais dos programas especiais criados, em grande parte pelo próprio MEC, fazendo com que os convênios se tornem uma fonte fundamental para manutenção ou desenvolvimento dessas instituições.

Na Tabela 1, a seguir, apresentaremos a Execução Orçamentária da União para Manutenção e Desenvolvimento da Educação, mais especificamente com a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior (MDES), no período de 2003 a 2008.

TABELA 1

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR (MDES) – 2003 a 2008 (em milhares de reais).

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receita bruta de impostos da União	115.191.037	128.674.367	155.057.427	169.502.589	199.600.618	253.266.787
Transferências para Estados e Municípios	49.658.856	55.471.519	66.850.419	73.072.566	86.027.866	109.157.985
Confisco da DRU (20%)	23.038.207	25.734.873	31.011.485	33.900.518	39.920.123	50.653.357
Receita para efeito do art. 212 da CF/88	42.493.974	47.467.975	57.195.523	62.529.505	73.652.629	93.455.445
18% (art. 212 da CF/88)	7.648.915	8.544.235	10.295.194	11.255.311	13.257.473	16.821.980
Despesas liquidadas com MDES	6.408.444	6.836.367	7.866.090	9.035.089	9.585.707	10.517.767
Despesas liquidadas com MDES em relação à Receita Bruta de Impostos da União	5,6%	5,3%	5,1%	5,3%	4,8%	4,1%

Fonte: Ministério da Fazenda, SIAFI. (Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>).

Considerando os dados da Tabela 1, podemos afirmar que:

1- Os recursos disponibilizados para fins de aplicação dos percentuais de vinculação constitucional, conforme Art. 212, da Constituição Federal, de 1988, são resultado da seguinte operação: Receita Bruta de Impostos da União¹⁴, menos o montante de recursos transferidos para os estados e municípios e os 20% de recursos confiscados pela DRU. Ou seja, em 2003, tivemos uma receita bruta de impostos da União da ordem de R\$115.191.037.000,00; mas, descontando-se as transferências para

14 Se as vinculações constitucionais incidissem sobre o valor total da Receita Corrente da União, incluindo as contribuições e taxas, sem a Desvinculação da DRU, teríamos, em 2003, um aumento de 687,8% de recursos disponíveis para Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), considerando que a Receita Corrente foi de R\$384.447.011.298,34. Em 2008, a Receita Corrente da União foi de R\$754.735.516.610,46, o que provocaria um aumento de 590,8% de recursos disponíveis para a educação brasileira, já descontadas as Transferências para os Estados e Municípios, nos valores absolutos que foram aplicados.

estados e municípios e os 20% da DRU, obtivemos R\$42.493.974.000,00 disponíveis para atender as despesas do governo federal. Aplicando-se a vinculação de 18% sobre essa receita, chegamos ao montante de apenas R\$7.648.915.000,00, liberados para as despesas com educação, e de R\$ 6.408.444.000,00, para Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior (MDES). Em 2008, o valor resultante da aplicação da vinculação constitucional para a educação foi de R\$16.821.980.000,00, dos quais foram aplicados R\$10.517.767.000,00, em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior.

2- Se aplicássemos a vinculação constitucional de 18% sobre a receita bruta, em 2003, sem a DRU, teríamos um volume de recursos no valor de R\$ 65.532.181.000,00, que corresponde a 47,1% mais que o valor disponibilizado para MDE. Em 2008, teríamos o montante de R\$144.108.802.000,00, 54,2% maior que o valor, de fato, aplicado em MDE.

3- Mesmo com o aumento absoluto no valor liquidado com MDES, de R\$6.408.444,00, em 2003, para R\$10.517.767.000,00, em 2008, quando analisamos comparativamente o montante de recursos proveniente da Receita Bruta de Impostos da União, observa-se que houve um decréscimo percentual de 5,6% para 4,1%, no período de 2003 a 2008.

4- Além do decréscimo de 1,5% nas despesas liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior (MDES), em relação ao montante da Receita Bruta de Impostos da União, conforme já comentamos, ganha destaque também, nessa análise, o volume de recursos “confiscados” pela DRU, que é a Desvinculação de Recursos da União, conforme demonstramos no Capítulo 1, subseção 1.1. Esse instrumento do financiamento público brasileiro retira recursos do fundo público, vinculados constitucionalmente, para financiar políticas públicas

sociais, como uma estratégia para manter as metas de superávit fiscal e fazer reserva financeira para dar segurança aos investimentos financeiros internacionais no Brasil. Em outras palavras, significa cada vez menos recursos disponibilizados para a educação, mas liberados para alimentar a volatilidade do capital financeiro internacional.

Ainda segundo Oliveira (2006), a UNESCO, em sua Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris, de 5 a 9 de outubro de 1998, elaborou os documentos “*Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século 21*” e “*Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento do ensino superior*”, em que se faz uma análise dos compromissos e funções da educação superior. Sobre o aporte de recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior, a Conferência concluiu que “o financiamento da educação superior requer recursos públicos e privados” (OLIVEIRA; DOURADO; AMARAL, 2006, p. 13)

Alicerçada nessa concepção, adotou-se, na gestão do sistema de educação superior, algumas estratégias jurídicas dentre as quais destacamos: “1) racionalização de recursos; 2) adoção de avaliações gerenciais que compreendem o controle do sistema educativo; 3) flexibilização de gestão; 4) descentralização gerencial; 5) e, privatizações dos sistemas educacionais.” (Cf. MANCEBO, 2008, p.58-59)

Merece análise mais profunda essa última característica, que se concretiza no crescimento lento dos recursos disponíveis para financiar o sistema de educação superior, assim como o crescente número de matrículas nas instituições mantidas pela iniciativa privada, numa demonstração explícita, corroborada pela legislação vigente, de que a responsabilidade pela expansão deve se por meio setor privado.

Diversos autores são citados nas análises de Amaral (2003; 2008), como Conceição *et al.* (1998), Jongbloes e Maassen (1999), Velloso (2000), que classificam em quatro os

mecanismos que os Estados utilizam para financiar o ensino superior: 1) financiamento incremental ou inercial; 2) financiamento por fórmulas; 3) financiamento contratual; 4) financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes.

Para esses autores (CONCEIÇÃO *et al.*, 1998; JONGBLOES; MAASSEN, 1999; VELLOSO, 2000; AMARAL, 2003) esses tipos de financiamento são conceituados como segue.

I. No *financiamento incremental ou inercial*, os recursos financeiros estabelecidos num determinado ano baseiam-se nos do ano anterior. A definição do novo valor é feita unilateralmente pelo governo, negociada entre governo e a instituição ou, ainda, é especificado simplesmente um percentual de incremento ano a ano. O mecanismo vigentes para as IFES é o da primeira hipótese, em que o volume de recursos é estabelecido pelo governo federal e aprovado pelo Congresso Nacional. (AMARAL, 2003, p. 112).

II. O *financiamento contratual* se estabelece, entre a instituição e o Estado, materializado num contrato, um acordo em que a IES se “compromete a concretizar um determinado programa ou a atingir determinados objetivos, recebendo para isso uma contrapartida do Estado” (CONCEIÇÃO *et al.*, 1998 *apud* AMARAL, 2003, p.112-113).

III. Segundo os autores mencionados, no *financiamento por subsídios* às mensalidades dos estudantes, utilizam-se os cheques educacionais¹⁵.

IV. O *financiamento por fórmulas* dá-se pelo estabelecimento de variáveis/indicadores institucionais que participam de uma expressão lógica que indica no final qual percentual ou valor deve se direcionar para cada instituição que participa da distribuição. (AMARAL, 2003,

¹⁵ Sobre esse tipo de financiamento, Conceição *et al.* (1998, *apud* AMARAL, 2003, p. 113) esclarece: “a parcela de receitas que o Estado cobra em impostos e destina à educação é dividida em cheques, esses são repassados aos estudantes para freqüentarem as universidades que entenderem. Dessa forma as universidades têm que competir entre si, sujeitando-se exclusivamente às regras do mercado, dependentes apenas da escolha dos estudantes. Embora admitida freqüentemente como metodologia de financiamento, a dificuldade em prever as conseqüências da alteração da relação aluno/universidade resultante da implementação do conceito tem limitado a sua concretização”.

p.113).

Segundo Amaral (2003, p.113), “A programação financeira das IFES se dá pela sistemática do financiamento *incremental ou inercial*, em que os recursos financeiros a serem estabelecidos num determinado ano base baseiam-se nos do ano anterior [...]”; ademais, “No caso da **distribuição dos recursos de manutenção e investimentos** entre as IFES, elas já vêm, há alguns anos, exercitando um modelo de *financiamento por fórmulas* [...]” (p. 114).

O financiamento da educação como um todo é estabelecido em lei para todos os municípios, estados e União, por meio de um percentual da receita de impostos e transferências, e não sobre a arrecadação total da União. A Constituição Brasileira estabelece, em seu art. 212: “*A União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino*”. Ficam adicionados, também a essas receitas, outros recursos provenientes de contribuições sociais e do salário educação.

Percebemos, então, que esses mecanismos de financiamento correspondem às políticas adotadas pelo governo federal brasileiro, como, por exemplo, a política de financiamento da educação superior, que combina elementos do financiamento incremental ou inercial e do financiamento por fórmulas.

Por esses motivos, a política de financiamento da educação superior tem se desenvolvido, no Brasil, com algumas características específicas. No caso das IFES, a principal parametrização para seu financiamento é a Matriz de Distribuição Orçamentária do MEC, um instrumento extremamente criticado por conta de algumas distorções que a mesma realiza. Como exemplo, podemos citar que o crescimento de uma instituição representa, em tese, a perda de recurso de outra instituição.

Outra característica dessa matriz é a margem fixa de crescimento e a queda dos indicadores das instituições, pois nenhuma instituição pode crescer mais do que 30% nem menos do que 20%. Portanto, se uma universidade cresce 35%, não terá os recursos correspondentes ao seu crescimento porque a matriz impossibilita tal crescimento. Por outro lado, se uma instituição não cumprir suas metas reais de crescimento, ou seja, acima de 20%, ou, pelo contrário, apresentar crescimento negativo, mesmo assim essa instituição ainda manterá um aumento orçamentário de 20%. (UFPA, 2008).

É necessário esclarecer que a planilha de distribuição orçamentária do Ministério da Educação é parametrizada com os dados dos dois anos anteriores. Ou seja, no final de 2007, foi aplicada a matriz tendo como referência os dados de 2005, para efeito de previsão orçamentária para 2008; no entanto, no segundo semestre de 2008, para fins de disponibilidade financeira, esses dados são consolidados com dados de 2006. Essa “correção” na consolidação na base de dados provoca, na maioria das vezes, situações extremamente desagradáveis para as IFES, uma vez que é com base nos dados orçamentários que as instituições aplicam suas matrizes internas. Entretanto, algumas vezes, as instituições se veem obrigadas a realizar cortes nos orçamentos de suas unidades, por conta desses ajustes. Por isso é que ocorre a distorção entre a dotação inicial e a dotação atualizada.

Os dados estatísticos apresentados, até agora, explicitam a conjuntura experimentada pelas universidades brasileiras. Segundo Amaral (2007),

Considerando o PIB brasileiro de 2004, que foi de R\$1.911.498.000.000,00, nota-se que as instituições federais, estaduais e municipais aplicaram o equivalente a 0,68% do PIB e que as instituições privadas aplicaram o equivalente a 0,97%. Deve-se ressaltar que os países da OCDE aplicam recursos do fundo público que variam entre 1,0% e 1,5% do PIB, em educação superior. (UNESCO, 2006, *apud* AMARAL, 2007, p. 16).

A citação acima traz todos os elementos necessários para explicitarmos a gênese do problema do financiamento da educação brasileira. O percentual de recursos investidos em

educação superior é pífio, diante dos problemas enfrentados pelas nossas universidades públicas. Ou seja, investir 0,68% do Produto Interno Bruto em educação superior é, no mínimo, contraditório diante das metas estabelecidas, no Plano Nacional de Educação, para a educação superior, de atingir 30% dos jovens de 18 a 24 anos, até 2011.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o debate em torno das metodologias de distribuição dos recursos do fundo público torna-se inócuo, diante da exiguidade dos recursos disponíveis. Entretanto, apresentaremos, a seguir, o detalhamento da base de dados que alimenta a matriz de distribuição orçamentária do MEC.

O orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é definido a partir das informações coletadas pelo Sistema de Coleta de Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), por meio do *Sistema de Informações da Educação Superior* (SiedSup), pelo Cadastro Docente, e, mais recentemente, pela *Plataforma de Integração de Dados das IFES* (PingIFES).

O Sistema de Informações da Educação Superior é gerido pelo INEP, por meio de coleta das informações que são utilizadas para a distribuição dos recursos na rubrica “Outras Despesas de Custeios e Capital” (OCC), entre as IFES.

O levantamento inclui dados sobre a área física (bibliotecas, salas de aulas, laboratórios etc.) e sobre as duas principais categorias da universidade que são a discente (vagas, matrículas, créditos cursados etc.) e a docente (ativos e afastados para pós-graduação), através do Cadastro Docente.

A Plataforma de Integração de Dados das IFES é uma base referencial, criada a partir das informações coletadas e lançadas no SIE (Sistema de Informações para o Ensino), e será migrada pelo Sistema de Coleta que a usará para o cálculo do custo-aluno e a aplicação da Matriz Orçamentária do MEC.

Os dados e documentos utilizados na coleta para “alimentar” o SiedSup, do INEP, e o PingIFES, da SESu/MEC, são os seguintes: **SIE** – sobre discentes da graduação e da pós-graduação, e matrículas nas disciplinas ofertadas; **DATACAPES** – sobre discentes da Pós-Graduação; **SIAPECAD** – sobre docentes e servidores; e **Relatórios Anuais das Unidades**.

É fundamental destacar que as informações sobre alunos dos cursos de graduação são necessárias, por ocasião da comprovação dos dados (SiedSup e PingIFES). Ou seja, nessa verificação, são considerados: os editais do Processo Seletivo Seriado(PSS) e quaisquer outros sobre ingressos (FUNDEF, ou seja, curso de contrato, matrículas especiais (“vestibulinho”), transferências etc.), além da lista nominal e números da matrícula tanto dos alunos ingressantes quanto dos alunos matriculados. São consideradas, também, atas de colações de grau e listas nominais e números de matrícula dos alunos diplomados, assim como a lista com números e nomes dos alunos com matrículas trancadas.

O mesmo vale para os alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado), ou seja, são necessários os seguintes dados: lista nominal e matrícula dos alunos remanescentes; lista nominal e matrícula dos alunos ingressantes; lista nominal e matrícula dos alunos matriculados; lista nominal e matrícula dos alunos diplomados, com cópia das atas individuais, padronizadas e específicas de cada aluno; e lista com números e nomes dos alunos com matrículas trancadas. Além dos alunos de graduação e pós-graduação, são também analisados os dados referentes aos alunos das residências médicas.

Percebemos o detalhamento, no processo de coleta de dados para definição da distribuição dos recursos disponíveis; por isso, é fundamental que as instituições realizem o levantamento dessas informações, com a maior precisão e agilidade possível.

2.2 O financiamento da UFPA no período de 2000 a 2008.

Os dados sobre a distribuição dos recursos oriundos do Fundo Público, apresentados anteriormente, mostram como as IFES têm passado por uma situação, no mínimo, complicada, para expandir o número de alunos em 30% ou mais, conforme ficou estabelecido no PNE, sem que seja garantido o acréscimo de recursos para tal expansão.

Considerando a forma de distribuição dos recursos definida pelo MEC, por meio da Matriz de Distribuição Orçamentária, conforme já exposto, vamos analisar como esses recursos são distribuídos na Universidade Federal do Pará.

Ressaltamos que essa universidade é a maior instituição de ensino superior da Amazônia e é a maior instituição federal do país, em número de alunos matriculados, sendo, portanto, fundamental para o desenvolvimento da região atender às demandas históricas por meio da manutenção de seu caráter público e autônomo.

A cada ano, a UFPA precisa informar, assim como as demais IFES, os dados necessários para alimentar o sistema do INEP (SiedSup) e da SESu/MEC (PingIFES). No caso de a UFPA não comprovar os dados informados, o MEC, por meio da SESU e do INEP, considerará os dados referentes ao pior desempenho apresentado nos últimos cinco anos.

Considerando que o Sistema Federal de Educação Superior é extremamente competitivo, essa situação geraria um desequilíbrio no orçamento da UFPA, sem precedentes, uma vez que os cálculos da Matriz de Distribuição Orçamentária, do MEC, são feitos com base nos dados informados pelas IFES (UFPA, 2008).

O ajuste ocorrido no Orçamento de Custeio e Capital (OCC), da UFPA, em 2008, é reflexo não da redução dos indicadores dessa Universidade e sim da redução de sua participação nos indicadores de toda a rede das IFES brasileiras. Para o OCC-2007, a UFPA

possui uma participação final de 4,01% no montante de recursos disponíveis para as IFES e, para o OCC-2008, reduziu sua participação para 3,95%. Esta redução se deve, basicamente, a um crescimento maior nos indicadores da matriz de outras IFES em relação ao crescimento da UFPA.

Na Tabela 2, destacamos os dados correspondentes à evolução orçamentária das Outras Despesas Correntes e de Capital, da UFPA, no período de 2001 a 2008. Cada item que compõe essas despesas é formado pelas seguintes categorias econômicas: 1- Despesas correntes (custeio); 2- Despesas de capital (investimento e emendas).

TABELA 2
EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL DA UFPA.
2001 A 2008 (R\$)

Ano	Proposta Orçamentária PGO	LOA	Dotações Autorizada (LOA+ Suplementação+Créditos especiais+ Anulações/Remanejadas)	Créditos Recebidos (Convênios e Descentralização de créditos)	Créditos Concedidos e Transferidos	Orçamento Aplicado
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)=(C+D-E)
2001	15.463.235,00	23.993.172,00	25.531.343,00	20.381.124,97	-	45.912.467,97
2002	15.504.000,00	27.165.020,00	27.100.175,00	23.626.030,21	-	50.726.205,21
2003	17.944.381,00	28.846.413,00	29.197.735,00	26.483.047,01	-	55.680.782,01
2004	20.842.819,94	35.369.990,00	36.116.153,00	36.417.328,67	-	72.533.481,67
2005	33.098.219,00	47.889.049,00	47.934.106,00	59.547.736,70	111.237,00	107.370.605,70
2006	40.227.733,00	56.457.728,00	57.796.981,00	54.464.471,96	1.058.797,00	111.202.655,96
2007	50.736.492,00	64.739.991,00	66.164.912,00	83.032.936,58	1.107.086,07	148.090.762,51
2008	54.520.277,00	78.951.677,00	94.057.610,00	59.416.876,52	3.654.877,43	149.819.609,09
Δ%	252,6	229,0	268,4	191,5	-	226,3
2001-2008						

Fonte: UFPA, 2009 (com dados fornecidos por: SIAFI, LOA, UFPA/PROPLAN; UFPA/PROPLAN).

Os dados da Tabela 2 demonstram que as despesas executadas pela UFPA, em 2001,

foram de R\$45.912.467,97 e, em 2008, de R\$149.819.609,09, perfazendo um aumento percentual de 226,3%.

No que tange ao processo de distribuição orçamentária, a partir do cálculo da Matriz de Distribuição Interna, da Universidade Federal do Pará, podemos dizer que são considerados todos os alunos registrados, no ano letivo referente ao ano atual, em cursos de graduação, ministrados nos turnos diurno e noturno; de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado; residência médica; ensino infantil, fundamental e médio¹⁶. Ademais, os dados semestrais de alunos matriculados na graduação devem ser somados e divididos por dois, para que seja retirada uma média final.

Por outro lado, não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização, assim como não devem ser considerados alunos de mestrado profissionalizante e de cursos de educação à distância que não sejam financiados pela UFPA.

Numa estratégia de exemplificar a fórmula da Matriz, para calcular o Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI), apresentaremos, resumidamente, os elementos principais do cálculo. A fórmula utilizada é a seguinte:

$$\text{AGTI} = \text{todos os Cursos} \{(\text{NDI} * \text{DPC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((\text{NI} - \text{NDI})/4) * \text{DPC}\}$$

onde:

- “NDI” representa o número de alunos diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
- “DPC” demonstra a duração padrão do curso;
- “NI” representa o número de alunos ingressantes, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso; e
- o Fator de Retenção é calculado de acordo com metodologia da SESu (Secretaria de Educação Superior do MEC).

¹⁶ Segundo a PROPLAN ainda está em discussão a utilização ao não desses dados referentes ao ensino infantil, fundamental e médio.

Depois de realizado o cálculo para retirar o valor numérico referente aos Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI), que vai alimentar a fórmula final da matriz, calcula-se o valor numérico referente ao Aluno Equivalente da Graduação (AGE). Portanto, é necessário destacar que um não exclui o outro, haja vista a especificidade da realidade de cada um desses alunos. Assim, minimizam-se as grandes disparidades existentes entre os cursos, uma vez que o cálculo do aluno equivalente considera pesos diferenciados para grupos diferentes de cursos. A fórmula utilizada é a seguinte:

$$\text{AGE} = \text{todos os Cursos } \{(\text{NDI} * \text{DPC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((\text{NI} - \text{NDI})/4) * \text{DPC}\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Para o cálculo dos Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI) e Alunos da Graduação Equivalentes (AGE), multiplicaremos os valores da média dos alunos da graduação pelos valores citados anteriormente.

Passamos, agora, ao cálculo do Aluno de Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI) e do Aluno de Residência Médica Integral (ARTI), que nada mais é do que aplicar o peso 2 a cada aluno. Assim sendo, as fórmulas para o cálculo ficaram assim:

$$(\text{APGTI} = 2 \times \text{APG})$$

e

$$(\text{ARTI} = 2 \times \text{AR})$$

Depois desses cálculos, já se possuem os elementos necessários para calcular-se o Número Total de Alunos da Instituição, que será realizado a partir da seguinte fórmula:

$$(\text{NTA} = \text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI})$$

Nessa fórmula, AGE representa o número total de alunos matriculados na graduação

equivalente; APGTI, o número total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*, em tempo integral, incluindo-se os de mestrado e os de doutorado; e, por último, ARTI representa o número total de Alunos da Residência Médica em Tempo Integral.

Depois de encontrado o valor numérico final a ser distribuído, deveremos descontar os valores do cálculo da manutenção e, do restante, devemos obedecer aos percentuais referentes a alunos da graduação, em 2009, que são de 60% e 40% divididos em percentuais iguais, conforme os seguintes indicadores: **Número de projetos de pesquisa, Número de projetos de extensão, Número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, IQCD, IQCTA.**

Para iniciarmos o cálculo do orçamento que caberá a cada unidade, teremos de utilizar uma tabela que contém todas as disciplinas ministradas, no exercício em questão, com o total de alunos matriculados em cada disciplina e o total de créditos de cada disciplina. De posse disso, fazemos a chamada percentualização das disciplinas e reagrupamos pelas faculdades, no caso de Belém, e pelos Cursos, no caso do Interior; e vamos ter, então, o valor com que cada Unidade ou Curso contribui para a Formação da Matriz Interna (UFPA, 2008).

Cada unidade ainda recebe um valor de manutenção, que provém da fórmula de área que é: **R\$ ÁREA = 5,50 x (AC + AL/2)**, onde AC representa a Área Total Incluindo Laboratório e AL se refere, especificamente, à Área de Laboratório.

Este número será o quociente da razão onde o denominador será o orçamento total a ser distribuído pelos alunos equivalentes, conforme fórmula a seguir.

$$\text{Valor AEQT(Aluno Equivalente Total)} = \frac{\text{TOTAL DO ORÇAMENTO A SER DISTRIBUÍDO}}{\text{TOTAL DE ALUNOS EQUIVALENTES}}$$

De posse do Valor do Aluno Equivalente Total, calcularemos o valor de cada Curso,

multiplicando este pelo número de alunos de cada curso. Assim, volta-se à Tabela de Percentualização, agora, para dividir este valor pelo encontrado em cada departamento ou curso, e, assim, poderemos definir o valor correto de cada unidade.

Depois dessa apresentação dos instrumentos de distribuição dos recursos do Fundo Público Federal às Instituições Federais de Educação Superior, no capítulo seguinte faremos uma análise dos *cursos de contrato* , pois um exame realizado nas informações fornecidas pela Universidade Federal do Pará (UFPA) nos indica que, dos 244 contratos celebrados com recursos do FUNDEF, no período de 2000 a 2008, foi captado pela UFPA, via FADESP, o montante de **R\$34.143.652,99**. Isto confirma que grande parte do crescimento das vagas ofertadas pela UFPA, nesse período, se deu por conta dos cursos de contratos.

Capítulo 3.

A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA INTERIORIZAÇÃO DA UFPA E OS CURSOS DE CONTRATO.

Para ofertar Educação Superior, no estado do Pará, a uma população de 776.021 jovens de 18 a 24 anos – que é uma faixa etária de extrema importância social, política e cultural para essa sociedade, distribuída, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), por uma extensão territorial de 1.217.423 km², dividida em 143 municípios – constitui-se em um dos maiores desafios das IES públicas do estado.

Além desses jovens na faixa etária específica almejando cursar o ensino superior, o estado do Pará possui um número significativo de jovens acima dessa faixa etária que ainda não conseguiu ingressar nesse nível de ensino.

Considerando os dados apresentados no capítulo anterior, acerca do financiamento do sistema de Educação Superior, por meio do Fundo Público Federal, a Universidade Federal do Pará, a maior IFES da Amazônia, em um período de 26 anos, conseguiu realizar um processo de interiorização, estando hoje presente em nove campi¹⁷, no interior do estado, além do campus Belém.

Isso posto, fica reforçada a necessidade de compreendermos a política de financiamento do processo de interiorização da UFPA e sua relação com a oferta de cursos de contrato com as prefeituras do interior do estado. Tendo como eixo orientador a nossa problemática inicial, neste capítulo apresentaremos resposta para as seguintes questões:

- ◆ Qual a política de financiamento do processo de interiorização da

17 Os campi da UFPA, no interior do estado são os seguintes: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure.

Universidade Federal do Pará e qual a sua relação com a política de oferta de cursos de contrato?

◆ Qual o montante dos recursos públicos municipais, provenientes dos contratos celebrados entre Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado, no período destacado?

◆ Como foram aplicados os recursos provenientes dos contratos celebrados entre a Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado?

Nesse sentido, este capítulo apresenta a política de interiorização da UFPA, das décadas de 1980 e 1990 ao “multicampismo”, o financiamento dessa política assim como uma das diretrizes principais dessa política de interiorização, que foram os cursos de contrato. Finalizaremos com a apresentação de um exemplo concreto de realização de um curso de contrato, inclusive com a análise de sua aplicação financeira, que é o caso do município de Portel.

3.1 Caracterizando a UFPA: história e estrutura atual.

Com o intuito de caracterizar a UFPA, para resgatar sua história e entender sua estrutura atual, faz-se necessário, antes de tudo, retomarmos alguns elementos da história da Educação Superior brasileira, principalmente no que diz respeito à formação das IFES. Destacaremos o número de IES, por nível de organização acadêmica, no período do estudo, assim como a expansão da matrícula, tanto no setor público como no setor privado, e, ainda, a expansão na capital e no interior.

Essa análise sobre os dados da expansão da Educação Superior se mostra imprescindível por dois motivos. Primeiro, por que nos mostra que existem elementos quantitativos para afirmar que o percentual de crescimento dos recursos disponíveis para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior não é suficiente para dar conta da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Segundo, porque essa expansão nos possibilitou compreender o contexto de crise cíclica do capitalismo, sua influência sobre a reforma do Estado brasileiro, assim como as implicações dessas reformas sobre a política de financiamento da Educação Superior e a legislação que a implanta e regulamenta.

Nesse sentido, poderíamos dizer resumidamente que

A origem das IFES, com estruturação estabelecida hoje, está na Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, transformada na Universidade do Brasil, em 5 de julho de 1937, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir de 1965. A Universidade do Brasil era “entendida como o 'grande projeto universitário do Governo', a partir de 1931, e implementada, em 1937, como modelo para as demais instituições de ensino superior do país. (FAVERO, 2000, p. 12).

Desde a criação da primeira universidade federal, o sistema de ensino superior do Brasil passou por um processo intenso de expansão. Esse aumento de instituições de Educação Superior, mesmo ocorrendo no setor público e no setor privado, é demonstrado por dados que evidenciam que a política educacional desenvolvida, no país, favoreceu a privatização desse nível de ensino de forma acentuada.

Esse crescimento do ensino superior, no Brasil, se apresenta da seguinte forma: em 2007, segundo dados do último Censo da Educação Superior do INEP, existiam 183 Universidades, 120 Centros Universitários, 126 Faculdades Integradas, 1.648 Faculdades, Escolas ou Institutos e 204 Centros de Educação Tecnológica, totalizando 2.281 instituições

de Educação Superior. Deste total, 2.032 estão sob responsabilidade da iniciativa privada. (INEP, 2008).

No período de 2000 a 2007, o número de instituições de ensino superior aumentou 93,3%, com 1.028 instituições, no setor privado, que corresponde a um crescimento 102,4 % do setor, muito grande comparando-o com o número de apenas 73 instituições do setor público (INEP, 2008).

Os dados da Tabela 3 apontam que a expansão da Educação Superior ocorre pelas vias da diversificação da organização acadêmica. Exemplo dessa afirmação podemos perceber, comparando o aumento de universidades, no período de 2000 a 2007, que foi de 21,1%. Já o crescimento das faculdades, escolas ou institutos foi de 865, em 2000, para 1.648, em 2007, ou seja, neste mesmo período foram criadas 783 novas instituições desses tipos, representando um percentual de crescimento de 90,5%.

TABELA 3.
INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. BRASIL - 2000 a 2007.

ANO	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA					TOTAL GERAL
	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e Institutos	Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia	
2000	156	50	90	865	19	1.180
2001	156	66	99	1.036	34	1.391
2002	162	77	105	1.240	53	1.637
2003	163	81	119	1.403	93	1.859
2004	169	107	119	1.474	144	2.013
2005	176	114	117	1.574	184	2.165
2006	178	119	116	1.649	208	2.270
2007	183	120	126	1.648	204	2.281
Δ% 2000-2007	17,3	140	40	90,5	973,7	93,3

Fonte: INEP/MEC, 2007.

Considerando, ainda, os dados da Tabela 3, é possível identificar que o modelo de organização acadêmica das IES que mais se expande são os Centros de Educação Tecnológica, com um aumento de 973,7%, nesse período.

Esse modelo de organização acadêmica oferece cursos de formação tecnológica de duração que varia de dois a três anos, o que nos indica que, para o setor privado, é bastante positivo, pois possibilita um menor índice de evasão de alunos, num tempo curto de formação. Por outro lado, é possível identificar que a tendência do ensino superior brasileiro é a de formação de mão de obra, numa perspectiva estreitamente técnica, para atender ao mercado capitalista que exige essa formação aligeirada e instrumental.

No estado do Pará, a história do ensino superior remonta a 1931, com a criação da Faculdade de Direito. Somente em 1957, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, sancionou a Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, que criou a Universidade do Pará, após cinco anos de tramitação legislativa (CHAVES, 2005). A Universidade do Pará congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. (Informações disponíveis em: <http://www.portal.ufpa.br/historico_estrutura.php>. Acesso em: 15 dez. 2008, 11:29h)

Essa instituição foi a primeira universidade da Amazônia e, tal como as demais universidades brasileiras, a UFPA originou-se da congregação de sete escolas superiores isoladas. Com sede na cidade de Belém, surgiu com o “compromisso de desenvolver a educação, ciência e tecnologia apropriadas ao contexto amazônico e com o objetivo de atender às expectativas de desenvolvimento regional.” (CHAVES, 2005, p.162). Entretanto, somente em 1967, foi iniciada a construção do campus, que abriga a estrutura atual da Cidade Universitária Prof. José Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará.

É muito grande a importância da UFPA para a oferta de vagas na Educação Superior pública, pois é a maior das três IFES do Pará, o que demonstra o pequeno crescimento desse nível de organização acadêmica, conforme Tabela 4, a seguir.

TABELA 4.
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.
BRASIL, REGIÃO NORTE, PARÁ – 2000-2007.

ANO	IFES		
	BRASIL	REG. NORTE	PARÁ
2000	61	7	2
2001	67	8	2
2002	73	9	3
2003	83	10	3
2004	87	11	3
2005	97	11	3
2006	105	13	3
2007	106	13	3
Δ% 2000-2007	73,8	85,7	50

Fonte: INEP/MEC, 2008.

Percebemos, ao analisar os dados da Tabela 4, que o crescimento das IFES, no Brasil, não se reproduziu, no estado do Pará, pois permanecemos praticamente com o mesmo número de instituições, no período analisado; ou seja, além da UFPA, já existia a antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), criada em 1973, que foi transformada em Universidade Rural da Amazônia (UFRA), em 2002. Assim, também, a já existente Escola de Aprendizizes Artífices do Pará, instalada em 1909, passou a chamar-se Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA), criada em 1968, oferecendo ensino regular de nível médio e técnico; foi transformada em Centro de Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), em 1999, e passou a oferecer ensino em todos os níveis e modalidades da educação profissional (básico,

técnico, tecnológico, este último de nível superior); hoje, é designado como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA).

Ao analisarmos os dados da Tabela 4, acima, percebemos que o crescimento das Instituições Federais de Ensino Superior, no Pará, foi muito abaixo da taxa de crescimento nacional, que foi de 73,8%, no período. Abaixo, inclusive, da taxa de crescimento da Região Norte, que alcançou uma taxa de crescimento de 85,7%, no período de 2000 a 2007.

No que tange ao número de matrículas nos cursos de graduação, na modalidade presencial, por organização acadêmica, no período de 2000 a 2007, considerando os dados do INEP, referentes ao Censo da Educação Superior de 2007, no estado do Pará, ainda há uma predominância das matrículas em universidades, como é evidenciado na Tabela 5, a seguir.

TABELA 5.
MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL. PARÁ - 2000 A 2007.

ANO	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA					TOTAL GERAL
	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e Institutos	Centro de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia	
2000	40.437	-	1.298	4.705	-	46.440
2007	58.069	5.792	2.195	21.902	2.608	90.566
Δ% 2000-2007	43,6	-	69,1	365,5	-	95

Fonte: INEP/MEC, 2007.

Ao analisarmos a Tabela 5, percebemos que as matrículas nas universidades, no estado do Pará (que são quatro públicas e uma privada), cresceram 43,6%, no período de 2000 a 2007. Por outro lado, as faculdades, escolas e institutos cresceram 365,5%.

Os Centros de Educação Tecnológica e as Faculdades de Tecnologia não apresentaram matrículas, em 2000, o que nos impossibilitou traçarmos as taxas de crescimento para esse tipo de organização acadêmica.

Um dado que chama atenção, ao analisarmos a Tabela 5, é o pequeno aumento da taxa de crescimento do setor público, que foi de 39,9%, muito abaixo do crescimento de 101,4% do setor privado, o que reforça a tese de que a expansão da Educação Superior se efetiva, mesmo, por meio da iniciativa privada.

É necessário observar, também, que a taxa de crescimento das matrículas foi maior no interior, 84,8%, que nas capitais, que ficou com um percentual de 76,9%. Isso demonstra uma forte pressão social das populações dos municípios do interior do estado na busca da qualificação, o que é percebido, inclusive, com muita força, no estado do Pará, conforme registros na Tabela 7.

TABELA 6.

MATRÍCULA NO BRASIL. SETORES PÚBLICO E PRIVADO - CAPITAL E INTERIOR – 2000-2007.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
2000	887.026	1.807.219	1.250.523	1.443.722	2.694.245
2001	939.225	2.091.529	1.411.494	1.619.260	3.030.754
2002	1.051.655	2.428.258	1.585.553	1.894.360	3.479.913
2003	1.136.370	2.750.652	1.775.799	2.111.223	3.887.022
2004	1.178.328	2.985.405	1.871.234	2.292.499	4.163.733
2005	1.192.189	3.260.967	1.982.385	2.470.771	4.453.156
2006	1.209.304	3.467.342	2.096.910	2.579.736	4.676.646
2007	1.240.968	3.639.413	2.211.982	2.668.399	4.880.381
$\Delta\%$ 2000-2007	39,9	101,4	76,9	84,8	81,1

Fonte: INEP/MEC, 2008.

Entretanto, o que chama bastante atenção, na Tabela 6, é a diferença do percentual de crescimento entre o setor público e o setor privado. Enquanto o setor público obteve um crescimento de 39,9%, no período de 2000 a 2007, o setor privado de Educação Superior

brasileiro cresceu 101,4%; ou seja, aumentou mais que o dobro de matrículas, no mesmo período.

Essa mesma característica se apresenta nos dados relativos ao estado do Pará, que confirmam as reflexões apresentadas nos capítulos anteriores sobre as implicações da reforma do Estado realizada, no Brasil, na década de 1990, como uma saída conservadora para a crise do sistema capitalista, iniciada na década de 1970. As implicações mais profundas nesse setor foram a quebra das barreiras entre o público e o privado, possibilitando, inclusive, a aplicação indireta de recursos públicos em instituições de Educação Superior privadas, assim como a criação de um arcabouço legal capaz de sustentar a abertura de instituições cada vez mais lucrativas, centradas unicamente no ensino, por meio de cursos com duração cada vez mais curta, sem pesquisa nem extensão.

No que tange ao número de alunos de graduação matriculados, os dados apresentados na Tabela 7 evidenciam um aumento significativo de quase dois milhões de matrículas, no setor privado, sempre acompanhando o mesmo movimento, mas em escala muito menor no setor público.

TABELA 7.

MATRÍCULA DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL. SETORES PÚBLICO E PRIVADO - CAPITAL E INTERIOR. PARÁ – 2000-2007.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
2000	29.054	17.386	34.781	11.659	46.440
2001	34.271	19.179	39.462	13.988	53.450
2002	39.825	21.350	41.974	19.201	61.175
2003	40.854	27.562	46.790	21.626	68.416
2004	44.160	31.138	50.555	24.743	75.298
2005	44.478	36.208	48.611	32.075	80.686
2006	46.396	39.274	52.762	32.908	85.670
2007	45.904	44.662	55.553	35.013	90.566
Δ% 2000-2007	58	156,9	59,72	200,30	95,02

Fonte: INEP/MEC, 2008.

As taxas de crescimento da matrícula na graduação, no estado do Pará, seguem a mesma tendência nacional, ou; seja, forte tendência de aumento, no setor privado – 156,72%, contra 58%, no setor público. Essa tendência de crescimento, via setor privado, é resultante da aplicação das medidas reformistas implementadas no Estado brasileiro, no sentido de torná-lo cada vez mais sintonizado com as perspectivas neoliberais de um Estado fiscalizador, regulador e avaliador.

A Tabela 7 nos mostra, também, a forte tendência de expansão da Educação Superior para o interior do estado, que cresceu 200,30%, no período de 2000-2007, muito acima da taxa de crescimento na capital, que foi de 59,72%.

Esses dados demonstram que há uma grande pressão para expansão do número de vagas nas universidades públicas, mesmo com poucos recursos, principalmente no interior do estado. Dessa forma, uma série de políticas governamentais foram criadas, dentre elas a política de interiorização.

Enquanto, em 2000, o setor público matriculou 11.668 alunos a mais do que o setor privado, essa diferença caiu, em 2007, para apenas 1.242 alunos. Ou seja, houve um crescimento da oferta do ensino superior, no Pará, de 95,02%, sustentado pela iniciativa privada, mas com essa ligeira superioridade do setor público sobre o privado, no total de alunos matriculados.

Considerando os dados da Tabela 8, a seguir, podemos perceber que o “boom” dos cursos de contrato influenciou a oferta de vagas da UFPA, no interior do estado, principalmente, no período de 2000 a 2004, quando percebemos certa estagnação, na capital, representada por um aumento de 11,43% de matrículas, enquanto o interior, nesse mesmo

período (2000 a 2004), cresceu 61,66%.

TABELA 8
EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAPITAL E INTERIOR – 2000-2008.

ANO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
2000	17.516	8.905	26.421
2001	17.571	11.350	28.921
2002	19.289	13.909	33.198
2003	19.859	17.888	37.747
2004	19.914	14.571	34.485
2005	20.687	14.798	35.485
2006	16.598	8.056	24.654
2007	18.784	8.995	27.779
2008	18.955	11.342	30.297
$\Delta\%$ 2000-2008	8,2	27,4	14,7

Fonte. UFPA, 2009.

A Tabela 8 reforça a análise anterior da tendência de crescimento das matrículas, no interior do estado, na Universidade Federal do Pará, no período de 2000 a 2007: ocorreu um crescimento de 27,4%, maior, portanto, que a taxa de crescimento da matrícula, na capital, que foi de 8,2%.

Nesse sentido, segundo Relatório de Gestão de 1997 a 2001, da Universidade Federal do Pará (UFPA, 2002), das 2.942 novas vagas, criadas pelos novos cursos, nos municípios, para qualificação de docentes do ensino fundamental e médio, de 1998 a 2000, foram preenchidas somente 2.610.

TABELA 9^(*)

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS/CONTRATADAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.
UFPA, 1999-2008.

VAGAS OFERTADAS/CONTRATADAS	Local	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Vestibular – Cursos Regulares	Capital	2.760	2.990	3.035	3.020	3.060	3.010	3.060	3.140	3.210	3.396
	Interior	920	1.280	1.320	1.490	1.155	1.340	1.885	1.280	1.540	1.360
Vestibular – Cursos Intervalares	Interior	1.110	303	130	(**)	310	890	325	385	260	280
Processo Seletivo Especial (Vestibulinho)	Capital	286	700	735	632	531	413	513	385	-	-
	Interior	121	312	181	218	54	147	166	369	-	-
Contrato	Capital	----	---- 628	50	331	299	-	40	47	-	150
	Interior	----	----	1.678	1.588	200	-	210	242	-	425
TOTAL	Capital		3.690	3.820	3.983	3.890	3.423	3.613	3.556	3.210	3.546
	Interior		2.523	3.309	3.296	1.719	2.377	2.586	2.024	1.800	2.065
TOTAL GERAL		5.197	6.213	7.129	7.279	5.609	5.800	6.199	5.580	5.010	5.611

NOTAS: (*) Tabela construída pelo autor a partir de dados constantes nas fontes indicadas a seguir.

(**) No ano de 2002 não houve oferta de vagas para os cursos intervalares nos *campi* do interior.

Fontes: DAVES, 2004 (*apud* Chaves, 2005); UFPA: Relatórios de Gestão de 2004 a 2008.

Analisando a Tabela 9, podemos afirmar que, conforme vai aumentando a oferta de vagas, por meio dos cursos de contrato (FUNDEF/FUNDEB), vai diminuindo a oferta nos cursos intervalares. Isso ocorreu, com mais ênfase, no período de 2000 a 2004, que foi um período de grande oferta de cursos de contrato da UFPA. Retomaremos esse debate sobre os cursos de contrato com mais destaque, nas subseções posteriores.

Para Chaves (2005),

Em relação à matrícula nos cursos de *graduação*, observa-se um crescimento acentuado, no período de 1997 a 2003 (47,0%), nos seus 241 cursos de *graduação*. No entanto, o crescimento da matrícula, nos *campi* do interior, em 127,7%, contribuiu decisivamente para essa ampliação. (CHAVES, 2005, p. 5).

A autora observou, ainda, que, no período de 1999 (ano anterior ao início das primeiras turmas) a 2002, foram criadas 1.588 vagas nos cursos de contrato com prefeituras do interior. No mesmo período, o número de vagas nos cursos intervalares, no interior do

estado, diminuiu 72%, de 1.110 para 310. (CHAVES, 2005).

No que tange à estrutura organizacional da UFPA, para dar conta dessa expansão, principalmente para o interior, percebemos que os *campi* do interior ganharam um grande destaque. Essa diretriz reforça a concepção *multicampi* assim como a perspectiva de fortalecimento dos campi quanto à sua autonomia administrativa e financeira.

O Estatuto da Universidade Federal do Pará (UFPA, 2006) apresenta, em seus artigos 26, 27 e 28, a seguinte definição e atribuição para os campi:

Art. 26. O *Campus* é uma unidade regional da Universidade instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica.

Parágrafo único – Os *campi* atuarão em inter-relação mútua e em interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional.

Art. 27. São *Campi* da UFPA os pólos de Belém, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure.

Parágrafo único – Outros *Campi* poderão ser criados, segundo critérios de demanda social das várias micro-regiões paraenses e em conformidade com as exigências do Conselho Nacional de Educação e da legislação vigente.

Art. 28. O *Campus* poderá ser constituído de Unidades Acadêmicas, de Unidades Acadêmicas Especiais e de Órgãos Suplementares, que se organizarão na forma regimental. (UFPA, 2006).

Essa “inter-relação mútua” e essa “interação” que os campi devem estabelecer com a administração superior da UFPA apresentam-se como uma das características da política *multicampi*. Ressalvadas a autonomia de cada campus, trata-se da mesma universidade, onde os projetos, planos e programas devem estar na mesma direção e recebendo um tratamento isonômico. Para isso, os campi estão organizados da seguinte forma:

Art. 29. Cada *Campus*, exceto o de Belém:

V- será administrado por um Coordenador, um Vice-Coordenador e um Conselho;

VI- poderá ser constituído de Subunidades Acadêmicas, independentemente de Unidades Acadêmicas.

§ 1º Caso o *Campus* seja constituído de apenas uma Unidade ou Subunidade Acadêmica, o dirigente desta será o Coordenador do *Campus* e seu órgão colegiado

funcionará como Conselho do *Campus*.

§ 2º O Conselho do *Campus* terá caráter consultivo e deliberativo e será presidido por seu Coordenador ou pelo Vice-Coordenador, na ausência daquele. (UFPA, 2006)

Em outras palavras, podemos afirmar que os *campi* possuem, atualmente, um grupo de gestores locais (Coordenador e Vice-Coordenador), eleitos pela comunidade. Além disso, destacamos o Conselho do *Campus*, que remete à colegialidade da gestão. Esse Conselho, que tem caráter deliberativo e consultivo, é formado conforme Regimento Interno de cada *campus*, tendo com presidente o Coordenador do Campus, ou o Vice-Coordenador, na sua ausência, conforme nos apresenta o Estatuto da UFPA, no seu artigo 29, parágrafo II, inciso 2º.

3.2 Da política de interiorização da UFPA, nas décadas de 1980 e 1990, ao “multicampismo”.

Acreditamos que a essência da concepção da política de interiorização da Universidade Federal do Pará esteja contida em um trecho do discurso da aula inaugural da primeira turma de interiorização da UFPA, proferida no dia 9 de janeiro de 1987, pelo então reitor, Professor Doutor Seixas Lourenço, epigrafado na tese de Coelho (2008):

Interiorizar é colocar-se em meio à comunidade, como parte dela, solidarizando-se, mimetizando-se, auscultando-lhe os anseios e identificando-lhe os obstáculos, de modo que, de mãos dadas, sob o ímpeto que se irradia da própria força viva da Universidade, possam todos caminhar juntos, descobrindo os seus próprios roteiros, levando consigo as suas riquezas locais, o seu estrato cultural próprio, a sua história, o seu perfil local definido. O que é vedado à política de interiorização é, sob qualquer pretexto, desfigurar a fisionomia das comunidades por onde passa, alijando-as das decisões e negando-lhes a participação crítica e criativa, sem a qual estaria comprometida a vocação democrática da universidade. E sendo, portanto, a interiorização um processo vivo e vitalizante de trocas e intercâmbio, a Universidade deve chegar com a disposição de aprender, enriquecer-se, expandir-se, também aqui, num sentido de qualificação, a partir da experiência concreta da realidade. (SEIXAS LOURENÇO, 1987 *apud* COELHO, 2008, p. 13).

O autor destaca que a função histórica da universidade é “entranhar-se” no processo de formação social, cultural e econômica dos membros de cada comunidade. Percebe-se assim, a relação entre universidade e poder local, possibilitando o empoderamento das comunidades, no sentido de construírem as suas próprias estratégias de desenvolvimento.

Nosso estudo analisa não só o processo de interiorização, que, muitas vezes, é confundido com desconcentração do ensino superior dos grandes centros urbanos, mas, principalmente, as implicações da política de financiamento da Educação Superior adotada pelo governo federal sobre o papel e a presença efetiva da UNIVERSIDADE no interior do estado do Pará. Pois,

A interiorização das ações universitárias teve início em 1971, sob o modelo renovado das ações extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTACs), do final da década de 60, e teve como ações iniciais a realização de cursos especiais de Licenciatura curta nas áreas: Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais, destinados à “preparação de docentes de 1º e 2º graus” e de Cursos de Licenciatura plena para a formação de administradores e supervisores escolares. A segunda fase toma forma quinze anos depois, com o I Projeto de Interiorização da UFPA, regulamentado pela Resolução N° 1.355, quando foram eleitos oito campi para o trabalho. **As prefeituras locais se uniram ao projeto, doando prédios para a instalação da sede do campus, cedendo servidores para o apoio administrativo, vigilantes e motoristas.** No mesmo período, em maio de 1986, representantes das universidades amazônicas elaboraram o I Projeto Norte de Interiorização, que incorporou objetivos, metas e estratégias já delineadas pela UFPA. (UFPA. Universidade Multicampi/Histórico. [Online]. Grifos nossos.).

Considerando as informações apresentadas acima, podemos afirmar que é fundamental destacar pelo menos duas dimensões dessa concepção do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará.

A primeira se refere ao processo de interiorização, propriamente dito, que se inicia com as ações extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTAC), em 1971, muito antes da presença efetiva da universidade com seus *campi*, que só se concretizou com o I Projeto de Interiorização da UFPA, em 1986.

A segunda, que o processo de interiorização obteve, desde a sua origem, o auxílio das prefeituras. Essas ofereceram apoio não só na infraestrutura predial como na cessão de servidores de apoio administrativo aos campi da interiorização, em seu nascedouro. Os cursos de contrato, portanto, inauguram uma nova fase do apoio oferecido pelas prefeituras ao processo de interiorização da Educação Superior nesse estado.

O primeiro momento tem sua origem vinculada à proposta do Estado Desenvolvimentista, localizando no CRUTAC e nos Campi Avançados a gênese da política, sendo a UFPA, por intermédio do Centro de Educação, sujeitos importantes do referido processo. O segundo momento situa-se no bojo da “Nova República” com a articulação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Amazônia brasileira em torno dos Projetos Norte de Interiorização (PNI). O I PNI (1986 a 1989), o II PNI (1994 a 1997) e o III PNI (1998 a 2001). (COELHO, 2008, p. 53).

Essas informações nos mostram a importância estratégica do processo de interiorização da universidade para a melhoria da qualidade da educação na região onde estão inseridas, por meio dos seus cursos de licenciatura, que têm contribuído para o processo de formação dos professores leigos das redes estadual e municipais.

Segundo Camargo (1997), o projeto de interiorização, na sua fase inicial, tratou-se “[...] de um amplo programa para qualificar professores para o ensino de 1º e 2º graus e que, portanto, deve ter conseqüências na melhoria do ensino na região.” (CAMARGO, 1997, p. 3).

Por outro lado, Camargo (1997) destaca o caráter regionalizado do processo de interiorização da Educação Superior, na Amazônia. Para essa autora, esse processo se deu por meio das seguintes ações:

Implantação ou consolidação de 25 (vinte e cinco) campi universitários, localizados no interior dos estados: Pará (08), Amazonas (02), Maranhão (06), Acre (02), Rondônia (03) e Mato Grosso (04). Esses campi serviram de base para a realização de cursos de licenciatura, reciclagem e capacitação, projetos artísticos-culturais, projetos de pesquisa aplicada, treinamento e assessoramento a comunidade. (CAMARGO, 1997, p. 3).

Nesse sentido, considerando informações fornecidas pela Universidade Federal do Pará, no seu portal (<<http://www3.ufpa.br/multicampi/novo/>>), podemos perceber, no mapa abaixo, a distribuição geográfica dos nove *campi* no interior do estado, mais o *campus* de Belém, contemplando as principais microrregiões do estado.

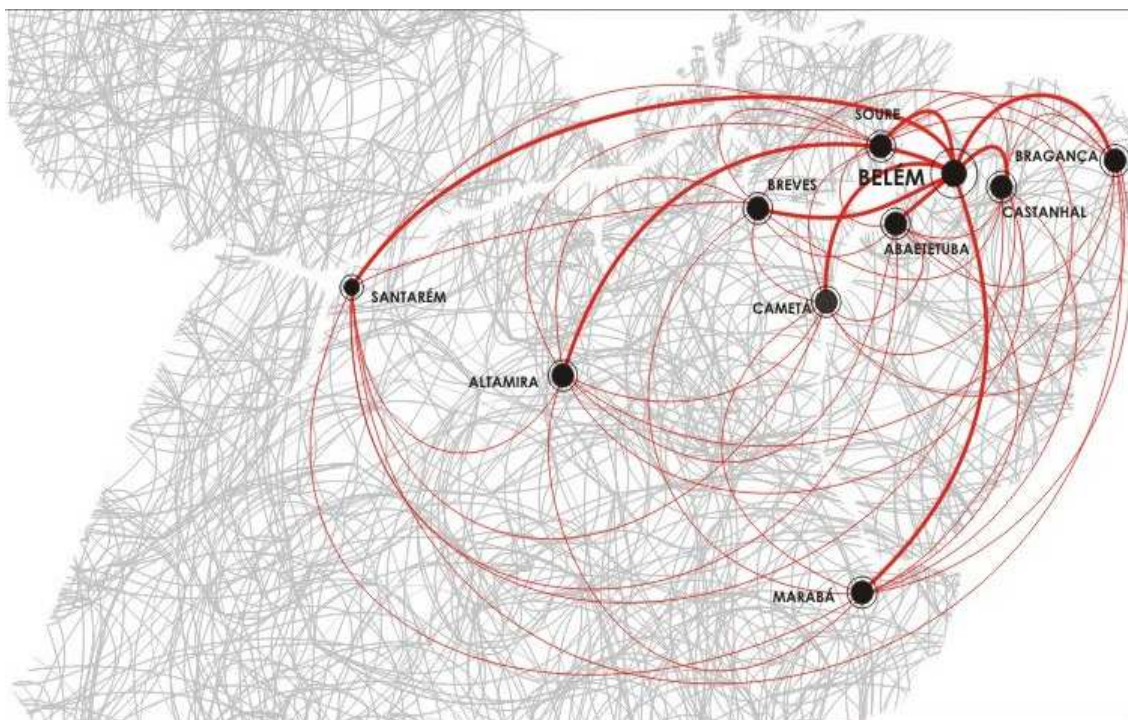


FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CAMPI DA UFPA NO ESTADO DO PARÁ – 2008.
Fonte: UFPA, 2008 (<http://www3.ufpa.br/multicampi/mapa.html>).

A política de organização *multicampi* possibilita, portanto, uma melhor integração da produção científico-acadêmica com os problemas reais vividos pelos povos de cada região onde estão localizados os campi da UFPA. Essas escolhas, entretanto, são condicionadas pela estrutura de cada campus. Em outras palavras, podemos afirmar que a interiorização nasce, em grande parte, conforme já defendemos, para oferecer formação aos professores leigos espalhados por esse estado, tanto na rede estadual como nas redes municipais.

Uma dimensão que é fundamental nesse processo de implementação de uma política de organização *multicampi* é a “desconcentração centralizada”, que se tenta superar por uma

concepção “descentralizadora” da gestão superior.

Camargo (1997), ao analisar os critérios para a definição do número de campi e suas respectivas localizações, afirma que “referente aos critérios para a localização, número de *campi* e cursos criados há constantes afirmações de ausências de maiores discussões, provocando dificuldades na implementação do projeto.” (CAMARGO, 1997, p.66). Essa condição é explicitada em diversos depoimentos descritos no texto, reafirmando ausência de um debate mais consistente acerca da construção do projeto de interiorização.

Existe, entretanto, uma estratégia de desconstrução desse discurso pelos membros da administração superior da época, afirmando que foram realizados estudos no sentido que definir a distribuição geográfica dos campi, demonstrando aqueles certo consenso, “*salvo raras exceções*”, como, por exemplo, os campi de Soure e Altamira, que se localizam na confluência de outros campi. (CAMARGO, 1997, p. 67-68).

Entretanto, cada um dos campi possui sua história particular de desenvolvimento, que, por sua vez, está ligada às potencialidades de cada município ou região. Apresentaremos, sucintamente, cada um dos campi, considerando as datas de implantação de cada um e sua oferta de ensino de graduação.

3.2.1 Campus de Santarém.

O primeiro campus interiorizado da UFPA foi criado em 14 de outubro de 1970, através da Resolução nº 39/70, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a partir do Núcleo de Educação, da Universidade Federal do Pará, em Santarém, que, posteriormente, passou à designação de *Campus Universitário de Santarém*.

No ano seguinte, foi iniciado o processo de interiorização dos cursos de graduação do Núcleo. Inicialmente, foram ofertados cursos de licenciatura de curta duração, entre os anos

de 1971 a 1973, que funcionaram na Escola Estadual “Álvaro Adolfo da Silveira”. No ano de 1980, a Universidade recebeu da Prefeitura de Santarém o prédio da Escola Municipal “Everaldo de Souza Martins” e teve o Núcleo de Educação reativado, ofertando a complementação dos estudos existentes anteriormente. Além disso, iniciaram novas turmas de licenciatura curta em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, entre 1980 e 1983. A partir deste ano, iniciou o primeiro curso, em caráter permanente – Licenciatura Plena em Pedagogia, por meio de um convênio assinado com a (então) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

O Campus de Santarém oferta, atualmente, os seguintes cursos de graduação: Ciências Biológicas, Direito, Física Ambiental; Licenciatura Plena em Letras, Licenciatura Plena em Matemática, Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Química; Sistemas de Informação, Ciências Sociais, Física e Tecnólogo em Processamento de Dados. Esse campus serviu de base para a criação da primeira universidade com sede no interior da Amazônia – a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que foi criada em 05 de novembro de 2009, por meio da Lei Nº 12.085/2009. Essa universidade atenderá a uma reivindicação histórica dos alunos provenientes dos municípios do oeste do Pará.

TABELA 10.

NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SANTARÉM, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	12	1.841	63	20	09
2009	33	1.411	67	21	26
%Δ 2001; 2009	175	-23,0	6,3	5	188,9

Fonte: UFPA, 2009.

A Tabela acima apresenta que o Campus de Santarém possui 1.411 alunos

matriculados nos cursos de graduação, em 2009, para um corpo docente de 88 professores. Isso significa que, ao analisarmos a relação professor/aluno desse campus, temos 16,03 alunos para cada professor.

Destacamos ainda o grande crescimento do número de servidores técnico-administrativos, que saltou de nove, em 2001, para 26, em 2009, o que representou um aumento percentual de 188,9%. Esses profissionais geram a possibilidade da criação de um suporte acadêmico-administrativo para as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos professores.

3.2.2 Campus de Castanhal.

Em 14 de abril de 1978, no Ginásio de Esportes "Loyola Passarinho", realizou-se a sessão solene de assinatura do convênio para a implantação do *Campus Universitário de Castanhal*, através do Núcleo de Educação e do Serviço de Extensão. O convênio foi assinado pelo, então, Reitor da Universidade Federal do Pará, Dr. Aracy Amazonas Barreto e pelo Prefeito de Castanhal.

Os primeiros cursos ofertados foram de Matemática, História, Letras, Geografia e Pedagogia, que beneficiariam também as Zonas Bragantinas, Guajarinas e de Salgado.

Atualmente, o campus de Castanhal oferta os seguintes cursos de graduação: Medicina Veterinária, Educação Física, Licenciatura Plena em Letras, Licenciatura Plena em Matemática, Licenciatura Plena em Pedagogia, Administração e Ciências Sociais.

A Tabela 11, a seguir, apresenta o número de cursos, alunos, docentes e técnico-administrativos do campus de Castanhal. Esses números demonstram que, mesmo com o aumento de docentes e técnico-administrativos, ainda houve diminuição do número de

matrículas. Nesse sentido, enquanto, em 2001, a relação professor/aluno era de um professor para 31,3 alunos, essa relação caiu, em 2009, para 10,7 alunos para cada professor.

TABELA 11.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	10	1.223	25	14	09
2009	13	987	76	16	39
%Δ 2001-2009	30	-19,3	204	14,3	333,3

Fonte: UFPA, 2009

Os dados acima demonstram que o campus de Castanhal recebeu um aumento de 30% no número de cursos ofertados, mas que, por outro, resultou uma redução de 19,3% no número de alunos matriculados, no período de 2001 a 2009. Por outro lado, vale ressaltar que esse campus recebeu um aumento orçamentário de 315,4%, no período de 2002 a 2008, além de receber um significativo acréscimo no número de docentes e técnico-administrativos, fatos esses que não justificam a diminuição do número de matrículas.

3.2.3 Campus de Abaetetuba.

O *Campus Universitário de Abaetetuba*, identificado como Campus do Baixo Tocantins, foi implantado, em 1987, no município de Abaetetuba, sob a coordenação da professora Conceição Solano, indicada a esse cargo pelo reitor da época, o Prof. José Seixas Lourenço.

Atualmente, o campus de Abaetetuba oferta os seguintes cursos de graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Letras, Licenciatura Plena em

Matemática, Licenciatura Plena em Física, e Ciências Sociais.

O campus de Abaetetuba, segundo os dados apresentados na Tabela abaixo, sofreu uma queda de 37,3% no número de alunos matriculados, no período de 2001 a 2009.

TABELA 12.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	08	1.063	15	12	05
2009	18	666	24	05	08
%Δ 2001-2009	125	-37,3	60	-58,3	60

Fonte: UFPA, 2009.

Os dados da Tabela 12 nos mostram que houve um aumento no número de cursos de graduação (125%) e, contraditoriamente, queda no número de alunos matriculados (-37,3%), no período de 2001 a 2009. Essa queda, por sua vez, é acompanhada do crescimento de 60% no número de docentes efetivos e de técnico-administrativos.

Por outro lado, considerando a queda no número de docentes substitutos e o crescimento do número de docentes efetivos, percebemos que o número de alunos por docente sofreu uma significativa alteração. Ou seja, em 2001, a relação professor/aluno era 39,4; em 2009, esse número ficou em 22,9 alunos por professor.

3.2.4 Campus de Altamira.

O *Campus Universitário de Altamira* está localizado à margem esquerda do rio Xingu assim como num ponto estratégico da rodovia Transamazônica, numa hábil iniciativa para facilitar o acesso à Educação Superior dos jovens tanto dos municípios da microrregião de

Altamira (Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Pacajá, Anapu, Placas, Rurópolis, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio) quanto de São Félix do Xingu, Itaituba, Novo Repartimento, entre outros.

Esse campus iniciou suas atividades, em 1987, apenas com cursos intervalares de Licenciaturas Plenas em Letras, Pedagogia, Matemática, História e Geografia.

A partir de 1992, foram instalados os cursos regulares. Atualmente, o campus oferece os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Agronomia, Ciências Sociais e de Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia e Matemática.

A Tabela 13, a seguir, apresenta que esses sete cursos possuem 420 alunos regularmente matriculados, em 2009, para os quais o campus dispõe de 60 docentes, sendo 56 efetivos e quatro substitutos. Além desse corpo docente, o campus conta, também, com sete servidores técnico-administrativos.

TABELA 13.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	10	950	16	16	06
2009	17	420	56	04	07
%Δ 2001-2009	70	-55,8	250	-75	16,7

Fonte: UFPA, 2009.

Analisando os dados da Tabela 13, para a série histórica 2001 a 2009, destaca-se a significativa queda no número de matrículas (-55,8%). Mas, por outro lado, o que nos chama bastante atenção é o crescimento de 250% no número de docentes efetivos e a consequente redução no de docentes substitutos (-75%).

Considerando o número de docentes desse campus, entendemos que houve uma redução significativa no número de alunos por professor. Em 2001, essa relação era de 29,7; em 2009, esse número caiu para 7 alunos por professor.

3.2.5 Campus de Bragança.

O *Campus Universitário de Bragança* foi criado, em 1987, e funcionou, primeiramente, com os cursos de Licenciatura Plena nas áreas de Geografia, História, Letras, Matemática e Licenciatura Plena em Pedagogia.

A partir de 1997, foram implantados os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Licenciatura Plena em Ciências do Ensino Fundamental. Além desses cursos com o escopo de formar profissionais que suprissem às necessidades da região, a Universidade Federal do Pará criou o curso de Engenharia de Pesca, inserindo-se, assim, de forma efetiva, na dinâmica socioeconômica da região, ou seja, formando profissionais locais para atuarem da área de vocação econômica da região.

Hoje, o campus de Bragança oferta os seguintes cursos de graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia e em Letras, Ciências Biológicas, Licenciatura Plena em Matemática (Intervalar), Ciências Sociais e Engenharia de Pesca. Além da graduação, o campus de Bragança possui um programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, aprovado, em 2006, pela CAPES.

O dados da Tabela 14, referentes ao campus de Bragança, demonstram a mesma tendência do campus de Altamira, ou seja, redução do número de alunos matriculados (-32,3%), no período de 2001 a 2009, com crescimento no quadro de docentes efetivos (168,2%) queda de no número de docentes substitutos (-25,7).

TABELA 14.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES
(EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS
UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substituto	
2001	08	1.003	22	15	14
2009	17	679	59	11	20
%Δ 2001-2009	112,2	-32,3	168,2	-25,7	42,8

Fonte: UFPA, 2009.

Essa movimentação no número de docentes mudou, também, a proporção de alunos por professor, nesse campus; ou seja, em 2001, eram 27,1 alunos por professor, já em 2009, essa relação caiu para 9,7. Além desse aumento no número de docentes, esse campus ainda recebeu um aumento de 42,8% no número de técnico-administrativos.

3.2.6 Campus de Cametá.

O *Campus Universitário de Cametá* foi fundado, em 1987, durante a administração do Reitor José Seixas Lourenço, como resultado do Projeto Norte de Interiorização da Universidade Federal do Pará. O campus, não possuindo sede própria, foi instalado nas dependências da Escola Municipal de 1º Grau “Maria Cordeiro de Castro”, cujo prédio foi, posteriormente, doado à UFPA pelo município, através da Lei Municipal Nº 1.207, de 27 de março de 1991.

O projeto de interiorização da UFPA expandiu-se para o interior do estado, ofertando cursos de licenciaturas que objetivaram preparar recursos humanos para trabalharem no ensino fundamental e no ensino médio dos municípios e regiões vizinhos. Nesse sentido, esse campus possui, atualmente, os seguintes cursos de Licenciatura Plena: Pedagogia, Letras e Matemática.

No que tange ao número de cursos de graduação e ao de alunos matriculados nesses cursos, observamos, com base na Tabela 15, que o campus de Cametá possui 08 cursos e 529 alunos nestes matriculados.

O campus dispõe, atualmente, de 17 professores, ou seja, são 31,1 alunos para cada professor. Conta, também, com cinco funcionários técnico-administrativos.

TABELA 15.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAMETÁ, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	05	647	05	10	01
2009	08	529	10	07	05
%Δ 2001-2009	60	-18,2	100	-30	400

Fonte: UFPA, 2009.

Considerando os dados relativos ao campus de Cametá, podemos afirmar, ainda, que houve uma queda no número de alunos matriculados, de -18,2%, seguida por um aumento de 100% no número de professores efetivos.

3.2.7 Campus de Marabá.

O *Campus Universitário de Marabá* atua em uma área que abrange 38 municípios das regiões sul e sudeste do Pará, desde 1987. Possui sua sede em Marabá, principal polo urbano da região nordeste, além de quatro Núcleos de Integração Regional, nas cidades de Jacundá, Parauapebas, Rondon do Pará e Xinguara, onde se desenvolvem atividades de extensão universitária e cursos de graduação em período intervalar.

Em convênios estabelecidos com prefeituras municipais da região, ainda foram ofertados cursos de graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia, Matemática e Letras; Ciências Sociais e Ciências Naturais) em outras localidades, tais como Ourilândia do Norte, São Geraldo do Araguaia, Itupiranga e Canaã dos Carajás. O campus de Marabá oferta, atualmente, os seguintes cursos de graduação: Agronomia, Ciências Sociais, Direito, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Geologia, Sistema de Informação, Ciências Naturais, Administração, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias, além dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, Matemática, Pedagogia, Química e Física.

Ao analisarmos a Tabela 16, percebemos que o campus de Marabá apresenta o único percentual de aumento do número de alunos matriculados, de apenas 14,4%. Todos os outros indicadores sofreram crescimento no período da pesquisa, 2001 a 2009: 192,8%, no número de cursos; 241,4% de aumento no número de docentes efetivos; e 583,3%, no número de técnico-administrativos.

TABELA 16
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	14	1.426	29	14	06
2009	41	1.631	99	23	41
%Δ 2001-2009	192,8	14,4	241,4	64,3	583,3

Fonte: UFPA, 2009.

São 1.631 alunos matriculados nesses 41 cursos de graduação, para um corpo docente de 122 professores, o que demonstra uma proporção de 13,4 alunos para cada professor. Entretanto, vale destacar que esse campus recebeu um aumento de 583,3% no número de

técnico-administrativos, o maior aumento de todos os campi. Somando-se a isso o aumento de 241,4% no número de docentes, aliado ao único aumento no número de vagas dos cursos de graduação de todos os campi no interior, podemos afirmar que Marabá foi aquele que ofereceu o maior crescimento dentre todos os campi do interior da Universidade Federal do Pará.

Por outro lado, esses dados, em conjunto, podem revelar uma fragilidade da universidade, discutida desde o início desse trabalho. Qual seja, a relação estreita do setor público com o setor privado. Diante da insuficiência de recursos para dar conta da crescente demanda de jovens ávidos por formação em nível superior, as IES públicas são forçadas a buscar alternativas de financiamento em fontes diversas. Isso fica demonstrado nos dados relativos ao Campus de Marabá, que destoam de todos os outros, não somente pelo alto nível de desenvolvimento da região, mas, principalmente, pelas parcerias com a Companhia Vale do Rio Doce.

3.2.8 Campus de Soure.

O *Campus Universitário de Soure*, criado a partir do Núcleo Universitário do Marajó, com sede em Soure, foi fundado, em 1987, como um dos polos regionais de atuação da UFPA. A sede do campus funcionou, até 1989, na Escola de 2º Grau “Edda de Sousa Gonçalves”.

Em 1990, foi inaugurado o prédio definitivo, e o Núcleo passou a ser denominado Campus Universitário do Marajó, com sede, em Soure, e núcleo, em Breves.

Esse campus situa-se, ainda hoje, na Décima Terceira rua, s/n, Bairro do Umirizal, em uma área com aproximadamente 26.900 m², doada pela Prefeitura Municipal de Soure, através da Lei Nº 2.672, de 26 de setembro de 1990. O Campus II funcionou, durante dez (10)

anos, em um prédio cedido pela Prefeitura de Soure à UFPA, através da Lei Municipal nº 2.673/90, de 26 de dezembro de 1990; serviu como alojamento para os professores que se deslocavam de outros campi para o município, a fim de ministrarem aulas. Atualmente, esse prédio não se encontra mais sob a responsabilidade da UFPA.

O Campus de Soure oferta os cursos de graduação em Letras (Licenciatura Plena), Ciências Sociais, Turismo e Educação Artística, dentre outros, nos quais estão matriculados 202 alunos, para um corpo docente de seis professores (Ver Tabela 17).

TABELA 17.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SOURE, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	08	540	07	05	07
2009	08	202	06	00	08
% Δ 2001-2009	0	-62,6	-14,3	-	14,3

Fonte: UFPA, 2009.

Esse campus enfrentou, no período de 2001 a 2009, uma estabilidade no número de cursos, mas com queda no número de alunos matriculados (-62,6%), dados esses que revelam uma situação bastante complicada, considerando as gritantes necessidades educacionais apresentadas pela região do Marajó, expressas nos seus baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

3.2.9 Campus de Breves.

O *Campus Universitário de Breves* funcionou, provisoriamente, no período de 1990

até 1997, na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Professor Miguel Bitar” e na Escola de Ensino Fundamental “Professora Maria Elizete Fona Nunes”. Sua atividade acadêmica iniciou-se com a oferta de uma turma do Curso de Licenciatura Plena em História.

Esse campus foi construído a partir da criação de um Núcleo Universitário, no Município de Breves, haja vista a necessidade de atender aos alunos egressos do ensino médio residentes dos municípios e de sua área de abrangência, como, por exemplo, a Região dos Furos do Marajó, em decorrência das grandes distâncias e dificuldades de acesso para se chegar ao Núcleo de Soure.

Atualmente, o Campus de Breves oferta os seguintes cursos de graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Letras.

Os dados da Tabela 18 nos mostram que estão matriculados nesses cursos 376 alunos, para um corpo docente de 08 professores. Esses números nos mostram que, em 2009, nesse campus temos um número muito alto de alunos – 47 – por professor.

TABELA 18.
NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES (EFETIVOS E SUBSTITUTOS) E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BREVES, MAIO – 2001; 2009.

ANO	NÚMERO DE CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS	DOCENTES		TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
			Docentes Efetivos	Docentes Substitutos	
2001	06	431	-	-	-
2009	03	376	04	04	05
%Δ 2001-2009	-50	-12,8	-	-	-

Fonte: UFPA, 2009.

A Tabela 18 nos apresenta, ainda, que houve uma redução de no número de curso de graduação (-50%), nesse campus, no período de 2001 a 2009, mas que a queda no número de matrículas foi de apenas -12,8%.

Essa tendência de redução do número de cursos e de alunos matriculados nos campi do interior, acompanhada de um aumento no número de técnico-administrativos e de docentes efetivos, revela uma situação bastante complexa. Por um lado, potencializa uma melhor qualidade do ensino superior, possibilitando, inclusive, o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, considerando-se as condições de trabalhos desses profissionais, agora efetivos, com dedicação exclusiva e com o devido suporte administrativo. Mas, por outro lado, provoca a radicalização da dificuldade de acesso à Educação Superior, tornando-a ainda mais elitista e excludente.

Realizando uma análise geral dos dados apresentados, no que diz respeito, principalmente, ao aumento de docentes efetivo e servidores técnico-administrativos, percebemos que essa realidade potencializa a realização de Educação Superior de qualidade, fundada na pesquisa e na extensão. A diminuição dos cursos intervalares assim como a do número de docentes substitutos acompanhadas da devida contratação de docentes efetivos, realidade essa que ocorreu em oito dos nove campi, sendo Soure a única exceção, contribuem com esse quadro.

É fundamental destacar, também, que, apesar da redução no número de cursos e alunos matriculados nos cursos de graduação, conforme mostramos nesta subseção, por outro lado, no período de 2002 a 2008, todos os campi receberam aumento orçamentário entre 73,4% a 465,3%.

3.3 O financiamento da política de interiorização e do “multicampismo”.

Depois de alguns anos de interiorização da UFPA, as comunidades acadêmicas dos campi do interior passaram a exigir autonomia acadêmica e administrativa para que estes pudessem se inserir, de uma forma mais efetiva, na dinâmica específica de desenvolvimento social, histórico e cultural da região na qual cada um está inserido.

Assim, conforme nos apresenta o Estatuto da Universidade Federal do Pará, no Título I, artigo 1º, que trata dos princípios e das finalidades:

A Universidade Federal do Pará – UFPA é uma instituição pública de educação superior, organizada sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto nº 81.520, de 4 de abril de 1978. (UFPA, 2006).

Além disso, destaca o parágrafo 1º, desse mesmo artigo, que “A UFPA goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei e do presente Estatuto”. Ademais, enfatiza, em seu parágrafo 2º, a concepção *multicampi*: “A UFPA caracteriza-se como **universidade multicampi**, com atuação no Estado do Pará e sede e foro legal na cidade de Belém.” (UFPA, 2006. Grifos nossos).

Ou seja, destaca-se, por um lado, a base legal da autonomia universitária, ancorada no artigo 207, da Constituição Federal, de 1988, e por outro, destaca a ideia de “universidade multicampi”, com atuação em todo o Estado do Pará; em consonância com essa ideia, ao Campus Belém, apesar de ser o campus sede, não é atribuído status mais importante que os demais campi. Cada campus do interior do estado do Pará possui, legalmente, o mesmo nível de autonomia para escolher seus representantes, assim como para constituir seus conselhos

deliberativos, definir os projetos pedagógicos de seus cursos e estabelecer em quais ações serão investidos os recursos financeiros disponíveis para o exercício financeiro, por exemplo.

O que é corroborado pelo Regimento Geral da UFPA (UFPA, 2006a), em seu artigo 4º, onde fica estabelecido que

A UFPA organizar-se-á em *Campi*, Institutos e Núcleos, e estas Unidades, em Faculdades, Escolas e Programas de Pós-Graduação, regendo-se todas as instâncias pelo princípio da colegialidade institucional, na forma do Estatuto e do presente Regimento Geral. (UFPA, 2006a).

Trata-se, portanto, não de uma simples desconcentração burocrática de recursos financeiros, mas de um processo de descentralização da gestão, alicerçada em princípios da gestão democrática e participativa, onde o processo decisório não está hierarquicamente centralizado nas mãos do coordenador. Pelo contrário, todo o processo de tomada de decisão é realizado de forma colegiada, por meio do conselho deliberativo do campus.

Nessa perspectiva, foi criada a Secretaria da Universidade Multicampi (SEUM), ligada diretamente à Vice-Reitoria, que tem como objetivo inicial estreitar a interrelação entre os campi, de modo que a política multicampi possa cumprir o papel social da universidade e tornar os seus 10 campi autossuficientes na formulação de regimentos, planos de gestão, projetos político-pedagógicos, inseridos nas resoluções regionais e participantes das relações com a sociedade.

Assim, pelo menos duas características se destacam, dentre as concepções apresentadas nos princípios e finalidades da UFPA assim como na sua estrutura e forma de organização, que são a **concepção multicampi** e a **colegialidade** no processo decisório.

A concepção da Universidade Multicampi da UFPA, defendida pelos membros da comunidade universitária presentes nos embates políticos realizados no processo de

construção do Estatuto e do Regimento da UFPA, é assim apresentada:

A Universidade Federal do Pará, através da sua rede multicampi, constituiu um modelo integrado de cooperação entre a sua comunidade acadêmica, o poder público, o setor privado, o setor produtivo e os movimentos sociais para a oferta de um ensino superior de qualidade, com o compromisso de produzir ciência, disseminar o conhecimento e formar cidadãos capazes de produzir as transformações necessárias para o crescimento e desenvolvimento humano do Estado do Pará (UFPA. Universidade Multicampio. [Online]).

O modelo anterior de interiorização referendava-se em apenas um campus, ou seja, existia uma centralidade no Campus Guamá (Belém), de onde eram pensadas, pela administração superior, a política acadêmica assim como as estratégias de inserção social da UFPA no interior. Portanto, sem a participação da comunidade.

No que se refere aos recursos financeiros para realização e implantação do projeto de interiorização, Camargo (1997) afirma:

Considerando a inexistência de uma dotação orçamentária para esse trabalho inicial, o envolvimento das prefeituras e empresas foi uma estratégia fundamental para que o projeto tivesse início. Há que considerarmos a infra-estrutura necessária para que as atividades acadêmicas acontecessem, que incluía espaços destinados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, hospedagem de professores que se deslocavam da capital para o interior e a permanência dos estudantes oriundos dos municípios da área de influencia de cada campus. (CAMARGO, 1997, p. 87)

Camargo (1997), ao expor a “inexistência de dotação orçamentária”, nos ajuda a compreender ainda mais o caráter elitista subjacente à política de financiamento da Educação Superior, no que tange ao seu processo de interiorização. E ressalta a importância estratégica das parcerias com a esfera municipal, no processo de consolidação do projeto de interiorização da UFPA.

A propósito da criação dos campi, podemos afirmar que essa inexistência orçamentária não deriva, simplesmente, do fato de não se constituírem em “unidades orçamentárias” da

Universidade Federal do Pará, enquanto condições *sine qua non*, do ponto de vista legal, para disporem de recursos do fundo público para atenderem às suas necessidades específicas; deriva, também, do fato de a UFPA não possuir recursos disponíveis, para essa finalidade, conforme nos apresentou a autora acima. É nessa perspectiva que afirmamos que a política de interiorização caracterizou-se como uma política “independente” do macrodirecionamento de uma política de financiamento do governo federal.

Considerando o contexto supracitado, apresentamos uma síntese da política de financiamento da Educação Superior pública defendida pela administração superior da UFPA, publicada no seu Relatório de Gestão de 2001.

Para a nova administração o segundo semestre de 2001 foi de reestruturação das Pró-Reitorias, **gerenciamento da crise institucional** que teve lugar em razão do desfecho do processo eleitoral para a Reitoria da UFPA, culminando em dezembro com a preparação para a execução de um semestre triplo: cursos normais, cursos intervalares, cursos de contrato com Prefeituras Municipais com recursos do FUNDEF, além de intenso trabalho em todos os campi do interior, visando a construção coletiva do plano de desenvolvimento institucional, que deverá ser apresentado em julho de 2002. O segundo semestre foi também o de **recomposição de alianças históricas e a busca de novas parcerias com vistas a alargar as perspectivas de financiamento dos programas estratégicos que estão sendo desenhados pela universidade**, envolvendo suas diversas áreas de atuação. (UFPA, 2001, p.1. Grifos nossos).

A administração superior da UFPA admite a crise, não só na dimensão administrativa, proveniente do processo eleitoral, mas também uma “crise institucional” (SANTOS, 1995), no que tange ao desenvolvimento das atribuições da universidade, na oferta do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse contexto, citam inclusive, os **cursos de contrato**, celebrados com as prefeituras do interior, como exemplo da política de parcerias e como uma estratégia para ampliação dos recursos, no sentido de atender aos “*programas estratégicos que estão sendo desenvolvidos pela universidade*”. Em outras palavras, percebe-se a carência de recursos, que, por sua vez, é

recomposta pela captação de recursos por meio de parceria com os setores público e privado.

É necessário fazer esse destaque, pois os dados apresentados, na Tabela 19, correspondem ao período de 2002 a 2008, haja vista que os campi anteriores a esse período não se constituíam em unidade orçamentária da Universidade Federal do Pará, ou seja, não possuíam orçamento independente da administração superior.

TABELA 19.
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO (DOTAÇÃO TOTAL) DOS CAMPI DO INTERIOR.
2002 A 2008 (R\$).

CAMPUS	2002	2008	Δ% 2002-2008
ABAETETUBA	45.949,01	190.598,00	314,8
ALTAMIRA	42.088,11	237.910,00	465,3
BRAGANÇA	97.930,39	169.801,00	73,4
BREVES	22.727,36	109.115,00	380,1
CAMETÁ	41.911,36	88.238,00	110,5
CASTANHAL	68.232,56	283.426,00	315,4
MARABÁ	67.714,21	309.789,00	357,5
SANTARÉM	121.473,02	251.198,00	106,8
SOURE	33.706,10	89.281,00	164,9
TOTAL GERAL	541.732,12	1.729.346,00	219,2

Fonte: UFPA, 2009a.

Os dados da Tabela 19 revelam que o Campus de Altamira, foi o que obteve a maior taxa de crescimento de recursos orçamentários, atingindo um percentual de 465,3% de aumento. Em contrapartida, o Campus de Bragança obteve a menor ampliação orçamentária de 73,4%, no período analisado. Ressalta-se que esse campus é o único que oferece ensino de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) e, portanto, deveria receber um volume de recursos maior.

Essa dotação total corresponde ao valor total investido na manutenção de cada campus, acrescido dos valores de dois programas que são o Programa de Melhoria da Infra-Estrutura (PROINFRA), que, por sua vez, é dividido em verba de custeio e verba de capital, e

o Programa de Tecnologia da Informação. Este último só passou a receber recursos, em 2009. Por motivo da não conclusão do exercício financeiro deste ano, resolvermos trabalhar com os dados até 2008.

Por outro lado, observa-se, a partir da análise da Tabela 19, uma profunda disparidade existente entre os campi, em termos de orçamento. Os campi menores, que são Soure, Cametá e Breves, com o orçamento que lhes é direcionado, dificilmente conseguirão dar um salto de qualidade, comparando-os com os grandes campi, que são Santarém e Marabá.

Mesmo tendo o maior orçamento, em 2008, o Campus de Marabá apresentou o maior número de vagas ofertadas por meio de cursos de contrato, sendo, portanto, o campus que “arrecadou” o maior volume de recursos das prefeituras.

Por outro lado, é importante analisar o volume de recursos, comparando-o com o número de alunos matriculados na graduação, conforme a Matriz Orçamentária do MEC.

Na Tabela a seguir, apresentamos o número de alunos matriculados em cada campus, nos anos de 2001 e 2009.

TABELA 20.
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO (REGULAR E INTERVALAR), NOS CAMPI DA UFPA - 2001 E 2009.

CAMPUS	2001	2009	Δ% 2001-2009
ABAETETUBA	1.063	666	-37,3
ALTAMIRA	950	420	-55,8
BRAGANÇA	1.003	679	-32,3
BREVES	431	376	-12,8
CAMETÁ	647	529	-18,2
CASTANHAL	1.223	987	-19,3
MARABÁ	1.426	1.631	14,4
SANTARÉM	1.841	1411	-23,0
SOURE	540	202	-62,6

Fonte: UFPA, 2009.

Os dados da Tabela 20 demonstram que todos os campi obtiveram uma taxa negativa de crescimento, ou seja, acompanhando a tendência de expansão por meio da iniciativa privada, com retração ou redução da oferta de vagas no setor público. Nesse sentido, o Campus de Marabá seguiu a mesma direção da dinâmica econômica da região, alimentada pelas reservas de minérios; talvez por isso, tenha obtido um aumento no número de alunos matriculados, nos cursos de graduação, de 14,4%.

Por outro lado, o Campus de Soure sofreu a maior queda, -62,6%, isto é, houve uma redução de mais da metade das vagas. Vale ressaltar que esses dados contabilizam as matrículas tanto dos cursos regulares como dos intervalares.

Não podemos esquecer que os convênios estabelecidos entre a UFPA e as prefeituras do interior do estado do Pará foram imprescindíveis para a manutenção dos campi, em sua origem; logo, podemos inferir que ocorreu uma dependência econômica baseada em relações políticas daqueles que se mostravam interessados em firmar parcerias. Para Camargo (1997),

Em certo sentido, esse estado de coisas consegue ser vantajoso para o Estado, se considerarmos que apesar da política de contenção de recursos para as universidades públicas, é possível implementar políticas públicas sem que haja grandes alterações de dotações orçamentária para as instituições. Reforça assim o discurso oficial, divulgado com muita frequência pela mídia de que o ensino público de nível superior recebe verbas além do necessário para seu funcionamento, que apresenta distorções no que diz respeito a relação entre o número de professores e o de alunos, além da má utilização da verba. (CAMARGO, 1997, p. 91).

Considerando a asserção acima, podemos afirmar que, antes de 2002, esse fato ocorreu com mais frequência. Houve uma expansão do número de vagas para o interior do Estado, sem o devido aporte financeiro, haja vista que, até 2002, os campi ainda não se constituíam em “unidades orçamentárias”, ou seja, não possuíam recursos “alocados” independente do orçamento da administração superior da UFPA. Só a partir de 2002, passaram a ter seus próprios orçamentos, com recursos provenientes do Fundo Público.

Esse fato nos revela as implicações decorrentes da reforma do Estado brasileiro, idealizada em meados da década de 1990, mas que se desdobra em ações de governo até os dias atuais. Ou seja, a ampliação do número de programas e ações da universidade, realizadas para dar conta do projeto de interiorização, sem o financiamento específico com recursos do Fundo Público Federal (FPF), é um elemento revelador das profundas mudanças operadas na legislação da Educação Superior, como fruto das reconfigurações do papel do Estado no financiamento das políticas públicas, conforme analisamos no Capítulo 1.

Essas reformas possibilitaram artifícios legais que sustentaram a ausência de financiamento das ações da interiorização, que só foram corrigidas, em 2002, com o desafio de dar conta da imensurável demanda por Educação Superior, no interior deste Estado.

Mesmo com a dotação orçamentária específica para os campi, a busca por mecanismos de arrecadação de “recursos extra” demonstram a não adequação dos recursos, diante das inúmeras dificuldades de fazer Educação Superior no interior paraense, como demonstramos na subseção anterior.

3.4 A política de interiorização via cursos de contrato (a partir de 2000).

A análise de Chaves (2005) aponta mudanças indiretas na política de financiamento da Educação Superior pública, provenientes da criação do FUNDEF, que potencializou a oferta de cursos de licenciatura aos professores leigos das redes municipais de ensino.

Essa situação gerou condições financeiras para as Prefeituras do interior do estado, por meio dos recursos do FUNDEF, realizarem a “compra” de cursos das IES paraenses, e até de

outros estados¹⁸, o que feriu a condição de “bem público” inerente às IFES, tornando-se uma relação de “quase-mercado”¹⁹ (AMARAL, 2003).

Portanto, a existência dos cursos de contrato gerou não só a possibilidade de formação para os professores leigos como também inseriu, na dinâmica da Educação Superior pública, uma via para arrecadação de recursos complementares para atender um dos grupos sociais que mais precisam de formação, que são os professores leigos dos municípios do interior do estado.

Para analisarmos a contribuição dos cursos de contrato para o processo de interiorização da UFPA, tomaremos como referência os dados expostos na Tabela 21, que contém informações acerca dos cursos de contrato estabelecidos entre a UFPA e as prefeituras do interior, no período de 2000 a 2008.

TABELA 21.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS – UFPA - 2000 A 2008.

Polo	N.º de Contratos	N.º de Vagas	Contratos Prefeituras (em R\$)	Contratos SEDUC (em R\$)	Total por Campus (em R\$)	Valor Por Vaga (em R\$)
Abaetetuba	09	440	1.949.047,62	0,00	1.949.047,62	4.429,65
Altamira	22	390	2.426.340,21	0,00	2.426.340,21	6.221,38
Castanhal	07	700	1.112.317,52	2.720.000,00	3.832.317,52	5.474,73
Ananindeua	02	300	0,00	1.632.000,00	1.632.000,00	5.440,00
Belém	50	450	960.000,00	1.029.476,49	1.989.476,49	4.421,06
Bragança	05	250	974.392,97	445.978,78	1.420.371,75	5.681,49
Cametá	02	100	336.000,0	0,00	336.000,0	3.360,00
Irituia	04	150	870.511,40	0,00	870.511,40	5.803,41
Marabá	49	1.222	8.469.095,35	695.476,48	9.164.571,83	7.499,65
Marajó	10	500	933.856,00	272.000,00	1.205.856,00	2.411,71
Santarém	51	900	5.249.897,82	272.000,00	5.521.897,82	6.135,44
Tailândia	15	493	2.502.536,22	0,00	2.502.536,22	5.076,14
Tucumã	18	250	750.726,13	542.000,00	1.292.726,13	5.170,90
Total Geral	244	6.145	26.534.721,24	7.608.931,75	34.143.652,99	5.556,33

Fonte: UFPA, 2008.

18 Como é o caso da Universidade do Vale do Acaraú (UVA), que tem sua sede localizada no estado do Ceará, como universidade pública estadual, mas que atua no estado do Pará, como universidade privada, cobrando mensalidades dos estudantes.

19

A Tabela 21, acima, apresenta a relação dos cursos de contrato celebrados entre a Universidade Federal do Para e diversas prefeituras do interior. Nas tabelas apresentada nos apêndices “A” a “P”, faremos o detalhamento dessas informações, indicando o município sede do curso, especificando o curso, indicando, também, a qual prefeitura está vinculada. Além dessas informações, essas planilhas apresentam os valores que foram pagos por cada contrato, assim como as datas de início e fim dos cursos.

A análise da Tabela 21 nos indica que:

1 – O Campus de Santarém foi o que realizou o maior número de contratos com as prefeituras (51), mas ofertou um número de vagas inferior (900) ao Campus de Marabá (1.222). Observa-se, no entanto, que o volume de recursos recebidos por Marabá foi 39,75% maior que o de Santarém;

2 – Outra constatação se refere ao valor das vagas, que varia de um campus para outro. Uma vaga, no Campus de Marabá, que foi o mais alto valor, custou R\$7.499,65, enquanto, no Campus de Santarém, pagou-se R\$6.135,44 por vaga. No Polo do Marajó, o custo de cada vaga ficou em R\$2.411,71, que foi considerado o menor valor de uma vaga, dentre os cursos de contrato, extraído a partir uma média dos valores de cursos de cada polo. É importante ressaltar que esse valor corresponde ao custo-aluno-vaga pelo período integral do curso que, em média, dura quatro anos (caso das Licenciaturas). Observa-se, assim, que no Polo do Marajó, o custo-aluno-vaga foi estipulado no valor de R\$602,93 ao ano, inferior, portanto, ao custo-aluno da Educação Básica, considerando o padrão do FUNDEB.

Considerando as informações apresentadas na Tabela 21, podemos afirmar que a UFPA captou R\$26.534.721,24 (vinte e seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos), no período de 2000 a 2008, só em

contratos com as prefeituras, mais R\$7.608.931,75 (sete milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos) em contratos com Governo do Estado do Pará (SEDUC), o que totalizou uma arrecadação de R\$ 34.143.652,99 (trinta e quatro milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos).

O polo que ofertou o maior número de vagas, nos cursos de graduação contratados, foi o polo de Marabá, que ofereceu 1.222 vagas, por meio de 49 contratos. Por outro lado, o polo que disponibilizou o menor número de vagas, foi o de Cametá, que colocou à disposição dos seus professores 100 vagas, por meio de dois contratos realizados. Entretanto, essa análise comparativa precisa ser devidamente relativizada, considerando o “tamanho” de cada campus, no tange ao número de cursos ofertados e aos quadros de docentes e de técnico-administrativo, assim como as condições socioeconômicas de cada município e/ou região. Nesse sentido, Cametá (região Tocantina) e Marabá (região de Carajás) guardam as suas profundas diferenças, e isso se refletiu na realização de contratos com a UFPA, visando à oferta de formação para os professores das redes escolares municipais respectivas.

Entretanto, é imprescindível informar que algumas prefeituras realizaram uma compra fragmentada de vagas, em determinadas turmas de cursos de graduação. Cada uma realizava um contrato independente, mas com um número pequeno de vagas, para poderem formar uma turma (de 50 alunos, por exemplo), em um dos municípios que era escolhido como município-sede.

É necessário destacar que as informações contidas nessa tabela foram retiradas do Quadro Geral dos Cursos de Contrato (Anexo A), fornecido pela UFPA. Entretanto, esse quadro está com alguns campos em branco, com as informações incompletas e foram, por

uma questão de objetividade nos cálculos, retiradas desse estudo, conforme podemos confirmar comparando os apêndices e o Anexo A deste trabalho.

Além dessa peculiaridade, percebemos, por parte da UFPA, uma desorganização com relação às informações concernentes aos cursos de contrato. Outro fato que nos chama bastante a atenção é a falta de objetividade e precisão em relação às informações desses cursos de contrato. As planilhas fornecidas pela Secretaria da Universidade Multicampi (SEUM) e pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) são exatamente as mesmas. Faltam muitas informações, principalmente com relação aos cursos e seus respectivos valores. Utilizaremos essa planilha, pois nos parece ser o único levantamento existente, na UFPA, sobre os cursos de contrato.

A seguir vamos analisar os contratos firmados entre as prefeituras do interior do estado e a UFPA, por campus.

3.4.1 Polo de Abaetetuba.

No Polo de Abaetetuba, foram contratados os cursos de Licenciatura Plena em Ciências, Letras, Física, Pedagogia e Ciências Contábeis, que ofertaram 440 vagas, por meio de diversos contratos com as Prefeituras de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Concórdia do Pará, Tomé-açú, que totalizaram um investimento no valor de R\$1.949.048,02 (um milhão, novecentos e quarenta e nove mil, quarenta e oito reais e dois centavos) (Apêndice A). Nesse polo, a maioria dos cursos começou em 2001, com previsão de conclusão em 2005 ou 2006, com exceção de dois contratos que estão previstos para o período de 2008 a 2012, como pode ser observado na Tabela 22, a seguir.

TABELA 22
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE ABAETETUBA, 2000 A 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
ABAETETUBA	LP em Ciências	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00
	LP em Letras	50	217.721,40	4.354,42	1.088,60
	LP em Letras	50	217.721,40	4.354,42	1.088,60
	LP em Pedagogia	50	290.000,00	5.800,00	1.450,00
CONCÓRDIA DO PARÁ	LP em Pedagogia	50	251.300,94	5.026,01	1.256,50
	LP em Pedagogia	40	96.000,00	2.400,00	600,00
TOMÉ-AÇU	LP em Pedagogia	50	160.000,00	3.200,00	800,00
	LP em Pedagogia	50	300.304,28	6.000,00	1.500,00
	LP em Pedagogia	50	96.000,00	1.920,00	480,00

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 22, acima, demonstram os valores dos contratos firmados entre as prefeituras do Polo de Abaetetuba e a UFPA, no período de 2000 a 2008.

Observa-se que foram três os municípios que contrataram a UFPA para oferta de cursos de graduação, todos de Licenciatura Plena, sendo a maioria (seis) em Pedagogia. Apenas no município de Abaetetuba foram contratados dois cursos de Licenciatura Plena em Letras e um de Licenciatura Plena em Ciências, além do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Constata-se uma diferença muito grande nos valores contratados, em uma mesma prefeitura, como, por exemplo, em Concórdia do Pará, onde um curso de Pedagogia foi contratado por R\$251.300,94, para 50 vagas, e outro, por R\$96.000,00, para 40 vagas. Uma diferença de 61,8% entre os dois cursos. No município de Tomé-Açu ocorre a mesma discrepância. Os três cursos de Pedagogia foram contratados para ofertar 50 vagas cada um, mas com valores muito diferentes, chegando a haver 215% de diferença entre eles.

Apesar dessas discrepâncias, observa-se que esses valores são insignificantes. Para se

ter uma ideia, os recursos pagos por aluno-ano, se divididos pelos 12 meses do ano, ficam muito abaixo do custo-aluno do FUNDEF/FUNDEB. Em uma análise comparativa com as mensalidades pagas na iniciativa privada, percebemos que o valor pago para o Curso de Pedagogia de Concórdia do Pará, que é de R\$ 600,00, por ano, chegamos a um valor de R\$ 50,00, por mês. Muito abaixo, inclusive, das mensalidades pagas em escolas privadas de Educação Básica, no estado do Pará.

3.4.2 Polo de Altamira.

O polo da região formada pelos municípios próximos a Altamira ofertou um número significativo de vagas, mas, ainda assim, inferior ao número de vagas de Abaetetuba. Esse polo realizou 22 contratos, para a oferta de três cursos de graduação, proporcionando 380 (trezentas e oitenta) vagas. Arrecadou um volume de recursos no valor de R\$2.426.340,21 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta reais e vinte e um centavos) (Apêndice B).

Os cursos ofertados são: Licenciatura Plena em Geografia, Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Matemática. Esses cursos foram oferecidos por meio de contrato de prestação de serviços, estabelecido entre a Universidade Federal do Pará e as prefeituras dos municípios de Anapú (dois), Brasil Novo (um), Gurupá (um), Medicilândia (três), Pacajá (dois), Porto de Moz (dois), Senador José Porfírio (três), Vitória do Xingu (dois), Uruará (três), Altamira (um), São Félix do Xingu (um) e Placas (um).

Os dados da Tabela 23, a seguir, demonstram os valores dos contratos do Polo de Altamira, verificados no período de 2000 a 2008.

TABELA 23.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE ALTAMIRA. 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
ANAPÚ	LP em Geografia	3	16.848,00	5.616,00	1.404,00
BRASIL NOVO	LP em Geografia	2	11.200,32	5.600,16	1.400,04
GURUPÁ	LP em Geografia	5	28.000,80	5.600,16	1.400,04
MEDICILÂNDIA	LP em Geografia	12	67.201,92	5.600,16	1.400,04
PACAJÁ	LP em Geografia	6	33.600,96	5.600,16	1.400,04
PORTO DE MOZ	LP em Geografia	7	39.201,12	5.600,16	1.400,04
Sen. JOSÉ PORFÍRIO	LP em Geografia	5	28.000,80	5.600,16	1.400,04
VITÓRIA DO XINGU	LP em Geografia	5	28.000,80	5.600,16	1.400,04
URUARÁ	LP em Geografia	5	28.000,80	5.600,16	1.400,04
ALTAMIRA	LP em Pedagogia	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00
Sen. JOSÉ PORFÍRIO	LP em Pedagogia	50	297.000,00	5.940,00	1.485,00
PORTO DE MOZ	LP em Matemática	7	52.000,00	7.428,57	1.857,14
PLACAS	LP em Matemática	4	30.000,00	7.500,00	1.875,00
URUARÁ	LP em Matemática	6	45.000,00	7.500,00	1.875,00
ANAPÚ	LP em Matemática	6	45.000,00	7.500,00	1.875,00
MEDICILÂNDIA	LP em Matemática	8	60.000,00	7.500,00	1.875,00
PACAJÁ	LP em Matemática	6	45.000,00	7.500,00	1.875,00
Sen. JOSÉ PORFÍRIO	LP em Matemática	3	22.500,00	7.500,00	1.875,00
URUARÁ	LP em Pedagogia	50	297.392,00	5.947,84	1.486,96
VITÓRIA DO XINGU	LP em Pedagogia	50	297.392,69	5.947,84	1.486,00
MEDICILÂNDIA	LP em Pedagogia	50	315.000,00	6.300,00	1.575,00
S. FÉLIX DO XINGU	LP em Pedagogia	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00

Fonte: UFPA, 2008.

Observa-se que foram ofertadas seis turmas de Licenciatura Plena em Pedagogia, com 50 alunos cada, entretanto, com valores diferentes; ou seja, esses valores variaram de R\$297.000,00 a R\$320.000,00, o que constituiu uma diferença de 7,7% entre eles.

Outra característica desse polo foi o consórcio de prefeituras para compra dos cursos de Licenciatura Plena em Geografia e Licenciatura Plena em Matemática. Várias prefeituras se reuniram para comprar esses cursos. Cada uma paga o correspondente ao número de vagas contratadas, como, por exemplo: Anapú, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Uruará, se juntaram para formar uma turma de

Licenciatura Plena em Geografia, assim como Porto de Moz, Placas, Uruará, Anapú, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, que conjuntamente ofertaram uma turma de Licenciatura Plena em Matemática.

Vale destacar, por outro lado, que o custo-aluno-ano desses cursos, também, apresenta valor muito baixo, variando entre R\$1.404,00 a R\$1.857,14, o que significa que o custo mensal correspondente a cada aluno é de R\$117,00 e R\$154,76, respectivamente, insuficientes para a oferta de ensino de graduação em uma *universidade*.

3.4.3 Polo de Ananindeua.

No que tange ao polo Ananindeua constatamos que os cursos foram contratados diretamente com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), por meio dos quais foram ofertadas 300 (trezentas) vagas nos cursos Licenciatura Plena em Geografia e em História, metade das vagas para cada curso, no valor de R\$ 1.632.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta e dois reais) (Apêndice C). Esses cursos foram realizados no período de 2002 a 2006, como pode se visualizado na Tabela 24, a seguir.

TABELA 24.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE ANANINDEUA. 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA ²⁰	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
-	LP em Geografia	150	816.000,00	5.440,00	1.360,00
-	LP em História	150	816.000,00	5.440,00	1.360,00

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela acima demonstram que ocorre, nesses cursos, a mesma situação

²⁰ Ver “Apêndice C”.

dos polos anteriores, no que tange ao custo-aluno-ano. No Curso de Licenciatura Plena em Geografia, ofertaram-se 150, a um valor de R\$816.000,00; esse valor corresponde a um custo de R\$5.440,00, por vaga, e R\$1.360,00, por ano. Já no Curso de Licenciatura Plena em História, ofertou-se 150, também, pelos mesmos valores. Ou seja, esses valores são muito baixos para a realidade da Educação Superior.

3.4.4 Polo de Belém.

Esse polo, com sede no município de Belém, foi responsável pela oferta de 300 vagas, para os cursos de Licenciatura Plena em Geografia, História, Pedagogia e Letras, por meio de contratos realizados com as prefeituras de Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (Apêndice D). Foi arrecadada com esses contratos a importância de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), como pode ser observado na Tabela 25.

TABELA 25.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE BELÉM. 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
ANAJÁS	LP em Geografia	2	6.400,00	3.200,00	800,00
BAGRE	LP em Geografia	1	3.200,00	3.200,00	800,00
BREVES	LP em Geografia	5	16.000,00	3.200,00	800,00
CACHOEIRA DO ARARI	LP em Geografia	3	9.600,00	3.200,00	800,00
CHAVES	LP em Geografia	6	19.200,00	3.200,00	800,00
CURRALINHO	LP em Geografia	5	16.000,00	3.200,00	800,00
MELGAÇO	LP em Geografia	8	25.600,00	3.200,00	800,00
MUANÁ	LP em Geografia	8	25.600,00	3.200,00	800,00
PONTA DE PEDRAS	LP em Geografia	2	6.400,00	3.200,00	800,00
SALVATERRA	LP em Geografia	4	12.800,00	3.200,00	800,00
SANTA CRUZ DO ARARI	LP em Geografia	1	3.200,00	3.200,00	800,00
S. S. DA BOA VISTA	LP em Geografia	5	16.000,00	3.200,00	800,00
ANAJÁS	LP em História	2	6.400,00	3.200,00	800,00
BAGRE	LP em História	1	3.200,00	3.200,00	800,00
BREVES	LP em História	5	16.000,00	3.200,00	800,00

TABELA 25 (cont.). CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE BELÉM - 2000–2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
CACHOEIRA DO ARARI	LP em História	2	6.400,00	3.200,00	800,00
CHAVES	LP em História	5	16.000,00	3.200,00	800,00
CURRALINHO	LP em História	8	25.600,00	3.200,00	800,00
MELGAÇO	LP em História	6	19.200,00	3.200,00	800,00
MUANÁ	LP em História	9	28.800,00	3.200,00	800,00
PONTA DE PEDRAS	LP em História	2	6.400,00	3.200,00	800,00
SALVATERRA	LP em História	5	16.000,00	3.200,00	800,00
SANTA CRUZ DO ARARI	LP em História	1	3.200,00	3.200,00	800,00
S. S. DA BOA VISTA	LP em História	4	12.800,00	3.200,00	800,00
BAGRE	LP em Pedagogia	10	32.000,00	3.200,00	800,00
BREVES	LP em Pedagogia	40	128.000,00	3.200,00	800,00
CACHOEIRA DO ARARI	LP em Pedagogia	3	9.600,00	3.200,00	800,00
CHAVES	LP em Pedagogia	8	25.600,00	3.200,00	800,00
CURRALINHO	LP em Pedagogia	12	38.400,00	3.200,00	800,00
MELGAÇO	LP em Pedagogia	8	25.600,00	3.200,00	800,00
MUANÁ	LP em Pedagogia	11	35.200,00	3.200,00	800,00
PONTE DE PEDRAS	LP em Pedagogia	16	51.200,00	3.200,00	800,00
SALVATERRA	LP em Pedagogia	13	41.600,00	3.200,00	800,00
SANTA CRUZ DO ARARI	LP em Pedagogia	6	19.200,00	3.200,00	800,00
S. S. DA BOA VISTA	LP em Pedagogia	13	41.600,00	3.200,00	800,00
SOURE	LP em Pedagogia	10	32.000,00	3.200,00	800,00
ANAJÁS	LP em Letras	2	6.400,00	3.200,00	800,00
BAGRE	LP em Letras	1	3.200,00	3.200,00	800,00
BREVES	LP em Letras	4	12.800,00	3.200,00	800,00
CACHOEIRA DO ARARI	LP em Letras	2	6.400,00	3.200,00	800,00
CHAVES	LP em Letras	5	16.000,00	3.200,00	800,00
CURRALINHO	LP em Letras	10	32.000,00	3.200,00	800,00
MELGAÇO	LP em Letras	5	16.000,00	3.200,00	800,00
MUANÁ	LP em Letras	10	32.000,00	3.200,00	800,00
PONTE DE PEDRAS	LP em Letras	2	400,00	3.200,00	800,00
SALVATERRA	LP em Letras	3	9.600,00	3.200,00	800,00
SANTA CRUZ DO ARARI	LP em Letras	1	3.200,00	3.200,00	800,00
S. S. DA BOA VISTA	LP em Letras	5	16.000,00	3.200,00	800,00

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 25, acima, diferentes dos de outros polos, apresentam um valor fixo por vaga. Ou seja, enquanto, no Polo de Altamira, por exemplo, há uma discrepância

entre os valores dos Cursos de Pedagogia, considerando, supõe-se, a especificidade de cada município, no Polo de Belém, os cursos possuem o mesmo valor por vaga, R\$3.200,00. Se dividirmos esse valor pelo tempo médio para realizar um curso de graduação, que é de quatro anos, chegaremos a um valor de R\$800,00, o que significa dizer que o custo-aluno-mês desses cursos do Polo Belém é R\$66,66.

Além disso, ainda foram ofertadas, através de contrato com a Secretaria de Educação, no Polo de Belém, 50 vagas do curso de Ciências Naturais, no valor de R\$395.124,00 (trezentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e quatro reais), 50 vagas do curso de Geografia, no valor de R\$297.396,00 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e seis reais), 50 vagas do curso de Matemática, no valor de R\$336.956,49 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos), segundo os dados já apresentados, na Tabela 21.

Vale destacar que o curso de Licenciatura em Pedagogia, que foi realizado por meio de contrato com a Prefeitura Municipal de Portel e executado pelo campus de Belém, ofertando 50 vagas e custando a essa Prefeitura R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), não consta dessa planilha (Apêndice M), sendo inserido no Polo do Marajó. Portanto, é considerada a localização da cidade/município da prefeitura contratada e não, simplesmente, o local de realização do referido curso. Ou seja, mesmo que o Campus de Belém, por meio do então Centro de Educação, agora Instituto de Ciência da Educação, tenha executado o curso de Pedagogia, em Portel, na planilha de controle da UFPA é apresentado no Polo do Marajó (Anexo A e Apêndice L), pois se trata de um município do Marajó.

3.4.5 Polo de Bragança.

No Polo de Bragança, que atendeu a diversos municípios do nordeste paraense, foram

ofertadas 200 (duzentas) vagas, para os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras. Esses contratos foram realizados, no período de 2001 a 2006, com as prefeituras de Augusto Corrêa, Viseu, Aurora do Pará e Capitão Poço, no valor total de R\$974.392,78 (novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos). (Apêndice E).

Foram ofertadas, também, 50 vagas, no curso de Licenciatura Plena em Matemática, por meio de contrato com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), realizado no município de Bragança, que custou aos cofres públicos o valor de R\$445.978,78 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais, setenta e oito centavos), com início em 1º de julho de 2008 e término em 1º de janeiro de 2012 (Ver Tabela 21).

Os dados da Tabela 26, a seguir, demonstram os valores dos contratos estabelecidos, no período de 2000 a 2008, no Polo de Bragança.

TABELA 26.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE BRAGANÇA. 2000 - 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
AUGUSTO CORRÊA	LP em Pedagogia	50	282.573,76	5.651,47	1.412,86
WISEU	LP em Pedagogia	50	339.635,21	6.792,70	1.698,17
AURORA DO PARÁ	LP em Pedagogia	50	272.184,00	5.443,68	1.360,92
CAPITÃO POÇO	LP em Letras	50	80.000,00	1.600,00	400,00

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 26 nos mostram que o Curso de Licenciatura Plena em Letras, contratado pela Prefeitura de Capitão Poço, ofertou 50 vagas e foi executado com o menor custo-aluno-ano, ou seja, R\$400,00. Outra característica desse polo foi a diferença de valores entre ofertas de um mesmo curso. Observa-se que foram disponibilizadas três turmas de

Licenciatura Plena em Pedagogia, com 50 alunos cada, entretanto, com valores diferentes, que variaram de R\$272.184,00 a R\$339.635,21, o que constituiu uma diferença de 24,8% entre eles.

3.4.6 Polo de Cametá.

No Polo de Cametá, verificamos que foram apenas 100 (cem) vagas, oferecidas por meio de contratos com as prefeituras de Mocajuba e Pacajá, em duas turmas de 50 (cinquenta) alunos cada, uma de Licenciatura Plena em Pedagogia e outra, em Letras. Esses cursos estão previstos para serem executados no período de 2007 a 2012 (Apêndice F).

A Tabela 27, a seguir, nos apresenta os cursos, número de vagas e os valores dos contratos realizados no Polo de Cametá, no período de 2000 a 2008.

TABELA 27
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE CAMETÁ. 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
MOCAJUBA	LP em Pedagogia	50	96.000,00	1.920,00	480,00
PACAJÁ	LP em Letras	50	240.000,00	4.800,00	1.200,00

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 27 nos mostram que o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, ofertado pela Prefeitura de Mocajuba por R\$ 96.000,00, se insere no rol dos cursos com o menor custo-aluno-ano, R\$480,00. O Curso de Licenciatura Plena em Letras, comprado pela Prefeitura de Pacajá por R\$240.000,00, apresenta um custo-aluno-ano mais alto, R\$1.200,00.

3.4.7 Polo de Castanhal.

Por meio do Polo de Castanhal, foram disponibilizadas 200 (duzentas) vagas para o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, divididas em quatro turmas. Esse curso foi contratado pelas prefeituras de Castanhal, que é o município-sede do polo, Colares e Marapanim, por um custo de R\$1.112.317,52 (um milhão, cento e doze mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos). Esses cursos foram realizados no período de 2000 a 2005; outro, mais recente, está previsto para o período de 2006 a 2010 (Apêndice G).

Os dados da Tabela 28, a seguir, demonstram os valores dos contratos do Polo de Castanhal, estabelecidos no período de 2000 a 2008.

TABELA 28
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE CASTANHAL. 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
CASTANHAL	LP em Pedagogia	50	255.000,00	5.100,00	1.275,00
CASTANHAL	LP em Pedagogia	50	255.000,00	5.100,00	1.275,00
COLARES	LP em Pedagogia	50	282.317,52	5.646,35	1.411,59
MARAPANIM	LP em Pedagogia	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00

Fonte: UFPA, 2008.

Uma característica apresentada nesse polo é a discrepância nos valores dos cursos. A Prefeitura de Castanhal pagou R\$255.000,00, por 50 vagas no Curso de Licenciatura Plena de Pedagogia, o que proporcionou um custo-aluno-ano de R\$1.275,00, enquanto a Prefeitura de Marapanim investiu 320.000,00, pelo mesmo número de vagas, mas com um custo-aluno-ano um pouco maior, R\$ 1.600,00.

Foram ofertadas, por meio de curso de contrato, 500 vagas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), sendo 150 para o curso de geografia, 150 o curso de história e 200

vagas para o curso de matemática; todos são cursos de licenciatura visando à formação, em nível superior, de professores leigos da rede pública de ensino. Esses cursos custaram ao governo do estado R\$2.720.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte mil reais), segundo os dados já apresentados na Tabela 21.

3.4.8 Polo de Irituia.

No que tange aos cursos, vagas e períodos de realização, assim como o valor total desses contratos, verificamos que, no Polo de Irituia, foram ofertadas 150 vagas para os cursos de Licenciatura de Plena em Pedagogia, Letras e Matemática, por meio de contratos com as prefeituras de Irituia, Mãe do Rio e São Domingos do Capim, no valor de R\$852.511,40 (oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e onze reais e quarenta centavos). Esses cursos foram realizados no período que compreende os anos de 2001 a 2006 (Apêndice H).

Os dados da Tabela 29, a seguir, destacam os cursos de graduação, o número de vagas, os valores dos contratos, assim como os valores do custo/aluno/vaga e custo/aluno/ano, dos contratos celebrados entre a UFPA e as prefeituras do Polo de Irituia, no período de 2000 a 2008.

TABELA 29.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE IRITUIA. 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
IRITUIA	LP em Pedagogia	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00
MÃE DO RIO	LP em Pedagogia	50	234.009,00	4.680,18	1.170,04
S. D. DO CAPIM	LP em Letras	10	58.502,40	5.850,24	1.462,56
MÃE DO RIO	LP em Matemática	40	258.000,00	6.450,00	1.612,50

Fonte: UFPA, 2008.

Esses dados confirmam os baixos valores dos contratos e, conseqüentemente, os insignificantes valores do custo/aluno/vaga e custo/aluno/ano. Os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, das Prefeituras de Irituia e Mãe do Rio, possuem um custo/aluno/ano de R\$1.600,00 e R\$1.170,04, respectivamente. O Curso de Licenciatura Plena em Letras, da Prefeitura de São Domingo do Capim, ficou com um custo/aluno/ano no valor de R\$1.462,56; e para o Curso de Licenciatura Plena em Matemática, esse valor ficou estabelecido em R\$1.612,50.

3.4.9 Polo de Marabá.

Esse polo ofertou 1.257 (mil duzentos e cinquenta e sete) vagas para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Comunicação Social, Sistema de Informação, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas e Ambiente, Ciências Sociais e os cursos de Licenciatura Plena em Geografia, Ciências Naturais, Filosofia, em História, Matemática (presencial e à distância), Letras e Pedagogia, o que custou às prefeituras dos municípios atendidos no Polo Marabá o montante de R\$8.966.960,61 (oito milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e um centavos). Esses contratos foram celebrados entre a Universidade Federal do Pará, com a interveniência da FADESP, e as seguintes prefeituras: Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Rondon do Pará, Paragominas, Dom Eliseu, Jacundá, Itupiranga, Palestina do Pará, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Piçarra, São Domingos do Araguaia e Xinguara (Apêndice I).

TABELA 30
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE MARABÁ – 2000-2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
PARAUAPEBAS	Administração	50	282.390,68	5.647,81	1.411,95
PARAUAPEBAS	Ciências Contábeis	50	282.390,68	5.647,81	1.411,95
PARAUAPEBAS	Direito	50	445.213,20	8.904,26	2.226,07
PARAUAPEBAS	Comunicação Social	50	425.082,97	8.501,66	2.125,41
PARAUAPEBAS	Ciências Contábeis	50	442.927,96	8.858,56	2.214,64
PARAUAPEBAS	LP em Geografia	50	431.560,00	8.631,20	2.157,80
PARAUAPEBAS	LP em Ciências Naturais	50	455.935,32	9.118,71	2.279,68
PARAUAPEBAS	Sistema de Informação	35	648.812,67	18.537,50	4.634,38
PARAUAPEBAS	LP em Filosofia	45	480.236,24	10.671,92	2.667,97
PARAUAPEBAS	Engenharia Civil	60	1.796.519,81	0,00	0,00
ELDORADO DOS CARAJÁS	LP em Matemática	50	263.621,77	5.272,43	1.318,10
CURIONÓPOLIS	LP em História	7	21.480,96	3.068,70	767,17
ABEL FIGUEIREDO	LP em História	4	16.110,00	4.027,50	1.006,87
BOM JESUS DO TOCANTINS	LP em História	3	37.591,69	12.530,56	3.132,64
RONDON DO PARÁ	LP em História	7	64.442,88	9.206,12	2.301,53
PARAGOMINAS	LP em História	12	53.702,40	4.475,20	1.118,80
DOM ELISEU	LP em História	10	37.591,00	3.759,10	939,77
JACUNDÁ	LP em Letras	7	22.299,61	3.185,65	796,41
JACUNDÁ	LP em Letras	32	79.295,15	2.477,97	619,49
JACUNDÁ	LP em Pedagogia	50	192.686,38	3.853,72	963,43
JACUNDÁ	LP em Matemática	50	91.629,96	1.832,59	458,14
ELDORADO DOS CARAJÁS	LP em Geografia	50	260.512,00	5.210,24	1.302,56
CURIONÓPOLIS	LP em Geografia	50	22.440,96	4.600,38	1.150,09
ABEL FIGUEIREDO	LP em Geografia		11.220,00		
BOM JESUS DO TOCANTINS	LP em Geografia		22.440,96		
RONDON DO PARÁ	LP em Geografia		72.933,12		
PARAGOMINAS	LP em Geografia		56.102,40		
DOM ELISEU	LP em Geografia		44.881,92		
RONDON DO PARÁ	LP em Matemática	50	140.000,00	2.800,00	700,00
RONDON DO PARÁ	Ciências Sociais	50	103.607,92	2.072,15	518,03

TABELA 30 (cont.). CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE MARABÁ, 2000 A 2008

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
RONDON DO PARÁ	LP em Letras	50	102.693,09	2.053,86	513,46
ITUPIRANGA	LP em Geografia	50	28.051,20	5.456,98	1.364,24
PALESTINA	LP em Geografia		8.051,20		
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	LP em Geografia		87.843,84		
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	LP em Geografia		53.702,40		
PIÇARRA	LP em Geografia		42.979,20		
S. D. DO ARAGUAIA	LP em Geografia		32.221,44		
S. G. DO ARAGUAIA	LP em História	50	42.961,92	2.148,09	537,02
ITUPIRANGA	LP em História		32.221,44		
PALESTINA	LP em História		32.221,44		
S. G. DO ARAGUAIA	Sistema de Informação	50	265.941,24	5.318,82	1.329,70
XINGUARA	LP em Pedagogia	50	140.000,00	2.800,00	700,00
XINGUARA	LP em Matemática	50	91.601,78	1.832,03	458,00
XINGUARA	Sistema de Informação	50	229.333,33	4.586,66	1.146,66

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 30 apresentam uma relação diversa de cursos realizados, no Polo de Marabá, dentre os quais destacamos o Curso de Sistema de Informação, com 35 vagas, contratado pela Prefeitura de Parauapebas, que possui o maior custo/aluno/ano de todos os cursos contratados, R\$4.634,38. Por outro lado, encontramos o Curso de Licenciatura Plena em Matemática, com 50 vagas, contratado pela Prefeitura de Xinguara, no valor R\$229.333,33, com um custo/aluno/ano no valor de R\$458,00.

Entretanto, precisamos esclarecer que se trata de cursos de natureza muito diversa, mas não é isso que questionamos; o que é inaceitável é um investimento de menos de R\$500,00, por ano, para um aluno de graduação de um curso de formação de professor, pois mesmo o custo/aluno/ano mais alto, apresentado pelo curso de Sistema de Informação, ainda é insignificante, diante das despesas para manutenção de um curso de graduação.

Além das vagas acima especificadas, o governo do estado, por meio da Secretaria de Educação, contratou 50 vagas para o curso de História e 77 vagas para o de Geografia, no valor de R\$703.476,48 (setecentos e três mil reais, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), cujas aulas iniciaram-se em janeiro de 2002 e terminaram em julho de 2004 (ver Tabela 21).

O Polo de Marabá ofertou o maior número de vagas por meio de cursos de contrato. Vale destacar que esse polo difere dos demais em razão da oferta de cursos que não são de licenciatura. Ou seja, enquanto a maioria dos outros polos centraram-se na formação de professores leigos, numa estratégia para melhoria da qualidade do ensino, a Prefeitura de Marabá, por meio desses contratos, buscou ofertar uma série de outros cursos que não estão exclusivamente voltados para a formação de professores. Estão, por sua vez, conectados com a vocação socioeconômica da região.

3.4.10 Polo do Marajó.

As prefeituras de Soure, Breves e Portel foram atendidas pelo Polo do Marajó, que ofertou 350 vagas destinadas aos cursos de Turismo, Licenciatura Plena em Ciências, Licenciatura Plena em Matemática, Licenciatura Plena em Geografia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Letras, que custaram a essas prefeituras um investimento no valor de R\$935.856,00 (novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) (Apêndice J).

Os dados da Tabela 31, a seguir, destacam os cursos de graduação, o número de vagas, os valores dos contratos assim como os valores do custo/aluno/vaga e custo/aluno/ano, dos contratos celebrados entre a UFPA e as prefeituras do Polo do Marajó, no período de 2000 a 2008.

TABELA 31.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE MARAJÓ - 2000 - 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
SOURE	Turismo	50	72.271,00	1.445,42	361,35
SOURE	Turismo	50	150.000,00	3.000,00	750,00
BREVES	LP em Ciências	50	280.000,00	5.600,00	1.400,00
BREVES	LP em Ciências	50	161.585,00	3.231,70	807,92
BREVES	LP em Matemática	50	0	0,00	0,00
BREVES	LP em Geografia	50	0	0,00	0,00
BREVES	LP em Pedagogia	50	0	0,00	0,00
BREVES	LP em Letras	50	0	0,00	0,00
PORTEL	LP em Pedagogia	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00

Fonte: UFPA, 2008.

Ao analisar os dados da Tabela 31, destacamos o curso de Turismo, contratado pela Prefeitura de Soure, com 50 vagas, a um custo de R\$72.271,00, o que gera um custo/aluno/ano no valor de R\$361,35, ou seja, se calcularmos o custo por mês, chegaremos a um valor de R\$30,11 – o menor de todos os valores registrados nos cursos de graduação pesquisados, para este trabalho, em todos os polos.

No Polo do Marajó foi ofertada, ainda, uma turma de 50 vagas para o curso de Matemática, por meio de contrato com a Secretaria de Educação, no valor de R\$272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), que iniciou atividades em janeiro de 2001 e terminou-as em 30 de setembro de 2006 (ver Tabela 21).

3.4.11 Polo de Santarém.

No Polo de Santarém, foram disponibilizadas 860 vagas, para os cursos de Licenciatura Plena nas seguintes áreas: Pedagogia, Letras, Ciências, História, Matemática, Geografia, Biologia. Esses cursos foram ofertados por meio de contratos de prestação de serviços com as prefeituras de Alenquer, Almerim, Belterra, Curuá, Rurópolis, Jacareacanga,

Trairão, Aveiro, Itaituba, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Juruti, Santarém, Prainha, por um custo de R\$5.505.487,98 (cinco milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos) (Apêndice L).

Além dos cursos apresentados acima, foram oferecidas, no Polo de Santarém, 50 vagas para o curso de Matemática, através de contrato com o governo do estado, por meio da SEDUC, no valor de R\$272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), assinado em 1º de novembro de 2001 (Ver Anexo A).

A Tabela 32, a seguir, apresenta os cursos de graduação, o número de vagas, os valores dos contratos, assim como os valores do custo/aluno/vaga e custo/aluno/ano, dos contratos celebrados entre a UFPA e as prefeituras do Polo de Santarém, no período de 2000 a 2008.

TABELA 32.
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE SANTARÉM, 2000 A 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
ALENQUER	LP em Pedagogia	50	290.000,00	5.800,00	1.450,00
ALMERIM	LP em Pedagogia	50	272.000,00	5.440,00	1.360,00
BELTERRA	LP em Letras	50	265.000,00	5.300,00	1.325,00
CURUÁ	LP em Pedagogia	50	290.000,00	5.800,00	1.450,00
CURUÁ	LP em Letras	50	300.000,00	6.000,00	1.500,00
RURÓPOLIS	LP em Pedagogia	10	54.403,20	5.440,32	1.360,08
JACAREACANGA	LP em Pedagogia	10	54.403,20	5.440,32	1.360,08
TRAIÇÃO	LP em Pedagogia	5	27.201,60	5.440,32	1.360,08
AVEIRO	LP em Pedagogia	10	54.403,02	5.440,32	1.360,08
ITAITUBA	LP em Pedagogia	15	81.604,80	5.440,32	1.360,08
NOVO PROGRESSO	LP em Pedagogia	50	343.983,60	6.879,67	1.719,91
ÓBIDOS	LP em Pedagogia	0	35.000,00	0,00	0,00
ÓBIDOS	LP em Pedagogia	50	290.000,00	5.800,00	1.450,00
ORIXIMINÁ	LP em Pedagogia	50	320.000,00	6.400,00	1.600,00
ORIXIMINÁ	LP em Ciências	50	325.000,00	6.500,00	1.625,00
ORIXIMINÁ	LP em História	30	228.960,00	7.632,00	1.908,00
JURUTI	LP em História	20	152.640,00	7.632,00	1.908,00

TABELA 32 (cont.). CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS-CUSTO/ALUNO/VAGA. POLO DE SANTARÉM, 2000 A 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
ORIXIMINÁ	LP em Matemática	50	378.141,20	7.562,82	1.890,70
SANTARÉM	LP em Matemática	50	378.141,20	7.562,82	1.890,70
RURÓPOLIS	LP em Ciências	05	27.900,00	5.580,00	1.395,00
ALMEIRIM	LP em Ciências	06	33.480,00	5.580,00	1.395,00
JACAREACANGA	LP em Ciências	04	22.320,00	5.580,00	1.395,00
BELTERRA	LP em Ciências	10	55.800,00	5.580,00	1.395,00
TRAIRÃO	LP em Ciências	03	16.740,00	5.580,00	1.395,00
PRAINHA	LP em Ciências	04	22.320,00	5.580,00	1.395,00
ITAITUBA	LP em Ciências	10	55.800,00	5.580,00	1.395,00
SANTARÉM	LP em Ciências	8	44.640,00	5.580,00	1.395,00
RURÓPOLIS	LP em Ciências	5	27.900,00	5.580,00	1.395,00
ALMEIRIM	LP em Geografia	6	33.480,00	5.580,00	1.395,00
JACAREACANGA	LP em Geografia	3	16.740,00	5.580,00	1.395,00
BELTERRA	LP em Geografia	10	55.800,00	5.580,00	1.395,00
TRAIRÃO	LP em Geografia	3	16.740,00	5.580,00	1.395,00
PRAINHA	LP em Geografia	4	22.320,00	5.580,00	1.395,00
ITAITUBA	LP em Geografia	10	55.800,00	5.580,00	1.395,00
SANTARÉM	LP em Geografia	9	50.220,00	5.580,00	1.395,00
RURÓPOLIS	LP em História	5	27.201,60	5.440,32	1.360,08
ALMEIRIM	LP em História	6	32.641,92	5.440,32	1.360,08
JACAREACANGA	LP em História	3	16.320,96	5.440,32	1.360,08
BELTERRA	LP em História	10	54.403,20	5.440,32	1.360,08
TRAIRÃO	LP em História	3	16.320,96	5.440,32	1.360,08
PRAINHA	LP em História	5	27.201,60	5.440,32	1.360,08
ITAITUBA	LP em História	10	54.403,20	5.440,32	1.360,08
SANTARÉM	LP em História	8	43.522,56	5.440,32	1.360,08
RURÓPOLIS	LP em Matemática	5	27.900,00	5.580,00	1.395,00
ALMEIRIM	LP em Matemática	6	33.480,00	5.580,00	1.395,00
JACAREACANGA	LP em Matemática	5	27.900,00	5.580,00	1.395,00
BELTERRA	LP em Matemática	10	55.800,00	5.580,00	1.395,00
TRAIRÃO	LP em Matemática	4	22.320,00	5.580,00	1.395,00
PRAINHA	LP em Matemática	5	27.900,00	5.580,00	1.395,00
SANTARÉM	LP em Matemática	15	83.700,00	5.580,00	1.395,00

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 32 destacam duas características dos cursos de contrato do Polo de Santarém, que são: 1- Grande discrepância entre os valores de um mesmo curso vendidos a prefeituras diferentes; 2- a compra consorciada de cursos.

No que tange à primeira característica, vemos que, para o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, foram ofertadas sete turmas, por meio de 12 contratos, tendo os valores pagos por esses cursos ficado entre R\$272.000,00 e R\$343.983,60; ocorreu uma diferença de 26,5% entre eles. Quanto à segunda característica, podemos verificar que, das 17 turmas desse polo seis foram formadas por compra conjunta de vagas por várias prefeituras, como, por exemplo, o Curso de Licenciatura Plena em Ciências, que disponibilizou 50 vagas e foi contratado pelas prefeituras de Rurópolis (cinco vagas), Almerim (seis vagas), Jacareacanga (quatro vagas), Belterra (10 vagas), Trairão (três vagas), Prainha (quatro vagas), Itaituba (10 vagas), e Santarém (oito vagas).

Destacamos, também, que o maior valor do custo/aluno/ano foi de R\$1.908,00, verificado no Curso de Licenciatura Plena em História, contratado pelas Prefeituras de Oriximiná e Juruí; e o menor custo/aluno/ano foi de R\$1.325,00, referente ao Curso de Licenciatura Plena em Letras, contratado pela Prefeitura de Belterra. Essa diferença representa uma discrepância de 30,5% entre os dois contratos.

3.4.12 Polo de Tailândia.

O Polo de Tailândia atendeu os municípios de Tailândia, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, para os quais foram ofertadas 493 vagas, para os cursos de Licenciatura Plena em História, Licenciatura Plena em Letras, Licenciatura Plena em Matemática, Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Ciências, Licenciatura Plena em Geografia, que custaram a essas prefeituras R\$2.502.336,22 (dois milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos). Esses cursos foram executados no período de 2000 a 2008 (Apêndice M).

A Tabela 33, a seguir, apresenta os dados referentes aos cursos de graduação, ao número de vagas, aos valores dos contratos e aos valores do custo/aluno/vaga e

custo/aluno/ano, dos contratos celebrados entre a UFPA e as prefeituras do Polo de Tailândia, no período de 2000 a 2008.

TABELA 33
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE TAILÂNDIA - 2000 A 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
TAILÂNDIA	LP em História	60	268.500,00	4.475,00	1.118,75
TAILÂNDIA	LP em Letras	60	280.500,00	4.675,00	1.168,75
TAILÂNDIA	LP em Matemática	60	246.000,00	4.100,00	1.025,00
TAILÂNDIA	LP em Pedagogia	50	300.303,84	6.006,07	1.501,51
BREU BRANCO	LP em História	13	68.813,12	5.293,31	1.323,32
GOIANÉSIA	LP em História	13	69.813,12	5.370,24	1.342,56
JACUNDÁ	LP em História	12	64.442,88	5.370,24	1.342,56
NOVO REPARTIMENTO	LP em História	12	64.442,88	5.370,24	1.342,56
BREU BRANCO	LP em Letras	55	277.503,38	5.045,51	1.261,37
BREU BRANCO	LP em Matemática	55	283.992,00	5.163,49	1.290,87
BREU BRANCO	LP em Ciências	53	297.613,00	5.615,33	1.403,83
JACUNDÁ	LP em Ciências	11	61.712,64	5.610,24	1.402,56
BREU BRANCO	LP em Geografia	13	72.993,12	5.614,85	1.403,71
NOVO REPARTIMENTO	LP em Geografia	14	78.583,36	5.613,09	1.403,27
GOIANÉSIA	LP em Geografia	12	67.322,88	5.610,24	1.402,56

Fonte: UFPA, 2008.

Os dados da Tabela 33 revelam outra característica negativa dos cursos de contrato: o número grande de alunos por turma. São, em média, 50 alunos por turma, mas, no caso específico do Polo Tailândia, verificamos que os cursos de Licenciatura Plena em História, Letras e Matemática, contratados pela Prefeitura de Tailândia, chegaram a um custo/aluno/ano de R\$ 1.118,75, R\$ 1.168,75, R\$ 1.025,00, respectivamente.

3.4.13 Polo de Tucumã.

Considerando as informações fornecidas pela Universidade Federal do Pará, foram

ofertadas, no Polo de Tucumã, 150 vagas em nível de graduação, para os cursos de Licenciatura Plena em História, Geografia e Pedagogia, nos municípios de Ourilândia, São Félix do Xingu, Tucumã, Água Azul do Norte, Rio Maria, Bannach, Sapucaia, Cumarú do Norte. Esses cursos foram realizados no período de 2000 a 2006, a um custo de R\$1.292.717,85 (Um milhão, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos) (Apêndice N).

Os dados da Tabela 34, a seguir, demonstram os valores dos contratos do Polo de Tucumã, estabelecidos no período de 2000 a 2008.

TABELA 34
CURSOS DE CONTRATO EXECUTADOS - CUSTO/ALUNO/VAGA.
POLO DE TUCUMÃ, 2000 - 2008.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO/ALUNO/VAGA (R\$)	CUSTO/ALUNO/ANO (R\$)
OURILÂNDIA	LP em História	5	26.851,20	5.370,24	1.342,56
SÃO FÉLIX DO XINGU	LP em História	10	53.702,00	5.370,20	1.342,55
TUCUMÃ	LP em História	14	75.183,36	5.370,24	1.342,56
ÁGUA AZUL DO NORTE	LP em História	8	42.961,92	5.370,24	1.342,56
RIO MARIA	LP em História	8	42.961,92	5.370,24	1.342,56
BANNACH	LP em História	1	5.370,24	5.370,24	1.342,56
SAPUCAIA	LP em História	2	10.740,48	5.370,24	1.342,56
CUMARÚ DO NORTE	LP em História	2	10.740,48	5.370,24	1.342,56
OURILÂNDIA	LP em Geografia	7	39.271,68	5.610,24	1.402,56
SÃO FÉLIX DO XINGU	LP em Geografia	10	56.102,40	5.610,24	1.402,56
TUCUMÃ	LP em Geografia	12	67.322,88	5.610,24	1.402,56
Á AZUL DO NORTE	LP em Geografia	8	44.881,92	5.610,24	1.402,56
RIO MARIA	LP em Geografia	8	44.881,92	5.610,24	1.402,56
BANNACH	LP em Geografia	1	5.610,24	5.610,24	1.402,56
SAPUCAIA	LP em Geografia	2	11.220,48	5.610,24	1.402,56
CUMARÚ DO NORTE	LP em Geografia	2	11.220,48	5.610,24	1.402,56
OURILÂNDIA	LP em Pedagogia	50	201.695,25	4.033,90	1.008,47

Fonte: UFPA, 2008.

Em 2002, foram ofertadas, também nesse polo, 50 vagas para o Curso de Licenciatura Plena em Geografia, por meio de contrato com o Governo do Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Educação, no valor de R\$271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais), e 50 vagas para o Curso de Licenciatura Plena em História, que também custou ao estado R\$271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais). É necessário destacar que todo esse recurso saiu do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). (ver Tabela 21).

Em uma análise geral dos cursos de contrato, podemos afirmar que esses cursos, contratados a esses valores pífios, só são executáveis pelo fato de a UFPA tratá-los como complementação de recursos do Fundo Público, considerando sua insignificância diante das despesas da Educação Superior universitária.

Nesses 13 (treze) polos, foram realizados 244 contratos, que ofertaram 6.145 vagas de graduação em diversos cursos, com um montante de recursos no valor de R\$34.143.652,99 (trinta e quatro milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), incluindo todos os cursos de contrato, inclusive aqueles realizados com o Governo do Estado do Pará, por meio da SEDUC.

Comparando o valor do custo/aluno/ano dos cursos de contrato, apresentados na Tabela 21, que foi de R\$ 5.556,33, com o custo/aluno/ano das IFES, que é de R\$ 7.791,00 (AMARAL, 2008, 146-147), fica muito mais fácil compreender as dificuldades na manutenção dos cursos, assim com a dificuldade em manter a qualidade com um investimento tão baixo quanto esse.

Segundo Amaral (2008), São Paulo, com R\$14.872,00, e Roraima, com R\$12.011,00, são os estados que registram o maior valor do custo do aluno.

Compreendem-se esses dois resultados ao se verificar que as instituições de Roraima podem ter recebido valores financeiros mais elevados para as suas instalações e que em São Paulo está instalada a Unifesp, antiga Escola Paulista de Medicina, que, por possuir um grande hospital, apresenta um orçamento muito mais elevado que as outras instituições. (AMARAL, 2008, p. 147).

Os estados que assinalam o menor valor do custo do aluno são Rondônia, calculado em R\$1.870,00, Amapá, em R\$1.455,00 e Tocantins, com um valor de R\$1.787,00. “Pode-se compreender os valores muito abaixo nos Estados de Rondônia, Amapá e Tocantins pela instabilidade de seus orçamentos que se encontram em evolução, por serem instituições que recentemente se incorporaram ao sistema.” (AMARAL, 2008, p. 147).

Por outro lado, é necessário destacar que, segundo informação da própria Universidade Federal do Pará, existiram prefeituras que não honraram seus compromissos financeiros, na integralidade. Esse fato nos leva a pensar que, na ausência de pagamento por parte dessas prefeituras, a UFPA estava retirando os recursos do Fundo Público para custear as despesas diretas e indiretas com esses cursos de contrato inadimplentes.

3.5 Os cursos de contrato: o caso do município de Portel.

Considerando os inúmeros contratos realizados entre a Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior, com a interveniência da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) que, em 2006, gerenciou R\$127 milhões, na UFPA, em 811 projetos, escolhemos o contrato com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL, por ser o contrato sobre o qual possuímos maior detalhamento das informações, em razão de nosso acesso ao Relatório Final existente, apresentado, em 2007, pelo Colegiado de Pedagogia, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará. Para a FADESP, esse volume crescente de recursos comprova o “salto de qualidade gerencial e operacional da Fundação”;

para nós, todavia, revela a crise do financiamento da Educação Superior com recurso do fundo público, que obriga as respectivas instituições a buscar outras fontes de recursos.

O documento que servirá de referência para a construção dessa análise é o Relatório Final, do contrato da Prefeitura de Portel com a UFPA. Esse é o documento mais completo que possuímos, até agora, sobre a execução detalhada de um curso de contrato. Segundo esse Relatório, a oferta desse curso de Licenciatura Plena em Pedagogia se reporta a uma demanda que partiu do Chefe do Executivo do Município de Portel, por meio de ofício, de 15 de junho de 2000, encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), demanda aquela relativa à necessidade de capacitar os professores em cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Esse contrato foi realizado, no período de 2002 a 2006, sob a gestão, no Colegiado de Pedagogia, do Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa e na Gestão do Prefeito de Portel, Pedro Rodrigues Barbosa, para a oferta do referido curso, com a oferta de 50 vagas.

Esse “Relatório Final” está estruturado da seguinte forma: 1 - Apresentação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia; 2 - Relato do processo de celebração do convênio com o poder executivo do município de Portel; 3 - Relato sobre a realização do processo de seleção dos candidatos; 4 - Informações sobre o processo de realização das matrículas e da composição da turma; 5 - Explicação sobre o planejamento e execução do fluxo curricular; 6 - Oferta das atividades curriculares nos diversos semestres acadêmicos do curso; 7 - Desempenho acadêmico dos alunos do curso, semestre por semestre; 8 - Breve relato da produção acadêmica dos alunos concretizada nos Trabalhos de conclusão de Curso (TCC); 9 - Cerimônia de Colação de Grau; 10 - Relato sobre a movimentação orçamentária realizada na efetivação do curso (vale ressaltar a importância desse ponto para o presente trabalho; aliás, foi esse “Relato...” um dos motivos de havermos escolhido esse contrato específico como objeto de análise); e, por fim, o Relatório apresenta algumas conclusões e

recomendações.

No que tange ao Projeto Político-Pedagógico do curso, constatamos que “foi o mesmo aplicado no Campus Universitário de Belém, amparado pela Resolução Nº 2.669/1999, emitida pelo então denominado Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), da UFPA” (UFPA, 2007, p.4).

Em outras palavras, podemos afirmar que o curso ofertado aos professores leigos da rede pública de ensino municipal de Portel não apresentou qualquer especificidade em relação à realidade do município ou da Região. Subtende-se, portanto, que essa tarefa ficou por conta dos professores e alunos do curso, através de suas reflexões sobre os conhecimentos trabalhados assim como, por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso, que, aliás, é a única atividade de iniciação à pesquisa científica na área de Educação que esses alunos realizaram. Pois, como pudemos perceber,

O curso teve sua oferta em Portel prevista para ser executada no prazo mínimo de 04 (quatro) anos e máximo de 06 (seis), seguindo as mesmas prescrições legais efetivadas em Belém, tais como: Perfil e Objetivo da Formação do Pedagogo, os Pressupostos Político-Pedagógicos, os Princípios Curriculares e Estrutura Curricular assentada nos Núcleos (Básico, Específico e Eletivo). (UFPA, 2007, p.4).

Essa é uma característica muito forte do processo de interiorização da Educação Superior, realizado pela UFPA. Ou seja, o tripé (ensino, pesquisa e extensão) essencial que o faz diferente das outras formas de organização acadêmica da Educação Superior deixa de existir. Então, o que se tem, de fato, é apenas uma “perna” da universidade que se interioriza, que é o ensino de graduação, em detrimento da pesquisa e da extensão.

No que diz respeito ao processo de contratação da Universidade Federal do Pará, como prestadora de serviço à Prefeitura Municipal de Portel, verificamos que o relatório registra que foi realizada “a celebração de um convênio com o Poder Executivo de Portel”. Nesse sentido, foi feito um contrato de prestação de serviço, no valor de R\$320.000,00 (trezentos e

vinte mil reais), por meio de processo registrado, na UFPA, sob o nº 019153/2001.

Esse contrato, que foi assinado pelo reitor da universidade, como parte contratada, no dia 20 de novembro de 2001, apresenta as seguintes cláusulas: Da dispensa de licitação; Do objeto do contrato; Dos planos de trabalho; Do preço e dos pagamentos; Da dotação orçamentária; Das responsabilidades das partes; Do acompanhamento e fiscalização; Do término das obrigações; Das penalidades; Da rescisão; Da vigência; Da alteração; Da Subcontratação; Da Publicação; e Do Foro.

Esse curso, conforme apresentamos anteriormente, tinha como objetivo a qualificação, em nível superior em Pedagogia, dos professores da rede municipal de ensino. Entretanto, o referido contrato ofereceu apenas 50 (cinquenta) vagas, através do Processo Seletivo Especial, Edital Nº 04/2002-PROEG-UFPA, para uma demanda de 207 (duzentos e sete) inscritos. Cada vaga custou R\$6.400,00, para período de quatro anos, em média, o que representa o valor do custo/aluno de R\$1.600,00, por ano, ou seja, R\$133,33, por mês, valores insignificantes para a Educação Superior.

Depois de finalizado o processo de seleção dos candidatos, aqueles que foram aprovados puderam habilitar-se, junto ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA-UFPA) assim como efetivar a sua matrícula junto ao Colegiado de Pedagogia, para iniciarem suas atividades acadêmicas, no 2º semestre de 2002.

Vale ressaltar, entretanto, que todos esses 207 candidatos são professores da rede municipal de ensino, que estão em sala de aula com uma formação apenas de nível médio, o que torna difícil oferecer um ensino de qualidade às crianças desse município com sua formação acadêmica e profissional incompleta. Além disso, ainda existe o fato de que os recursos utilizados para contratar esse serviço da universidade são provenientes do FUNDEF, que deveria, em tese, beneficiar a todos, indistintamente. Ou seja, o gestor tem a opção de investir parte desse recurso em melhorias da infraestrutura e dos equipamentos das unidades

escolares. Mas, ao optar por oferecer um “curso comprado” ou “curso de contrato”, parte desse recurso passa a se destinar a um grupo reduzido de servidores e não a todos.

No que diz respeito ao fluxo curricular do curso, verificamos que este estava previsto para iniciar no primeiro semestre de 2002; entretanto, isso não foi possível por motivo da realização tardia do processo seletivo.

A oferta original abrangia 09 (nove) módulos disciplinares e, embora não tenha modificado o quantitativo de etapas, houve alterações no fluxo das ofertas de disciplinas, de modo a assegurar o término do Curso no prazo mínimo de 4 (quatro) anos, conforme previsto no Convênio(UFPA, 2007, p.6).

É necessário considerar que esse curso foi realizado, em Portel, sem a infraestrutura necessária à realização de um curso superior. Por exemplo, não dispunha de bibliotecas nem laboratórios de informática, sem a oportunidade, mesmo que restrita, de participar da seleção para uma bolsa de iniciação científica; enfim, sem a *universidade*, com suas características que a distinguem das outras instituições de Educação Superior, que é a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nesses cursos, não poderia ser diferente, apresentaram-se inúmeras dificuldades, conforme nos apresenta o seu relatório final, dificuldades essas identificadas como administrativas e operacionais, principalmente no que tange à realização das disciplinas dos núcleos eletivos e atividades programadas.

É interessante perceber, por outro lado, que esse curso contou com um corpo docente muito bem qualificado, ou seja, o mesmo do Campus Belém, inclusive alguns do Programa de Pós-Graduação, do Instituto de Ciências da Educação.

Como a maioria dos cursos realizados no interior do estado, nesse período de 2000 a 2006, também esse foi organizado de forma intervalar. Essa forma de organização, ao mesmo tempo em que possibilita o barateamento do curso e a possibilidade de professores dos cursos regulares do Campus Belém e de outros campi participarem, gera uma situação muito pouco

propícia à produção do conhecimento, uma vez que, os alunos realizam uma disciplina de 75 (setenta e cinco) horas, por exemplo, em nove ou dez dias, no máximo, com uma carga horária que pode chegar a oito horas por dia de estudo.

Alguns campi optam por utilizar o horário da manhã, de 8h às 12h, e o horário da tarde/noite, das 14h às 18h, das 16h às 20h ou das 18h às 22h, o que torna o horário da tarde/noite, na maioria das vezes, totalmente improdutivo. Sem considerar que estão todos extremamente cansados, depois do semestre inteiro de trabalho como professores do ensino fundamental da rede municipal.

Essa situação precária é minimizada pela imensa dedicação dispensada pelos alunos desses cursos do interior, que, neste caso, são a única opção de realizar um curso superior.

O relatório final desse curso apresenta, também, uma longa descrição sobre o desempenho acadêmico dos discentes, acerca do qual faremos apenas uma referência:

[...] embora se perceba variações na atribuição dos conceitos Excelente, Bom e Regular, a depender de cada Semestre Acadêmico cursado, preponderou um ou outro, mas de modo geral, os indicadores apontam que a formação do pedagogo foi aferida como de boa e excelente qualidade pelos docentes que aplicaram as avaliações em cada disciplina lecionada durante as Etapas efetivadas. (UFPA, 2007, p.6).

Segundo o relatório, essas informações foram retiradas das fichas de integralização dos 42 (quarenta e dois) alunos que concluíram o curso em tempo hábil, o que demonstra que houve um percentual de evasão de apenas 16%, que se deu por motivo de desistência dos alunos. Esses dados nos indicam, então, que os alunos obtiveram um bom aproveitamento no curso, mesmo com todas as dificuldades.

Esse bom aproveitamento ficou muito bem demonstrado na produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Considerando que o artigo 7º, da Resolução nº 01/2000, do Colegiado de Pedagogia, estabelece que os TCC podem ser elaborados de forma individual ou

em dupla, nessa turma obtivemos a produção de 23 (vinte e três) trabalhos de conclusão de curso, dos quais apenas três obtiveram conceito regular; os outros obtiveram bom ou excelente.

A culminância desse curso de Licenciatura em Pedagogia, realizado no município de Portel, para qualificação dos professores leigos da rede pública municipal de ensino, foi uma cerimônia de colação grau, realizada no dia 2 de dezembro de 2006, na sede do município.

No que tange à execução financeira dos recursos que subsidiaram as ações desse curso, está representada na Tabela 34.

TABELA 35

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO CURSO DE PEDAGOGIA – CONTRATO UFPA-FADESP-PORTEL.
MOVIMENTAÇÃO NO PAÍS (EM REAIS). 28 dez. 2007.

Rubricas	Aprovado	Liberado	A liberar	Créditos	Empenho	Gastos	Disponível	Contratado
005 diárias	44.169,24	27.881,53	16.287,71	27.881,53	0,00	84.147,64		0,00
007 Material de consumo	44.169,24	2.110,64	42.058,60	2.110,64	0,00	62.839,85		0,00
014 Equip./Mat. Permanente	44.169,24	3.292,60	40.876,64	3.292,60	0,00	5.020,26		0,00
035 Custos Operacionais	16.000,00	5.276,60	10.723,40	5.276,60	0,00	15.234,07		0,00
045 Liberações	0,00	199.148,82	199.148,82	199.148,82	0,00	1.021,28		0,00
050 Receitas Financeiras	0,00	0,00	0,00	48.179,78	0,00	0,00		0,00
091 Serv. Terc. Pessoa Jurídica	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	15.530,50		0,00
092 Reserva Técnica	0,00	4.221,28	-4.221,28	4.221,28	0,00	0,00		0,00
095 Passagem e locomoção	44.169,24	10.553,19	33.616,05	10.553,19	0,00	5.344,64		0,00
186 Taxa Centro	24.883,20	7.556,07	17.327,13	8.747,28	0,00	24.233,03		0,00
231 CPMF	2.496,00	401,01	2.094,99	401,01	2,88	1.939,99		0,00
251 Taxa PROEG	51,08	0,00	51,08	102,13	0,00	561,68		0,00
308 Bolsa de Extensão	44.169,24	38.962,38	5.206,86	38.962,38	0,00	118.024,40		0,00
311 Taxa Colegiado	36.923,52	0,00	36.923,52	0,00	0,00	4.221,28		0,00
312 Taxa PROAD	16.000,00	5.276,60	10.723,40	5.787,24	0,00	14.723,43		0,00
2616 Taxa POEX	1.600,00	0,00	1.600,00	76,59	0,00	1.140,39		0,00
TOTAIS	320.000,00	304.680,72	15.319,28	354.741,07	2,88	353.982,44	755,75	0,00

Fonte: UFPA, 2007.

Além desses valores, ainda aparece, como recurso descomprometido, o montante de R\$16.075,03 (dezesesseis mil, setenta e cinco reais e três centavos), ou seja, é um recurso que não foi direcionado a nenhuma finalidade específica e que ficou como saldo.

Ao analisarmos as colunas dos recursos “aprovados”, relacionando-os com os recursos efetivamente “gastos”, podemos perceber que os cursos de contrato não possibilitaram nenhuma mudança significativa no orçamento dos campi, haja vista que a maior parte dos recursos foi destinada ao pagamento de professores.

Por exemplo, somando-se a “rubrica 05”, de diárias, para a qual foi aprovado o valor de R\$44.169,24, mas gastos R\$84.147,64, com os recursos da “rubrica 308”, destinados ao pagamento de bolsas de extensão, para o que foram aprovados R\$44.169,24 e gastos R\$ 118.024,40, teremos um montante de 57,11% do valor total do curso gasto com pagamento de professores. Ou seja, dos R\$353.982,44 gastos nesse curso, R\$202.172,04 foram aplicados nos pagamentos dos professores que ministraram aulas nesse curso.

Nesse sentido, mesmo que o relatório não apresente dados e/ou análise sobre o fato de os gastos serem sempre maiores que o valor aprovado, acreditamos que isso ocorra pela falta de legislação interna para esse tipo de despesa. Ou seja, segue-se a lógica da disponibilidade de recursos. Além disso, percebemos que as rubricas que foram aprovadas para aquisição de Material de Consumo e de Equipamento e Materiais Permanentes, somadas, totalizaram R\$88.338,48, mas só foram gastos R\$ 67.860,11; foram remanejados, possivelmente para pagamento de professores, portanto, R\$20.478,37. Em outras palavras, mais de vinte mil reais de deixaram de ser investidos diretamente no campus.

TABELA 36

BALANCETE DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO CURSO DE PEDAGOGIA – CONTRATO UFPA-FADESP-PORTEL- PERÍODO DE 01/01/2002 A 28/12/2007

RUBRICAS	RECEITAS	DESPESAS	MOVIMENTO PERÍODO
005- DIÁRIAS	27.881,53	84.147,64	-56.266,11
007- MATERIAL DE CONSUMO	2.110,64	62.839,85	-60.729,21
014- EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	3.292,60	5.020,26	-1.727,66
035- CUSTOS OPERACIONAIS	5.276,60	15.234,07	-9.957,47
045- LIBERAÇÕES	199.148,82	1.021,28	198.127,54
050- RECEITAS FIANCEIRAS	48.179,78	-	48.179,78
091- SERV. TERC.PESSOA JURÍDICA	0,00	15.530,50	-15.530,50
092- RESERVA TÉCNICA	4.221,28	-	4.221,28
094- SERV. TERC.PESSOA FÍSICA	0,00	-	0,00
095- PASSAGEM E LOCOMOÇÃO	10.553,19	5.344,64	5.208,55
186- TAXA CENTRO	8.747,28	24.233,03	-15.485,75
231- CPMF	401,01	1.939,99	-1.538,98
251- TAXA PROEG	102,13	561,68	-459,55
308- BOLSA DE EXTENSÃO	38.962,38	118.024,40	-79.062,02
311- TAXA COLEGIADO	0,00	4.221,28	-4.221,28
312- TAXA PROAD	5.787,24	14.723,43	-8.936,19
2616- TAXA PROEX	76,59	1.140,39	-1.063,80
TOTAIS	354.741,07	353.982,44	758,63

FONTE: UFPA, 2007.

Considerando os dados do extrato de 28 de dezembro de 2007, disponibilizado pela FADESP, a conta desse contrato possui um saldo anterior de R\$00,00 (*zero* reais), para um compromisso de R\$2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos), para um saldo atual de R\$ 755,75 (setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Analisando as colunas *receitas* e *despesas*, na Tabela 35, percebemos que o movimento, na maioria das vezes, é negativo. Ou seja, as despesas foram muito maiores que as receitas; isso significa que esse curso utilizou recursos do fundo público ou de outros cursos de contrato com maior disponibilidade de recursos.

Em última análise, percebemos que o volume de recursos alocados ao desenvolvimento dos cursos é muito pequeno, diante das despesas gerais da UFPA. Portanto, o impacto é muito mais de concepção político-ideológica sobre o papel do Estado no financiamento das políticas públicas educacionais, do que financeiro.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Em tempo algum pude ser um observador “acinzentadamente” imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele.

(FREIRE, 2003, p.14).

Apesar da importância da UFPA, para o desenvolvimento da Amazônia, percebemos que a Educação Superior brasileira não ficou fora da reforma ampla operada no Estado brasileiro, que provocou profundas alterações na política de financiamento desse nível de ensino, sustentadas por uma pseudoideia de “autofinanciamento”, realizando-se, ainda, aos poucos, a elitização da Educação Superior pública e, desse modo, a negação do pleno direito de acesso a ela.

Por isso, concordamos com a concepção de Freire (2003), ao afirmar que o seu ponto de vista é dos “condenados da terra”, o dos excluídos, mas consciente da necessidade da “rigoriedade ética”, conforme colocado acima, na epígrafe que abre esta seção . Nesse sentido, acreditamos que uma problemática de pesquisa deve imbricar-se com a história de vida do pesquisador, de modo que isso se torne um objeto de estudo que ele conhece e vivencia e, agora, precisa olhar a partir de um referencial construído com base no acúmulo teórico sobre a temática.

Foi assim que tentamos relacionar a análise das políticas públicas de financiamento da Educação Superior e o processo de interiorização da UFPA, por meio de um estudo sobre os

cursos de contrato celebrados entre essa Universidade e as prefeituras do interior paraense.

Seguimos, nessa pesquisa, como objetivo principal: Analisar as implicações da política de financiamento da Universidade Federal do Pará, estabelecida por meio de cursos de contrato com prefeituras do interior do estado do Pará, com recursos do FUNDEF, no processo de interiorização do ensino de graduação, no período de 2000 a 2008. Nesse sentido, esse estudo nos possibilitou concluir que as principais implicações são:

1) A política de financiamento implementada pelo governo federal, para as IFES, está estruturada, principalmente no período posterior à década de 1990, de forma a atender as exigências internacionais de reconfiguração dos Estados Nacionais. Ou seja, a crise atual do capitalismo, ocasionada pelas limitações do modelo fordista-keynesiano, conforme registramos, no primeiro capítulo desse trabalho, provocou a necessidade do capital, para manter suas taxas de lucro, de que o Estado “reformasse” seu papel, tanto na política macroeconômica como no financiamento das políticas públicas sociais. Essa concepção do governo impactou decisivamente a educação brasileira e, principalmente, a Educação Superior, que, aliás, foi o principal alvo das intervenções dos organismos internacionais nas políticas públicas. Essas diretrizes estão apresentadas no Plano Diretor de Reforma do Estado, elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, liderado por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Trata-se, na visão de Behring (2003), de uma “contrarreforma”, como uma estratégia para suprimir direitos conquistados pelo povo brasileiro. Essa estratégia centrava-se numa política que tinha como foco principal o gerenciamento por metas, a flexibilização dos direitos trabalhistas e as parcerias entre o setor público e o privado. Essa concepção, até hoje, ainda influencia a política educacional brasileira, conforme podemos observar na legislação que instituiu algumas de suas expressões mais significativas: LDB/1996,

PNE/2001, FUNDEF/1996, FUNDEB/2007, PDE, PROUNI/2005 e REUNI/2007. Esse contexto provocou uma crise da universidade pública, tanto na concepção de seu produto final, que passa a ser visto como um serviço passível às ações do mercado, para complementação dos recursos do fundo público, quanto na dificuldade de manter o seu tripé estruturante que são o ensino, a pesquisa e a extensão.

2) A política de financiamento do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará, sofreu, por sua vez, profundas implicações, provenientes das orientações da política nacional de financiamento da educação. Nesse contexto, os cursos de contrato com as prefeituras do interior assim como aqueles com o governo do estado, por meio da SEDUC, surgem como uma alternativa de captação de recursos externos, para continuar ampliando o número de vagas nos cursos de graduação, sem um aporte financeiro do Fundo Público. Ou seja, mesmo que a LDB, de 1996, obrigue a União a disponibilizar “recursos suficientes” para manutenção e desenvolvimento das IES, verificamos que isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, considerando o montante de recursos provenientes da Receita Bruta de Impostos da União, o percentual de recursos investidos em MDES, em 2003, foi de 5,6% e, em 2008, caiu 1,5%, ficando em 4,1%. Não obstante, a UFPA obteve um considerável aporte financeiro, de 219,2%, no período de 2002 a 2008. Isso nos indica que, se houvesse, de fato, um aumento do percentual de recursos investido em MDES, essa Universidade poderia oferecer uma ampliação do seu número de vagas na graduação e não uma retração, que chega a mais da metade das vagas, em alguns campi do interior, no período de 2001 a 2009.

3) O montante dos recursos públicos municipais, provenientes dos contratos celebrados entre Universidade Federal do Pará e as prefeituras do interior do estado, no período de 2000 a 2008, foi de R\$26.534.721,24. Além desses, ainda foram realizados contratos com a Secretaria de Estado de Educação, no valor de

R\$7.608.931,75 Totalizando R\$34.143.652,99, provenientes de 244 contratos, geraram 6.145 vagas, nos cursos de graduação. Na análise dos valores pagos pelas prefeituras à UFPA, por esses cursos de contrato, verificamos que o valor por vaga é uma insignificante “unidade monetária” desse sistema; ou seja, se dividimos o valor total do curso pelo número de vagas, chegaremos a uma situação preocupante, pois esses valores variam de R\$7.499,65 a R\$2.411,71, por aluno/vaga, para os quatro ou cinco anos de duração dos cursos, insuficientes, pois, para a oferta de um curso de graduação de qualidade, considerando os investimentos necessários em ensino, pesquisa e extensão, para o período total de um curso intervalar, nos campi do interior, que duram, em média, cinco anos.

4) A análise da aplicação dos recursos, provenientes dos contratos realizados pela Universidade Federal do Pará, ressalta a contribuição de trabalhos como este para a efetivação de um controle social sobre a aplicação do dinheiro público. Nesse sentido, ao analisamos o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, realizado por meio de contrato com a Prefeitura de Portel, duas questões nos chamaram bastante atenção: primeira: os valores referentes aos gastos com esse curso são muito superiores ao que foi aprovado inicialmente, gerando um saldo negativo no balancete final do curso; segunda: os valores correspondentes a complementação salarial dos professores que atuaram nesse curso, no que tange ao pagamento de diárias e bolsa, foram de 57,11%. Ou seja, dos R\$353.982,44 investidos nesse curso, R\$202.172,04 foram destinados a pagamentos dos professores.

Assim, o processo de oferta de cursos de contrato, nos moldes em que aconteceram, provoca uma alteração da função histórica da universidade. A universidade deixa de ser universidade para transformar-se em uma “escola de ensino superior”; em outras palavras, podemos dizer que, sem o financiamento necessário ao processo de interiorização, a grande

camada de discentes do interior do estado estão “*consumindo* um subproduto da universidade”, em pelo menos dois aspectos:

I - no sentido de acreditar estar cursando a graduação em uma universidade, o que, de fato, não ocorre, por conta da ausência de atividades na área de ensino-pesquisa-extensão. Está cursando sua graduação em uma “escola de ensino superior federal”;

II - por conta do caráter do financiamento do curso, está frequentando uma “escola de ensino superior federal” de caráter “semipúblico”, ou seja, mesmo que o financiamento tenha origem pública, nas duas instituições arroladas no contrato, a natureza do contrato é de mercado. Trata-se na verdade de prestação de serviço, à semelhança de uma empresa que paga um plano de saúde para seus funcionários, por exemplo.

O estudo realizado nos propiciou observar que a crise do capital, que provocou a reforma do Estado Brasileiro, operando profundas mudanças na legislação da Educação Superior, interferiu significativamente no processo de crise da universidade pública, por conta da redução dos recursos disponíveis, no Fundo Público Federal, para manutenção da Educação Superior. Esse contexto produziu, no interior das universidades, inúmeras estratégias para a captação de recursos para continuar atendendo à crescente demanda por ensino superior, no Pará.

Essas reformas instalaram, na análise de Amaral (2003), um “quase mercado”, no sentido de que desmonta o princípio da educação pública, por meio de algumas estratégias como, por exemplo, “o gerenciamento eficiente, a privatização, a excelência, a produtividade, a seletividade, os interesses e a satisfação do consumidor, enfim um conjunto de expressões que identificam a educação com a cultura da empresa (...) [atuando no] quase-mercado.” (DIAS SOBRINHO, 2002 *apud* AMARAL, 2003, p. 87).

Se concebermos a universidade como instituição financiada pelo Estado com recursos do fundo público e, ao mesmo tempo, com autonomia para gerir esses recursos, não cabe a estratégia de oferta de cursos a um grupo de indivíduos (que em tese já possuem o direito a esse curso), por que outra instituição vai “pagar” por ele. Portanto, não se estabelece uma relação estreita de “mercado”, mas estão presentes nessa relação elementos que atribuem a esse curso características de uma mercadoria que está “à venda” para quem quiser “comprar”. Porém, é função essencial da universidade qualificar os profissionais da educação básica com seus cursos de Graduação ou Pós-Graduação, com atividades na área do ensino da pesquisa e da extensão. Não sendo necessária para isso uma intervenção (financeira) externa para que isso seja realizado.

Dentre essas ações, entendemos que os cursos de contrato são rebentos de uma estratégia das universidades para subsidiar as despesas da expansão da educação superior; no caso da UFPA, para o interior do estado do Pará. A UFPA, como a maior universidade do Brasil em número de alunos de graduação, realizou, desde a origem de seu projeto de interiorização, inúmeras parcerias com as prefeituras para conseguir atender aos respectivos professores leigos.

As instituições públicas, quando se viram sujeitas à diminuição dos recursos do Fundo Público que as mantinham, encontraram na realização de outras atividades geradoras de receitas, como as prestações de serviços no mercado, o caminho para as fontes alternativas de financiamento, visando à complementação salarial dos trabalhadores e à manutenção de várias atividades institucionais. (AMARAL, 2003, p. 87)

O contrato com a prefeitura de Portel, para a oferta de 50 vagas para o curso de Pedagogia para os professores do município, confirma a idéia de Amaral (2003), apresentada acima. Percebe-se, na análise da movimentação financeira do curso de contrato celebrado com aquele município, que a maior parte desses recursos foram para pagamento de professores. Ou

seja, os professores da UFPA, em seus períodos de férias escolares, dedicavam-se a dar aulas nos cursos de contrato, na modalidade intervalar, no interior do estado.

No Relatório Final do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, são apresentadas algumas recomendações, tanto para a UFPA/ICED como para a Prefeitura de Portel. O Relatório afirma que foram realizados os esforços necessários a fim de possibilitar o funcionamento adequado da oferta do Curso citado. Como resultado desse trabalho coletivo,

Os pagamentos foram equacionados no tempo devido, viabilizando a efetivação das etapas agendadas; o Convênio teve seu início e (termo) conforme o calendário pactuado; os docentes ministraram as Disciplinas e Atividades curriculares; os alunos – salvo algumas exceções – cumpriram os créditos na época planejada, elaboraram e defenderam seus TCC's no momento oportuno, participaram da solenidade de formatura que lhes concedeu o Grau de Licenciado Pleno. (UFPA, 2008).

Mesmo assim, todo esse esforço não resultará em mudanças na qualidade do ensino da rede pública municipal de ensino, se a UFPA/ICED não mantiver um vínculo institucional com a Secretaria Municipal de Educação de Portel, “[...] na perspectiva de realizar trabalhos de assessoria, consultoria ou oferta de cursos na área da educação ou outras necessárias ao desenvolvimento socioeconômico local”. Paralelamente, o Poder Executivo de Portel, também, precisa incorporar, em suas políticas públicas educacionais, as contribuições dos alunos apresentadas em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), culminância e divulgação das pesquisas que desenvolveram.

Acreditamos, com base nas informações fornecidas pelo Relatório Final do Curso de Portel, que é fundamental a continuidade de uma ação como essa, uma vez que ainda resta uma grande demanda de profissionais, nesse município, que ainda não possuem formação necessária para o exercício da docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Apesar dos inúmeros problemas analisados, no decorrer desse estudo, como falta de acervo bibliográfico, aligeiramento da organização modular das disciplinas do curso, falta de identidade do PPP do curso com a realidade local, mesmo assim, podemos destacar que o processo de interiorização do ensino de graduação, realizado pela Universidade Federal do Pará, ampliado por meio dos cursos de contrato com as prefeituras do interior e com o governo do estado, gerou a única possibilidade de acesso da maioria de nossos jovens profissionais ao ensino superior. Vale destacar que sem essa oportunidade seria, para a grande maioria desses profissionais, impossível a realização de um curso de educação superior. Não obstante, nossa experiência na educação pública desse estado nos leva a crer que esse cursos formaram bons profissionais que estão ajudando os seus municípios a ofertar uma educação básica cada vez de melhor, com muito mais qualidade social.

Em nossa análise, percebemos a importância desse estudo para a compreensão da política de financiamento utilizada pelo governo federal. Por outro lado, apesar da modelagem simplificada para chegarmos ao custo por vaga contratada, ela nos serviu para demonstrar que esses valores são vergonhosos, evidenciando as dificuldades da oferta da Educação Superior pública, no estado do Pará.

É importante destacar que é impossível manter um aluno, durante um ano, em curso superior, no interior de uma universidade, com o tripé ensino- pesquisa-extensão, com um valor de R\$361,35, como no caso do Curso de Turismo, contratado pela Prefeitura de Soure. Somente com a contrapartida da Universidade foi possível expandir a oferta de cursos de graduação para o interior, pois, além de entrar com as instalações físicas e a infraestrutura material, é quem, de fato, financia o corpo docente, que recebe apenas uma bolsa de complementação salarial com os recursos oriundos dos convênios com as prefeituras.

Em suma, esse processo revela, na sua essência, um problema salarial. Por um lado,

retira recursos que poderiam ser destinados, direta ou indiretamente, à remuneração dos professores da Educação Básica das redes estaduais e municipais. E, por outro, gera uma complementação salarial para os docentes da Educação Superior, considerando que grande parte dos recursos captados por meio desses contratos foram usados para pagar diárias e “bolsas” para os professores.

“Finalizamos” esse estudo afirmando que se trata de uma pesquisa de grande relevância social, considerando que a Universidade é uma utopia e um instrumento de luta por uma vida melhor do povo paraense. Esse é um sonho individual e social, concomitantemente.

Para esse sonho se realizar, é necessário que o tripé da universidade seja consolidado, onde a pesquisa seja o fio condutor de uma estratégia de desenvolvimento, que reconfigure não somente a base produtiva da região, mas que ofereça formação de qualidade, por meio do ensino público, para que esses profissionais possam, por sua vez, contribuir na construção de uma educação também pública e de qualidade. Além disso, a Universidade precisa socializar, de uma forma mais efetiva, os conhecimentos produzidos em seu interior.

Optamos por intitular esta seção final da dissertação “Aproximações Conclusivas”, primeiro, por uma concepção de pesquisa que defende que toda produção de conhecimento traz as marcas do nosso tempo histórico, assim como as marcas das opções teóricas de cada autor. Pois, conforme nos ensinam Andery, Micheletto, Serio *et al.* (1988, p.15-16),

A ciência é uma das formas do conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua história. Portanto, a ciência também é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo que nelas interfere. Não apenas o homem contemporâneo produz ciência: sociedades remotas a produziram. A ciência caracteriza-se por ser a tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitem a atuação humana.

Em segundo lugar, porque, considerando a importância e a complexidade do

“financiamento da educação” para a construção da contra-hegemonia na sociedade, acreditamos que esse estudo é, na verdade, uma “aproximação” que precisa de continuidade para ser mais bem compreendido. E para que tenhamos sempre a compreensão necessária para orientar nossas ações, no sentido da luta por uma política de financiamento que nos possibilite a construção de uma universidade verdadeiramente pública, democrática e comprometida com a formação de profissionais capazes da construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (ADUFPA). *Reforma da Educação Superior ou destruição da universidade pública?* Belém: Graphitte, 2004.

AMARAL, Nelson C. *Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf>>

_____. *O financiamento das universidades brasileiras e as assimetrias regionais: um estudo sobre o custo aluno*. Seminário Nacional Universitas/BR, 14. Belém, Pará, 2007, p.1-29. (CD-ROM).

_____. *Financiamento da Educação Superior: Estado x mercado*. São Paulo: Cortez; Piracicaba (SP): EDUNIMEP, 2003.

ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SERIO, TEREZA MARIA P. ET AL.. **Para compreender a ciência - uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988. 436p.

BEHRING, Elaine R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BITTAR, Marluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília. (Org.). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós LDB*. Brasília: INEP; 2008. 348p. (Coleção INEP 70 Anos, v.2).

BRASIL. (Constituição. 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1988.

_____. (Constituição. 1988). *Emenda Constitucional nº 14*, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*. Brasília, n. 179, de 13/09/1996.

BRASIL. *Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007*. [Conversão da MPv nº 339, de 2006]. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Publicada no *Diário Oficial da União* de 21.6.2007 e retificada no DOU de 22.6.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>

_____. *Lei nº 11.096*, de 13 de janeiro de 2005. [Conversão da MPv nº 213, de 2004]. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Publicado no *Diário Oficial da União*, de 14.1.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>

_____. *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004*. [Parcerias público-privadas]. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Publicada no ***Diário Oficial da União*** de 31.12.2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>

_____. *Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004*. [2004a]. [Lei de Inovação Tecnológica]. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Publicada no ***Diário Oficial da União*** de 3.12.2004. Retificada no D.O.U. de 16.3.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>

_____. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. [2004b]. [Conversão da MPV nº 147, de 2003]. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Publicada no ***Diário Oficial da União*** de 15.4.2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>

_____. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. [Mensagem de Veto nº 9]. Publicado: ***Diário Oficial da União*** de 10.1.2001.

_____. *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Publicada no ***Diário Oficial da União*** de 26.12.1996. Texto compilado disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm>

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. [1996a]. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [LDB]. Publicada no ***Diário Oficial da União*** de 23.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. *Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000*. [Lei de Responsabilidade Fiscal]. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. [Mensagem de Veto Nº 627, de 4 de maio de 2000]. Publicada no ***Diário Oficial da União*** de 5.5.2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Publicado no ***Diário Oficial da União*** de 25.4.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>

_____. *Decreto nº 4.914, de 11 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências. Publicado: ***Diário Oficial da União*** de 12.12.2003 (Edição Extra).

BRASIL. *Projeto de Lei [nº 7.200/2006]. E.M.I Nº 015 /MEC/MF/MP/MCT, de 10 de abril de 2006*. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2006/msg449-060608.htm>

BRASIL. *Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes*

da reforma da educação superior. Documento II. Brasília (DF): MEC, 2 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/reforma/>>

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**. Brasília: [S.n.], 15 de dezembro de 2003. [2003a]. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reformauniversitaria3.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2008, 19:03h

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Gasto social do governo central: 2001 e 2002**. Brasília: [S.n.], 13 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de desenvolvimento da educação. **Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério: Guia para sua operacionalização**. Brasília, DF: MEC/FNDE, 1997.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília (DF): MARE, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996.

CAMARGO, Arlete Maria M. de; CHAVES, Vera Lúcia J. *A Expansão do ensino superior no município de Belém*. In: VASCONCELOS, Helena C. de. **Múltiplos olhares sobre a educação superior: a pesquisa como fio condutor**. Belém: UFPA/Centro de Educação, 2001, p.41-61.

CAMARGO, Arlete. Maria M. **A Universidade na Região Amazônica: um estudo sobre a interiorização da UFPA**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará. Belém (PA), [S.n.], 1997.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *Uma nova fase do capitalismo? Crítica Marxista*. São Paulo, n. 19, p. 146-151, 2006. (Resenha: CHESNAIS, François et alii. *Uma nova fase do capitalismo?* Campinas: CEMARX; São Paulo, Xamã, 2003).

CÊA, Geórgia S. S. *As versões do projeto de lei da reforma da educação superior: princípios, impasses e limites*. In: SIQUEIRA, Ângela C.; NEVES, Lucia Maria W. (Org.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *A universidade em ruínas*. In: TRINDADE, Hélió. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis (RJ): Vozes; Porto Alegre (RS): CIPEDES, 1999; p. 211-222.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *A política de financiamento da educação superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e sua relação com a crise fiscal do Estado*. In: MERCADO, Luís Paulo L.; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora S. (Org.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. Maceió: EDUFAL, 2007, p.161-186.

_____. **As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA**. 2005. 250f. 2v. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG), [S.n.], 2005.

_____. **Movimento docente na Universidade Federal do Pará: contra-poder frente à razão do Estado?** 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade

Federal do Pará. Belém (PA), [S.n.], 1996.

CHAVES, Vera Lúcia J.; LIMA, Rosângela N. *Educação Superior no Pará – 1991-2004*. In: RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. (Org.). *Educação Superior Brasileira: 1991–2004*. [28v.] Brasília (DF): INEP/MEC, 2006. Parte 1, p.25-401.

CHESNAIS, François. A “*nova economia*”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François *et alii*. *Uma nova fase do capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003. 120p. (Seminários Marxistas: questões contemporâneas).

COELHO, M. S. C. *Nas águas o diploma: o olhar dos egressos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá-PA*. 2008. 332f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2008.

DAVIES, Nicholas. *Fundos para o financiamento da educação: solução ou remendo? Cadernos do ILAESE*. São Paulo, n.2, p. 23-29, mar. 2006.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DRUCK, Graça. *A teoria da regulação transforma-se em "técnica de regulação" em tempos neoliberais?* *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.20, n.57, p.180-185, fev. 2005. (Resenha: Ruy BRAGA. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo, Xamã, 2003.).

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa*. 27ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GEMAQUE, Rosana Maria O; LIMA, Rosângela N. (Org.). *Políticas públicas educacionais – o governo Lula em questão*. Belém (PA): CEJUP, 2006.

GENTILI, P. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: *Escola S. A. – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996, p. 9-49.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização, [1976];1988. 444 p.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

HETKOWSKI, Tânia Maria. *Políticas públicas educacionais e as influências neoliberais*. In: MERCADO, Luis Paulo L.; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora S. (Org.). *Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa*. Maceió: EDUFAL, 2007, p.143-160.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA (INEP). (BRASIL). *Censo da Educação Superior – 2007*. Brasília: INEP/MEC, 2008.

_____. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2005*. Brasília (DF): INEP, 2007. 496p. : tabs.

_____. *Censo da Educação Superior: 1991-2004*. Brasília: INEP/MEC, 2006.

LEAL, Aluizio Lins. *Crise do capitalismo – conjuntura nacional e internacional*. *Caderno ADUFPA*. Belém, n. 5, 2006.

LESSARD-HÉBERT, M; GOYETTE, G; BOUTIN, G. *Investigações Qualitativas: fundamentos e práticas*. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 1990

LIMA, Carlos Alberto F. *Estado, financiamento público e crise*. In: SILVA, Maria Abadia da; e SILVA, Ronalda Barreto (Org.). *A idéia de Universidade: rumos e desafios*. Brasília (DF): Líber, 2006, p.91-135.

_____. *Gastos sociais e crise do capital*. *INNOVAR*, V. 18, n. 32, p.45-62, jul.-dic. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/inno/v18n32/v18n32a01.pdf>>

_____. *Conjuntura nacional e internacional*. Simpósio Crise do Capitalismo e as Reformas do Estado ANDES SN, 2006, Belém. *Caderno ADUFPA*, Belém, n. 5, p.21-28, out. 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 6. reimp. São Paulo: EPU, 2001.

MANCEBO, Deise. *Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso*. In: BITTAR, Marluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília. (Org.). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós LDB*. Brasília: INEP; 2008. 348p. (Coleção INEP 70 Anos, v.2, p.55-70).

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes; a economia vulgar*. São Paulo: Abril, 1982. (Coleção Os economistas).

MONLEVADE, João. *Educação pública no Brasil: contos e descontos*. Ceilândia (DF): Idea, 1997.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. *O processo de pesquisa: iniciação*. Brasília: Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 2)

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A Análise das políticas públicas*. Tradução: Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas (RS): Educat, 2002.

OLIVA, Waldyr Muniz. Entrevista a Marcello Rollenberg. In: ROLLENBERG, Marcello. (Org.; Apres.). *Universidade: formação e transformação*. São Paulo: EDUSP, 2005.

OLIVEIRA, João F. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)*. Reunião Anual da ANPED, 24. 2001, Caxambú (MG). *ANAIS*. Rio de Janeiro: ANPED, 2001. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1188483568970.DOC>>

OLIVEIRA, João. F.; DOURADO, Luís F.; AMARAL, Nelson C. *Desafios e perspectivas de uma política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*. In: OLIVEIRA, João F. et al.. **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006; p. 9-49. (Série Documental. Textos para Discussão, 23).

OLIVEIRA, João Ferreira et alii. **Políticas de acesso e expansão da Educação Superior: concepções e desafios**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 71p. (Série Documental. Textos para Discussão; 23)

PEDRINI, A. G. (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Apresentação: Ivan Valente, deputado federal. Rio de Janeiro: DP&A / Lamparina, 2001. 192p.

RANIERI, Nina B. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96)**. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2000.

ROLLENBERG, Marcello C. (Org.; Apres.). **Universidade: formação e transformação**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis. **Educação Superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. *A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva*. Reunião Anual da ANPED, 26. 2003, Rio de Janeiro. *ANAIS*. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0470.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 09, 16:10h.

_____. **Universidade, fundação e autoritarismo. O caso da UFScar**. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: EdUFScar, 1993.

SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Org.). **A idéia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro, 2006.

SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João F. de; MANCEBO, Deise (Org.) . **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas (SP): Alínea, 2006. 240 p.

SILVA, Tomás T.; GENTILI, Pablo. (Org.). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília (DF): Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

SIQUEIRA, Ângela C. *Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula*. In: NEVES, Lúcia Maria W. **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004; p. 47-72.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século 21. Visão e Ação. Conferência Mundial sobre Educação Superior**. Paris (FR): UNESCO, 1998. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030620161930/20030623111830/view>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Anuários Estatísticos*. Belém, 2009.

_____. DEFIN/PROAD/DEPLAN. *Evolução do orçamento (dotação total) dos campi do interior - no período de 2002 a 2008 (R\$)*. Belém: UFPA, 2009a. [mimeo para divulgação e uso interno].

_____. PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Departamento de Informações Institucionais. *Matriz Orçamentária: a informação como insumo determinante na captação e distribuição de recursos*. Belém : UFPA, 2008. [mimeo para divulgação e uso interno].

_____. INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO. *Relatório final: Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia 2001-2006*. Belém: UFPA/ICED, 2007

_____. *Estatuto*. Belém: UFPA, 2006.

_____. *Regimento Geral*. Belém: UFPA, 2006a.

_____. VICE-REITORIA. *Universidade Multicampi. Conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005*. Belém (PA): EDUFPA, 2005.

_____. *Universidade Multicampi*. Belém: UFPA, [S.d.]. [Online]. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/multicampi/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=48>. Acesso em: 22 dez.2008.

_____. PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Gestão 2005–2009*. Belém (PA): EDUFPA, 2005.

_____. PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Gestão 2004–2008*. Belém (PA): EDUFPA, 2005a.

_____. _____. *Relatório de Gestão 2001–2005*. Belém (PA): EDUFPA, 2005b.

_____. _____. *Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001–2010*. Belém (PA): EDUFPA, 2003.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. *PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? Educação & Sociedade* [online]. Campinas, v. 23, n. 80 – Especial, p. 96-107, set. 2002. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12926.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 09, 16:10h.

APÊNDICES

APÊNDICE A.

QUADRO 1. POLO ABAETETUBA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE B.

QUADRO 2. POLO ALTAMIRA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE C.

QUADRO 3. POLO ANANINDEUA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE D.

QUADRO 4. POLO BELÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE E.

QUADRO 5. POLO BRAGANÇA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE F.

QUADRO 6. POLO CAMETÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE G.

QUADRO 7. POLO CASTANHAL – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE H.

QUADRO 8. POLO IRITUIA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE I.

QUADRO 9. POLO MARABÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE J

QUADRO 10. POLO MARAJÓ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE L

QUADRO 11. POLO SANTARÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE M

QUADRO 12. POLO TAILÂNDIA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE N

QUADRO 13. POLO TUCUMÃ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

APÊNDICE A

QUADRO 1.

POLO ABAETETUBA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e termino), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
ABAETETUBA	Licenciatura Plena em Ciências	50	2001 a 2005	R\$ 320.000,00
	Licenciatura Plena em Letras	50	2002 a 2006	R\$ 217.721,40
	Licenciatura Plena em Letras	50	2002 a 2006	R\$ 217.721,40
	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 290.000,00
CONCÓRDIA DO PARÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 251.300,94
	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	2008 a 2012	R\$ 96.000,00
TOMÉ-AÇU	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 160.000,00
	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 300.304,28
	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2008 a 2012	R\$ 96.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE B

QUADRO 2

POLO ALTAMIRA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e termino), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
ANAPÚ	Licenciatura Plena em Geografia	3	2002 a 2006	R\$ 16.848,00
BRASIL NOVO	Licenciatura Plena em Geografia	2	2002 a 2006	R\$ 11.200,32
GURUPÁ	Licenciatura Plena em Geografia	5	2002 a 2006	R\$ 28.000,80
MEDICILÂNDIA	Licenciatura Plena em Geografia	12	2002 a 2006	R\$ 67.201,92
PACAJÁ	Licenciatura Plena em Geografia	6	2002 a 2006	R\$ 33.600,96
PORTO DE MOZ	Licenciatura Plena em Geografia	7	2002 a 2006	R\$ 39.201,12
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	Licenciatura Plena em Geografia	5	2002 a 2006	R\$ 28.000,80
VITÓRIA DO XINGU	Licenciatura Plena em Geografia	5	2002 a 2006	R\$ 28.000,80
URUARÁ	Licenciatura Plena em Geografia	5	2002 a 2006	R\$ 28.000,80
ALTAMIRA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$ 320.000,00
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2000 a 2005	R\$ 297.000,00
PORTO DE MOZ	Licenciatura Plena em Matemática	7	2001 a 2005	R\$ 52.000,00
PLACAS	Licenciatura Plena em Matemática	4	2001 a 2005	R\$ 30.000,00
URUARÁ	Licenciatura Plena em Matemática	6	2001 a 2005	R\$ 45.000,00
ANAPÚ	Licenciatura Plena em Matemática	6	2001 a 2005	R\$ 45.000,00
MEDICILÂNDIA	Licenciatura Plena em Matemática	8	2001 a 2005	R\$ 60.000,00
PACAJÁ	Licenciatura Plena em Matemática	6	2001 a 2005	R\$ 45.000,00
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	Licenciatura Plena em Matemática	3	2001 a 2005	R\$ 22.500,00
URUARÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$ 297.392,00
VITÓRIA DO XINGU	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 297.392,69
MEDICILÂNDIA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2002 a 2007	R\$ 315.000,00
SÃO FÉLIX DO XINGU	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2003 a 2008	R\$ 320.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE C**QUADRO 3**

POLO ANANINDEUA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
BELÉM	Licenciatura Plena em Geografia	150	2002 a 2006	R\$ 816.000,00
BELÉM	Licenciatura Plena em História	150	2002 a 2006	R\$ 816.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE D

QUADRO 4.

POLO BELÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
ANAJÁS	Licenciatura Plena em Geografia	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
BAGRE	Licenciatura Plena em Geografia	1	2003 a 2007	R\$ 3.200,00
BREVES	Licenciatura Plena em Geografia	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
CACHOEIRA DO ARARI	Licenciatura Plena em Geografia	3	2003 a 2007	R\$ 9.600,00
CHAVES	Licenciatura Plena em Geografia	6	2003 a 2007	R\$ 19.200,00
CURRALINHO	Licenciatura Plena em Geografia	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
MELGAÇO	Licenciatura Plena em Geografia	8	2003 a 2007	R\$ 25.600,00
MUANÁ	Licenciatura Plena em Geografia	8	2003 a 2007	R\$ 25.600,00
PONTA DE PEDRAS	Licenciatura Plena em Geografia	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
SALVATERRA	Licenciatura Plena em Geografia	4	2003 a 2007	R\$ 12.800,00
SANTA CRUZ DO ARARI	Licenciatura Plena em Geografia	1	2003 a 2007	R\$ 3.200,00
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	Licenciatura Plena em Geografia	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
ANAJÁS	Licenciatura Plena em História	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
BAGRE	Licenciatura Plena em História	1	2003 a 2007	R\$ 3.200,00
BREVES	Licenciatura Plena em História	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
CACHOEIRA DO ARARI	Licenciatura Plena em História	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
CHAVES	Licenciatura Plena em História	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
CURRALINHO	Licenciatura Plena em História	8	2003 a 2007	R\$ 25.600,00
MELGAÇO	Licenciatura Plena em História	6	2003 a 2007	R\$ 19.200,00
MUANÁ	Licenciatura Plena em História	9	2003 a 2007	R\$ 28.800,00
PONTA DE PEDRAS	Licenciatura Plena em História	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
SALVATERRA	Licenciatura Plena em História	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00

APÊNDICE D (cont.). QUADRO 4. POLO BELÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

SANTA CRUZ DO ARARI	Licenciatura Plena em História	1	2003 a 2007	R\$ 3.200,00
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	Licenciatura Plena em História	4	2003 a 2007	R\$ 12.800,00
BAGRE	Licenciatura Plena em Pedagogia	10	2003 a 2007	R\$ 32.000,00
BREVES	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	2003 a 2007	R\$ 128.000,00
CACHOEIRA DO ARARI	Licenciatura Plena em Pedagogia	3	2003 a 2007	R\$ 9.600,00
CHAVES	Licenciatura Plena em Pedagogia	8	2003 a 2007	R\$ 25.600,00
CURRALINHO	Licenciatura Plena em Pedagogia	12	2003 a 2007	R\$ 38.400,00
MELGAÇO	Licenciatura Plena em Pedagogia	8	2003 a 2007	R\$ 25.600,00
MUANÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	11	2003 a 2007	R\$ 35.200,00
PONTE DE PEDRAS	Licenciatura Plena em Pedagogia	16	2003 a 2007	R\$ 51.200,00
SALVATERRA	Licenciatura Plena em Pedagogia	13	2003 a 2007	R\$ 41.600,00
SANTA CRUZ DO ARARI	Licenciatura Plena em Pedagogia	6	2003 a 2007	R\$ 19.200,00
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	Licenciatura Plena em Pedagogia	13	2003 a 2007	R\$ 41.600,00
SOURE	Licenciatura Plena em Pedagogia	10	2003 a 2007	R\$ 32.000,00
ANAJÁS	Licenciatura Plena em Letras	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
BAGRE	Licenciatura Plena em Letras	1	2003 a 2007	R\$ 3.200,00
BREVES	Licenciatura Plena em Letras	4	2003 a 2007	R\$ 12.800,00
CACHOEIRA DO ARARI	Licenciatura Plena em Letras	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
CHAVES	Licenciatura Plena em Letras	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
CURRALINHO	Licenciatura Plena em Letras	10	2003 a 2007	R\$ 32.000,00
MELGAÇO	Licenciatura Plena em Letras	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00
MUANÁ	Licenciatura Plena em Letras	10	2003 a 2007	R\$ 32.000,00
PONTE DE PEDRAS	Licenciatura Plena em Letras	2	2003 a 2007	R\$ 6.400,00
SALVATERRA	Licenciatura Plena em Letras	3	2003 a 2007	R\$ 9.600,00
SANTA CRUZ DO ARARI	Licenciatura Plena em Letras	1	2003 a 2007	R\$ 3.200,00
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	Licenciatura Plena em Letras	5	2003 a 2007	R\$ 16.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE E

QUADRO 5

POLO BRAGANÇA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
AUGUSTO CORRÊA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$ 282.573,76
WISEU	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 339.635,21
AURORA DO PARÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2002 a 2006	R\$ 272.184,00
CAPITÃO POÇO	Licenciatura Plena em Letras	50	2005 a 2009	R\$ 80.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE F**QUADRO 6**

POLO CAMETÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
MOCAJUA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2007 a 2010.	R\$ 96.000,00
PACAJÁ	Licenciatura Plena em Letras	50	2007 a 2012	R\$ 240.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE G

QUADRO 7

POLO CASTANHAL – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
CASTANHAL	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2000 a 2004	R\$255.000,00
CASTANHAL	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$255.000,00
COLARES	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2006 a 2010	R\$282.317,52
MARAPANIM	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$320.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE H

QUADRO 8

POLO IRITUIA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
IRITUIA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 320.000,00
MÃE DO RIO	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$ 234.009,00
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	Licenciatura Plena em Letras	10	2001 a 2005	R\$ 58.502,40
MÃE DO RIO	Licenciatura Plena em Matemática	40	2001 a 2005	R\$ 258.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE I

QUADRO 9

POLO MARABÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
PARAUPEBAS	Administração	50	2002 a 2007	R\$282.390,68
PARAUPEBAS	Ciências Contábeis	50	2002 a 2007	R\$282.390,68
PARAUPEBAS	Direito	50	2002 a 2007	R\$445.213,20
PARAUPEBAS	Comunicação Social	50	2004 a 2008	R\$425.082,97
PARAUPEBAS	Ciências Contábeis	50	2007 a 2011	R\$442.927,96
PARAUPEBAS	Licenciatura Plena em Geografia	50	2007 a 2013	R\$431.560,00
PARAUPEBAS	Licenciatura Plena em Ciências Naturais	50	2008 a 2012	R\$455.935,32
PARAUPEBAS	Sistema de Informação	35	2008 a 2012	R\$648.812,67
PARAUPEBAS	Licenciatura Plena em Filosofia	45	2008 a 2012	R\$480.236,24
PARAUPEBAS	Engenharia Civil	60	2008 a 2013	R\$1.796.519,81
ELDORADO DOS CARAJÁS	Licenciatura Plena em Matemática	7	2008 a 2013	R\$263.621,77
CURIONÓPOLIS	Licenciatura Plena em História	4	2008 a 2013	R\$21.480,96
ABEL FIGUEIREDO	Licenciatura Plena em História	3	2008 a 2013	R\$16.110,00
BOM JESUS DO TOCANTINS	Licenciatura Plena em História	7	2008 a 2013	R\$37.591,69
RONDON DO PARÁ	Licenciatura Plena em História	12	2008 a 2013	R\$64.442,88
PARAGOMINAS	Licenciatura Plena em História	10	2008 a 2013	R\$53.702,40
DOM ELISEU	Licenciatura Plena em História	7	2008 a 2013	R\$37.591,00
JACUNDÁ	Licenciatura Plena em Letras	32	2004 a 2009	R\$222.299,61
JACUNDÁ	Licenciatura Plena em Letras	50	2004 a 2009	R\$79.295,15
JACUNDÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2004 a 2009	R\$192.686,38
JACUNDÁ	Licenciatura Plena em Matemática	50	2004 a 2009	R\$91.629,96
ELDORADO DOS CARAJÁS	Licenciatura Plena em Geografia			R\$260.512,00
CURIONÓPOLIS	Licenciatura Plena em Geografia			R\$22.440,96
ABEL FIGUEIREDO	Licenciatura Plena em Geografia	50	2000 a 2004	R\$11.220,00

APÊNDICE I (cont.). QUADRO 9. POLO MARABÁ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

BOM JESUS DO TOCANTINS	Licenciatura Plena em Geografia			R\$22.440,96
RONDON DO PARÁ	Licenciatura Plena em Geografia			R\$72.933,12
PARAGOMINAS	Licenciatura Plena em Geografia			R\$56.102,40
DOM ELISEU	Licenciatura Plena em Geografia			R\$44.881,92
RONDON DO PARÁ	Licenciatura Plena em Matemática	50	2005 a 2009	R\$140.000,00
RONDON DO PARÁ	Ciências Sociais	50	2005 a 2009	R\$103.607,92
RONDON DO PARÁ	Licenciatura Plena em Letras	50	2005 a 2009	R\$102.693,09
ITUPIRANGA	Licenciatura Plena em Geografia			R\$28.051,20
PALESTINA	Licenciatura Plena em Geografia			R\$28.051,20
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	Licenciatura Plena em Geografia	50	2000 a 2004	R\$87.843,84
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	Licenciatura Plena em Geografia			R\$ 53.702,40
PIÇARRA	Licenciatura Plena em Geografia			R\$42.979,20
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	Licenciatura Plena em Geografia			R\$32.221,44
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	Licenciatura Plena em História			R\$42.961,92
ITUPIRANGA	Licenciatura Plena em História	50	2007 a 2011	R\$32.221,44
PALESTINA	Licenciatura Plena em História			R\$32.221,44
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	Sistema de Informação	50	2007 a 2011	R\$265.941,24
XINGUARA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2007 a 2011	R\$140.000,00
XINGUARA	Licenciatura Plena em Matemática	50	2007 a 2011	R\$91.601,78
XINGUARA	Sistema de Informação	50	2007 a 2011	R\$229.333,33

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE J

QUADRO 10

POLO MARAJÓ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
SOURE	Turismo	50	2004 a 2008	R\$72.271,00
SOURE	Turismo	50	2005 a 2009	R\$150.000,00
BREVES	Licenciatura Plena em Ciências	50	2002 a 2005	R\$280.000,00
BREVES	Licenciatura Plena em Ciências	50	2005 a 2009	R\$161.585,00
BREVES	Licenciatura Plena em Matemática	50	2005 a 2009	0
BREVES	Licenciatura Plena em Geografia	50	2005 a 2009	0
BREVES	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2005 a 2009	0
BREVES	Licenciatura Plena em Letras	50	2005 a 2009	0
PORTEL	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2002 a 2006	R\$320.000,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE L

QUADRO 11

POLO SANTARÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
ALENQUER	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$ 290.000,00
ALMERIM	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2002 a 2006	R\$ 272.000,00
BELTERRA	Licenciatura Plena em Letras	50	2001 a 2006	R\$ 265.000,00
CURUÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2003 a 2007	R\$ 290.000,00
CURUÁ	Licenciatura Plena em Letras	50	2005 a 2009	R\$ 300.000,00
RURÓPOLIS	Licenciatura Plena em Pedagogia	10	2002 a 2007	R\$ 54.403,20
JACAREACANGA	Licenciatura Plena em Pedagogia	10	2002 a 2007	R\$ 54.403,20
TRAIRÃO	Licenciatura Plena em Pedagogia	5	2002 a 2007	R\$ 27.201,60
AVEIRO	Licenciatura Plena em Pedagogia	10	2002 a 2007	R\$ 54.403,02
ITAITUBA	Licenciatura Plena em Pedagogia	15	2002 a 2007	R\$ 81.604,80
NOVO PROGRESSO	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$ 343.983,60
ÓBIDOS	Licenciatura Plena em Pedagogia	0	2001 a 2006	R\$ 35.000,00
ÓBIDOS	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2006	R\$ 290.000,00
ORIXIMINÁ	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2003 a 2008	R\$ 320.000,00
ORIXIMINÁ	Licenciatura Plena em Ciências	50	2003 a 2007	R\$ 325.000,00
ORIXIMINÁ	Licenciatura Plena em História	30	2005 a 2009	R\$ 228.960,00
JURUTI	Licenciatura Plena em História	20	2005 a 2009	R\$ 152.640,00
ORIXIMINÁ	Licenciatura Plena em Matemática	50	2005 a 2009	R\$ 378.141,20
SANTARÉM	Licenciatura Plena em Matemática	50	2005 a 2009	R\$ 378.141,20
RURÓPOLIS	Licenciatura Plena em Ciências	05	2002 a 2007	R\$ 27.900,00
ALMEIRIM	Licenciatura Plena em Ciências	6	2002 a 2007	R\$ 33.480,00
JACAREACANGA	Licenciatura Plena em Ciências	4	2002 a 2007	R\$ 22.320,00

APÊNDICE L (cont.). QUADRO 11. POLO SANTARÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

BELTERRA	Licenciatura Plena em Ciências	10	2002 a 2007	R\$ 55.800,00
TRAIRÃO	Licenciatura Plena em Ciências	3	2002 a 2007	R\$ 16.740,00
PRAINHA	Licenciatura Plena em Ciências	4	2002 a 2007	R\$ 22.320,00
ITAITUBA	Licenciatura Plena em Ciências	10	2002 a 2007	R\$ 55.800,00
SANTARÉM	Licenciatura Plena em Ciências	8	2002 a 2007	R\$ 44.640,00
RURÓPOLIS	Licenciatura Plena em Ciências	5	2002 a 2007	R\$ 27.900,00
ALMEIRIM	Licenciatura Plena em Geografia	6	2002 a 2006	R\$ 33.480,00
JACAREACANGA	Licenciatura Plena em Geografia	3	2002 a 2006	R\$ 16.740,00
BELTERRA	Licenciatura Plena em Geografia	10	2002 a 2006	R\$ 55.800,00
TRAIRÃO	Licenciatura Plena em Geografia	3	2002 a 2006	R\$ 16.740,00
PRAINHA	Licenciatura Plena em Geografia	4	2002 a 2006	R\$ 22.320,00
ITAITUBA	Licenciatura Plena em Geografia	10	2002 a 2006	R\$ 55.800,00
SANTARÉM	Licenciatura Plena em Geografia	9	2002 a 2006	R\$ 50.220,00
RURÓPOLIS	Licenciatura Plena em História	5	2002 a 2006	R\$ 27.201,60
ALMEIRIM	Licenciatura Plena em História	6	2002 a 2006	R\$ 32.641,92
JACAREACANGA	Licenciatura Plena em História	3	2002 a 2006	R\$ 16.320,96
BELTERRA	Licenciatura Plena em História	10	2002 a 2006	R\$ 54.403,20
TRAIRÃO	Licenciatura Plena em História	3	2002 a 2006	R\$ 16.320,96
PRAINHA	Licenciatura Plena em História	5	2002 a 2006	R\$ 27.201,60
ITAITUBA	Licenciatura Plena em História	10	2002 a 2006	R\$ 54.403,20
SANTARÉM	Licenciatura Plena em História	8	2002 a 2006	R\$ 43.522,56
RURÓPOLIS	Licenciatura Plena em Matemática	5	2002 a 2006	R\$ 27.900,00
ALMEIRIM	Licenciatura Plena em Matemática	6	2002 a 2006	R\$ 33.480,00
JACAREACANGA	Licenciatura Plena em Matemática	5	2002 a 2006	R\$ 27.900,00
BELTERRA	Licenciatura Plena em Matemática	10	2002 a 2006	R\$ 55.800,00

APÊNDICE L (cont.). QUADRO 11. POLO SANTARÉM – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

TRAIRÃO	Licenciatura Plena em Matemática	4	2002 a 2006	R\$ 22.320,00
PRAINHA	Licenciatura Plena em Matemática	5	2002 a 2006	R\$ 27.900,00
SANTARÉM	Licenciatura Plena em Matemática	15	2002 a 2006	R\$ 83.700,00

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE M

QUADRO 12

POLO TAILÂNDIA – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
TAILÂNDIA	Licenciatura Plena em História	60	2000 a 2006	R\$268.500,00
TAILÂNDIA	Licenciatura Plena em Letras	60	2000 a 2004	R\$280.500,00
TAILÂNDIA	Licenciatura Plena em Matemática	60	2000 a 2003	R\$246.000,00
TAILÂNDIA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2001 a 2005	R\$300.303,84
BREU BRANCO	Licenciatura Plena em História	13	2000 a 2004	R\$ 68.813,12
GOIANÉSIA		13		R\$ 69.813,12
JACUNDÁ		12		R\$ 64.442,88
NOVO REPARTIMENTO		12		R\$ 64.442,88
BREU BRANCO	Licenciatura Plena em Letras	55	2002 a 2008	R\$277.503,38
BREU BRANCO	Licenciatura Plena em Matemática	55	2002 a 2007	R\$ 283.992,00
BREU BRANCO	Licenciatura Plena em Ciências	53	2002 a 2007	R\$ 297.613,00
JACUNDÁ	Licenciatura Plena em Ciências	11	2000 a 2004	R\$ 61.712,64
BREU BRANCO	Licenciatura Plena em Geografia	13	2000 a 2004	R\$ 72.993,12
NOVO REPARTIMENTO	Licenciatura Plena em Geografia	14	2000 a 2004	R\$ 78.583,36
GOIANÉSIA	Licenciatura Plena em Geografia	12	2000 a 2004	R\$ 67.322,88

Fonte: UFPA, 2008.

APÊNDICE N

QUADRO 13

POLO TUCUMÃ – CURSOS, VAGAS, DATAS (início e término), VALOR.

PREFEITURA CONTRATADA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO E TÉRMINO	VALOR DO CONTRATO
OURILÂNDIA	Licenciatura Plena em História	5	2000 a 2003	R\$ 26.851,20
SÃO FÉLIX DO XINGU		10		R\$53.702,00
TUCUMÃ		14		R\$75.183,36
ÁGUA AZUL DO NORTE		8		R\$42.961,92
RIO MARIA		8		R\$42.961,92
BANNACH		1		R\$ 5.370,24
SAPUCAIA		2		R\$10.740,48
CUMARÚ DO NORTE		2		R\$10.740,48
OURILÂNDIA	Licenciatura Plena em Geografia	7	2000 a 2004	R\$39.271,68
SÃO FÉLIX DO XINGU		10		R\$56.102,40
TUCUMÃ		12		R\$67.322,88
Á AZUL DO NORTE		8		R\$44.881,92
RIO MARIA		8		R\$44.88,92
BANNACH		1		R\$5.610,24
SAPUCAIA		2		R\$11.220,48
CUMARÚ DO NORTE		2		R\$11.220,48
OURILÂNDIA	Licenciatura Plena em Pedagogia	50	2000 a 2006	R\$201.695,25

Fonte: UFPA, 2008.

ANEXOS

QUADROS-RESUMO DOS CURSOS DE CONTRATO

POLO DE ABAETETUBA

POLO DE ALTAMIRA

POLO DE ANANINDEUA

POLO DE BELÉM

POLO DE BRAGANÇA

POLO DE CAMETÁ

POLO DE IRITUIA

POLO MARABÁ

POLO DO MARAJÓ

POLO DE SANTARÉM

POLO DE TAILÂNDIA

POLO DE TUCUMÃ

POLO DE ABAETETUBA										
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término	
Abaetetuba	Ciências	Abaetetuba	336	1	50	R\$ 320.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
	Letras	Abaetetuba	629	1	50	R\$ 217.721,40	10.07.2002			
	Pedagogia	PRONERA								
	Física									
	Contábeis									
Igarapé Miri	Letras	Abaetetuba	449	1	50	R\$ 217.721,40	09.07.2002			
	Pedagogia	Abaetetuba	337	1	50	R\$ 290.000,00	08.10.2001	1/7/2001	1/6/2006	
	Letras	Igarapé Miri								
Concórdia do Pará	Pedagogia	Concórdia do Pará	318	1	50	R\$ 251.300,94	08.10.2001	1/7/2001	1/6/2006	
	Pedagogia	Concórdia do Pará		1	40	R\$ 96.000,00	11.01.2008	11.01.2008	10.01.2012	
Tomé-Açu	Pedagogia	Tomé-Açu	149/99	1	50	R\$ 160.000,00		1/7/2001	1/6/2006	
	Pedagogia	Tomé-Açu	323	1	50	R\$ 300.304,28	08.10.2001			
	Pedagogia	Tomé-Açu		1	50	R\$ 96.000,00	11.01.2008	1/1/2008	1/12/2012	

POLO DE ALTAMIRA										
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Contrato	Turm	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término	
Altamira	Geografia	Anapú	456		3	R\$ 16.848,00	14/2/2002	1/7/2002	2ºsem/06	
		Brasil Novo	630	1	2	R\$ 11.200,32	09.07.2002	2/7/2002	2ºsem/06	
		Gurupá	632		5	R\$ 28.000,80	09.07.2005	3/7/2002	2ºsem/06	
		Medicilândia	468		12	R\$ 67.201,92		4/7/2002	2ºsem/06	
		Pacajá	513		6	R\$ 33.600,96	09/07/2002	5/7/2002	2ºsem/06	
		Porto de Moz	455		7	R\$ 39.201,12		6/7/2002	2ºsem/06	
		S José Porfírio	457		5	R\$ 28.000,80	9/7/2002	7/7/2002	2ºsem/06	
	V do Xingu	447		5	R\$ 28.000,80	09.07.2002	8/7/2002	2ºsem/06		
	Uruará	580		5	R\$ 28.000,80	10.07.2002	9/7/2002	2ºsem/06		
	Pedagogia	Altamira	108	1	50	R\$ 320.000,00		1/7/2001	2ºsem/05	
Senador José Porfírio	Pedagogia	S J Porfírio	049/99		50	R\$ 297.000,00	08.10.2000	1/1/2000	15/10/2005	
		Porto de Moz	335		7	R\$ 52.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
		Placas	331		4	R\$ 30.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
		Uruará	340		6	R\$ 45.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
Uruará	Matemática	Anapú	358	1	6	R\$ 45.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
		Medicilândia	347		8	R\$ 60.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
		Pacajá	353		6	R\$ 45.000,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
		S J Porfírio	348		3	R\$ 22.500,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005	
	Pedagogia	Uruará	341	1	50	R\$ 297.392,00	08.10.2001	1/7/2001	30/7/2005	
Vitória do Xingu	Pedagogia	V do Xingu	359	1	50	R\$ 297.392,69	08.10.2001	1/7/2001	1º sem/06	
Medicilândia	Pedagogia	Medicilândia	448	1	50	R\$ 315.000,00	02.07.2002	1/7/2002	2º sem/07	
São Félix do Xingu	Pedagogia	S F do Xingu	707	1	50	R\$ 320.000,00	23.12.2002	1/1/2003	1º sem/08	

POLO DE ANANINDEUA									
Município Sede	Cursos	Prefeitura	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término
Belém	Geografia SEDUC	-	421*09	3	150	816.000,00	01.11.2001	jul/02	1º sem/06
	História SEDUC	-	421*06	3	150	816.000,00	01.11.2001	jan/02	3/2/2006

POLO DE BELÉM													
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Resolução	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término			
Belém	Geografia	Anajás	-	831	1	2	6.400,00	04.07.2003					
		Bagre	-	840		1	R\$ 3.200,00	04.07.2003					
		Breves	-	838		5	R\$ 16.000,00	03.07.2003					
		C do Arari	-	825		3	R\$ 9.600,00	03.07.2003					
		Chaves	-	851		6	R\$ 19.200,00	09.07.2003					
		Curralinho	-	813		5	R\$ 16.000,00	03.07.2003					
		Melgaço	-	822		8	R\$ 25.600,00	03.07.2003					
		Muaná	-	819		8	R\$ 25.600,00	04.07.2003					
		Ponta de Pedras	-	810		2	R\$ 6.400,00	04.07.2003					
		Salvaterra	-	845		4	R\$ 12.800,00	04.07.2003					
		Santa C. do Arari	-	805		1	R\$ 3.200,00	03.07.2003					
		S. S. Boa Vista	-	799		5	R\$ 16.000,00	04.07.2003					
		Belém	C Naturais / SEDUC	Belém		3704 / 25.04.2008		1	50	R\$ 395.124,00		jul/08	fev/12
			Geografia / SEDUC	Belém		-		1	50	R\$ 297.396,00		jul/08	jul/12
Matemática / SEDUC	Belém		3697 / 15.04.2008		1	50	R\$ 336.956,49		jul/08	jan/12			
Belém	História	Anajás	-	830	1	2	6.400,00	04.07.2003					
		Bagre	-	841		1	R\$ 3.200,00	04.07.2003					
		Breves	-	833		5	R\$ 16.000,00	03.07.2003					
		C do Arari	-	829		2	R\$ 6.400,00	03.07.2003					
		Chaves	-	852		5	R\$ 16.000,00	09.07.2003					
		Curralinho	-	814		8	R\$ 25.600,00	03.07.2003					
		Melgaço	-	820		6	R\$ 19.200,00	03.07.2003					
		Muaná	-	817		9	R\$ 28.800,00	04.07.2003					
		P de Pedras	-	808		2	R\$ 6.400,00	04.07.2003					
		Salvaterra	-	847		5	R\$ 16.000,00	04.07.2003					
		Sta C do Arari	-	804		1	R\$ 3.200,00	03.07.2003					
		SS Boa Vista	-	800		4	R\$ 12.800,00	04.07.2003					
		Pedagogia	Bagre	-		844	3	10	32.000,00	04.07.2003			
			Breves	-		839		40	R\$ 128.000,00	03.07.2003			
	C. do Arari		-	826	3	R\$ 9.600,00		03.07.2003					
	Chaves		-	853	8	R\$ 25.600,00		09.07.2003					
	Curralinho		-	811	12	R\$ 38.400,00		03.07.2003					
	Melgaço		-	821	8	R\$ 25.600,00		03.07.2003					
	Letras	Muaná	-	815	1	11	R\$ 35.200,00	04.07.2003					
		Ponte de Pedras	-	807		16	R\$ 51.200,00	04.07.2003					
Salvaterra		-	846	13		R\$ 41.600,00	04.07.2003						
Sta C do Arari		-	806	6		R\$ 19.200,00	03.07.2003						
SS da Boa Vista		-	802	13		R\$ 41.600,00	04.07.2003						
Soure		-	849	10		R\$ 32.000,00	04.07.2003						
Anajás		-	832	1		2	6.400,00	04.07.2003					
Bagre		-	843			1	R\$ 3.200,00	04.07.2003					
Breves		-	835			4	R\$ 12.800,00	03.07.2003					
C. do Arari		-	827			2	R\$ 6.400,00	03.07.2003					
Chaves		-	850			5	R\$ 16.000,00	09.07.2003					
Curralinho		-	812			10	R\$ 32.000,00	03.07.2003					
Melgaço		-	823			5	R\$ 16.000,00	03.07.2003					
Muaná		-	818			10	R\$ 32.000,00	04.07.2003					
Ponte de Pedras	-	809	2		R\$ 6.400,00	04.07.2003							
Salvaterra	-	848	3		R\$ 9.600,00	04.07.2003							
Santa C. do Arari	-	803	1		R\$ 3.200,00	03.07.2003							
S. S. da Boa Vista	-	801	5		R\$ 16.000,00	04.07.2003							

POLO DE BRAGANÇA											
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Resolução	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término	
A. Correa	Pedagogia	Augusto Corrêa		354	1	50	R\$ 282.573,76	08.10.2001	1/7/2001	21/11/2005	
Viseu	Pedagogia	Viseu		322	1	50	R\$ 339.635,21	08.10.2001	1/7/2001	1/7/2006	
Aurora do Pará	Pedagogia	Aurora do Pará		544	1	50	R\$ 272.184,00	22.04.2002	1/7/2002	1/7/2006	
Capitão Poço	Letras	Capitão Poço		1263	1	50	R\$ 80.000,00	10.01.2005			
Bragança	Matematica SEDUC	Bragança	3696 / 15.04.2008		1	50	R\$ 445.978,78		1/7/2008	1/1/2012	

POLO DE CAMETÁ										
Município Sede	Cursos	Prefeitura	Resolução	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término
Mocajuba	Pedagogia	Mocajuba	3501 / 05.03.07		1	50	R\$ 96.000,00		jul/07	dez/10
Pacajá	Letras	Pacajá	3492 / 17.01.07		1	50	R\$ 240.000,00	26/6/2007	26/6/2007	25/6/2012

POLO DE CASTANHAL										
Município Sede	Cursos	Prefeitura	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término	
Castanhal	Geografia SEDUC	-	421*10	3	150	R\$ 816.000,00	01.11.2001	1/7/2002	17/6/2006	
	História SEDUC	-	421*07	3	150	R\$ 816.000,00	01.11.2001	1/7/2002	1/6/2006	
	Matemática SEDUC	-	421*03	4	200	R\$ 1.088.000,00	01.11.2001	1/7/2002	14/10/2005	
	Pedagogia	Castanhal	268	1	50	R\$ 255.000,00		1/7/2000	10/10/2004	
	Pedagogia	Castanhal	118	1	50	R\$ 255.000,00		1/7/2001	2/7/2005	
Colares	Pedagogia	Colares	1687	1	50	R\$ 282.317,52	31.08.2006	1/1/2006	1/12/2010	
Marapanim	Pedagogia	Marapanim	269	1	50	R\$ 320.000,00		1/7/2001	1/4/2006	

POLO DE IRITUIA									
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término
Irituia	Pedagogia	Irituia	332	1	50	320.000,00	08.10.2001	1/7/2001	28/1/2006
		Mãe do Rio	339	1	50	234.009,00	08.10.2001	1/7/2001	22/10/2005
Mãe do Rio	Letras	S D do Capim	352	1	10	58.502,40	08.10.2001		
	Matemática	Mãe do Rio	338	1	40	258.000,00	08.10.2001	1/7/2001	7/5/2005

POLO MARABÁ										
Município Sede	Cursos	Prefeitura	Resolução	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término
Parauapebas	Administração	Parauapebas		685	1	50	282.390,68	21.03.2002	1/7/2002	1º sem/07
	C. Contábeis	Parauapebas		684	1	50	282.390,68	21.03.2002	1/7/2002	2º sem/07
	Direito	Parauapebas		683	1	50	445.213,20	27.02.2002	1/7/2002	2º sem/07
	Com. Social	Parauapebas		1178	1	50	R\$ 425.082,97	28.09.2004	1/11/2004	1/12/2008
	C. Contábeis	Parauapebas	3432 / 14.07.06		1	50	R\$ 442.927,96	26.07.2007	1/7/2007	1/6/2011
	Geografia	Parauapebas	3498 / 05.03.07		1	50	R\$ 431.560,00	12.06.2007	1/4/2007	1/3/2013
	Ciências Naturais	Parauapebas			1	50	R\$ 455.935,32		1/7/2008	1/12/2012
	Sist. De Informação	Parauapebas			1	35	R\$ 648.812,67		1/7/2008	1/12/2012
	Filosofia	Parauapebas			1	45	R\$ 480.236,24		1/7/2008	1/12/2012
	Eng. Civil	Parauapebas			2	60	R\$ 1.796.519,81		1/8/2008	1/9/2013
		História	Parauapebas			1	50			
E. do Carajás	Matemática	E. do Carajás		3	-	7	263621,77		1/1/2000	20/12/2003
	História	E. do Carajás		003						
	Geografia	E. do Carajás		004						
	Ciências									
Marabá	Eng. Materiais									
	Eng. Minas e Ambiente									
Dom Elizeu	História	Curionópolis		189/99		4	R\$ 21.480,96			
		Abel Figueiredo		224/99		3	R\$ 16.110,00			
		B J do Tocantins		194/99		7	R\$ 37.591,69			
		Rondon do Pará		203/99		12	R\$ 64.442,88			
		Paraquominas		5		10	R\$ 53.702,40			
		Dom Eliseu		236/99		7	R\$ 37.591,00			
Jacundá	Letras			1160	1	32	R\$ 222.299,61	30.09.2004	1/1/2006	1/1/2006
	Letras	Jacundá		1223	1	50	R\$ 79.295,15	15.12.2004	1/7/2004	1/12/2008
	Pedagogia			1152	1	50	192686,38	20.09.2004	1/1/2006	1/1/2006
	Matemática			1226	1	50	R\$ 91.629,96	15.12.2004		
	Matemática Dist									
Rondon do Pará	Geografia	Eldorado Carajás		4		50	R\$ 260.512,00		1/1/2000	16/10/2004
		Curionópolis		187/99			R\$ 22.440,96			
		Abel Figueiredo		237/99			R\$ 11.220,00			
		B J Tocantins		193/99	1		R\$ 22.440,96			
		Rondon do Pará		202/99			R\$ 72.933,12			
		Paraquominas		6			R\$ 56.102,40			
		Dom Eliseu		192/99			R\$ 44.881,92			
	Matemática			378	1	50	R\$ 140.000,00			
	C Sociais	Rondon do Pará		1402	1	50	R\$ 103.607,92	23.05.2005		
	Letras			1422	1	50	R\$ 102.693,09	30.06.2005		
Conceição do Araguaia	História SEDUC			421*8	1	50	R\$ 272.000,00	01.11.2001		
	Geografia SEDUC	C do Araguaia		421*11	1	50	R\$ 272.000,00	01.11.2001		
		B G Araguaia		206/99		10	56.102,40		1/1/2002	19/6/2004
		Piçarra		246/99		8	R\$ 44.881,92			
		S D do Araguaia		223/99		9	R\$ 50.492,16			
Brejo Grande do Araguaia	Geografia	Itupiranga		199/99	1	5	R\$ 28.051,20			
		Palestina		214/99		5	R\$ 28.051,20			
		S G do Araguaia		240/99		8	R\$ 87.843,84	07.01.2000		
		Brejo Grande		225/99			53.702,40		1/1/2000	17/1/2004
		Piçarra		245/99			R\$ 42.979,20			
		S D do Araguaia		222/99			R\$ 32.221,44			
São Geraldo do Araguaia	História	S G do Araguaia		9	1	50	R\$ 42.961,92			
		Itupiranga		198/99			R\$ 32.221,44			
		Palestina		215/99			R\$ 32.221,44			
	Sist de Informação	S G do Araguaia			1	50	R\$ 265.941,24		1/6/2007	1/12/2011
Xinguara	Pedagogia	Xinguara		69	1	50	R\$ 140.000,00			
	Matemática				1	50	R\$ 91.601,78			
	Sist de Informação				1	50	R\$ 229.333,33			

POLO DO MARAJÓ									
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término
Soure	Matemática SEDUC	Soure	421*05	1	50	272.000,00	01.11.2001	1/1/2002	10/12/2005
	Turismo		1167	1		R\$ 72.271,00	05.07.2004		
	Turismo			1		R\$ 150.000,00			
Breves	Ciências	Breves	58	1	50	280.000,00		1/7/2002	7/7/2005
	Ciências	Breves	1452	1	50	R\$ 161.585,00	31.08.2005		
	Matemática				50				
	Geografia				50				
	Pedagogia				50				
Letras				50					
Portel	Pedagogia	Portel	564	1	50	320000,00	02.07.2002	1/7/2002	30/9/2006

POLO DE SANTARÉM											
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Resolução	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término	
Alenquer	Pedagogia	Alenquer		360	1	50	290000,00	08.10.2001	1/7/2001	10/12/2005	
Almerim	Pedagogia	Almerim		865	1	50	272000,00	02.07.2002	1/1/2002	2º sem/2006	
Belterra	Letras	Belterra		326	1	50	265000,00	08.10.2001	1/7/2001	24/2/2006	
Curuá	Pedagogia	Curuá		873	1	50	R\$ 290.000,00	25.10.2002	1/2/2003	1º sem/2007	
	Letras	Curuá		1201	1	50	300000,00	25.11.2004	1/7/2005	2º sem/2009	
Itaituba	Pedagogia	Rurópolis		459	1	10	54.403,20	14.07.2002	1/7/2002	1º sem/2007	
		Jacareacanga		450		10	R\$ 54.403,20	10.07.2002			
		Trairão		672		5	R\$ 27.201,60	23.10.2002			
		Aveiro		469		10	R\$ 54.403,02	09.07.2002			
		Itaituba		585		15	R\$ 81.604,80	12.07.2002			
Novo Progresso	Pedagogia	Novo Progresso		333	1	50	343983,60	08.10.2001	1/7/2001	29/10/2005	
Óbidos	Pedagogia	Óbidos		41	1		R\$ 35.000,00		1/7/2001	1/6/2006	
		Óbidos		334	1	50	290000,00	08.10.2001			
Oriximiná	Pedagogia	Oriximiná		705	1	50	R\$ 320.000,00		1/2/2003	2º sem/08	
	Ciências	Oriximiná		702	1	50	325000,00	23.12.2002	1/2/2003	2º sem/07	
	História	Oriximiná		1444	1	30	228960,00	05.08.2005	1/7/2005	1º sem/09	
		Juruti		1447		20	R\$ 152.640,00	17.06.2005			
	Matemática	Oriximiná		1433	1	50	378141,20	20.07.2005	1/7/2005	1º sem/09	
	Geografia				1	50					
	Biologia				1	50					
História				1	50						
Juruti	Geografia				1	50					
Monte Alegre	Matemática				1	50					
Santarém	Ciências	Rurópolis		461	1	05	27900,00	14.02.2002	1/7/2002	1º sem/07	
		Almeirim		641		6	R\$ 33.480,00	12.07.2002			
		Jacareacanga		452		4	R\$ 22.320,00	10.7.2002			
		Belterra		465		10	R\$ 55.800,00	07.07.2002			
		Trairão		574		3	R\$ 16.740,00	09.07.2005			
		Prainha		581		4	R\$ 22.320,00	14.07.2002			
		Itaituba		633		10	R\$ 55.800,00				
		Santarém		576		8	R\$ 44.640,00	09.07.2002			
		Rurópolis		453		05	27900,00	10.07.2002	1/1/2003	1º sem/07	
		Almeirim		563		6	R\$ 33.480,00	02.07.2005			
		Jacareacanga		445		3	R\$ 16.740,00	10.07.2002			
		Belterra		464		10	R\$ 55.800,00	09.07.2002			
		Trairão		458		3	R\$ 16.740,00	9/7/2002			
	Prainha		578	4	R\$ 22.320,00						
	Itaituba		635	10	R\$ 55.800,00						
	Santarém		642	9	R\$ 50.220,00	10.07.2002					
	História	Rurópolis		454	1	5	27201,60	14.07.2002	1/7/2002	1/10/2006	
		Almeirim		636	6	R\$ 32.641,92	09.07.2002				
		Jacareacanga		446	3	R\$ 16.320,96	10.07.2002				
		Belterra		466	10	R\$ 54.403,20	09.07.2002				
		Trairão		572	3	R\$ 16.320,96	09.07.2002				
		Prainha		571	5	R\$ 27.201,60	14.02.2002				
		Itaituba		634	10	R\$ 54.403,20					
		Santarém		579	8	R\$ 43.522,56	11.07.2002				
		Matemática	Rurópolis		460	1	5	27900,00	14.07.2002	1/7/2002	1/5/2006
			Almeirim		562	6	R\$ 33.480,00	02.07.2005			
	Jacareacanga			451	5	R\$ 27.900,00	10.07.2002				
	Belterra			463	10	R\$ 55.800,00	09.07.2002				
	Trairão			577	4	R\$ 22.320,00	09.07.2002				
	Prainha			467	5	R\$ 27.900,00	14.02.2002				
	Santarém	Matemática	Santarém		573		15	R\$ 83.700,00	09.07.2002		
			Matemática SEDUC	Santarém		421*4	1	50	R\$ 272.000,00	01.11.2001	

POLO DE TAILÂNDIA										
Município Sede	Cursos	Prefeituras	Contrato	Turmas	Vagas	Valor	Publicação	Início	Término	
Tailândia	História	Tailândia	169/99	1	60	R\$ 268.500,00		1/1/2000	20/12/2006	
	Letras	Tailândia	171/99	1	60	R\$ 280.500,00		1/1/2000	24/11/2004	
	Matemática	Tailândia	170/99	1	60	R\$ 246.000,00		1/1/2000	31/10/2003	
	Pedagogia	Tailândia	321	1	50	R\$ 300.303,84	08.10.2001			
Goianésia	História	Breu Branco	213/99	1	13	R\$ 68.813,12		1/1/2000	10/1/2004	
		Goianésia	204/99		13	R\$ 69.813,12				
		Jacundá	179/99		12	R\$ 64.442,88				
		N Repartimento	7		12	R\$ 64.442,88				
Breu Branco	Letras	Breu Branco	552	1	55	277.503,38	26.06.2002	1/7/2002	2º sem/08	
	Matemática	Breu Branco	553	1	55	283.992,00	26.06.2002	1/7/2002	2º sem/07	
	Ciências	Breu Branco	554	1	53	297.613,00	26.06.2002	1/7/2002	2º sem/07	
		Jacundá	178/99		11	R\$ 61.712,64		1/4/2000	16/10/2004	
Breu Branco	Geografia	Breu Branco	212/99	1	13	R\$ 72.993,12				
		N Repartimento	8		14	R\$ 78.583,36				
		Goianésia			12	R\$ 67.322,88				